

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade UnB Planaltina

GIULIANA CADORIN

**DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: UM OLHAR PARA A
AGENDA DE SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DAS COMUNIDADES APANHADORAS DE
SEMPRE-VIVAS NA SERRA DO ESPINHAÇO (MG)**

Brasília - DF
2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade UnB Planaltina

GIULIANA CADORIN

**DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: UM OLHAR PARA A AGENDA DE
SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS
COMUNIDADES APANHADORAS DE SEMPRE-VIVAS NA SERRA DO
ESPINHAÇO (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural da Universidade de
Brasília.

Orientador: Mário Lúcio de Ávila

Brasília - DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cr Cadorin, Giuliana
DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: UM OLHAR PARA A AGENDA
DE SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA
DAS COMUNIDADES APANHADORAS DE SEMPRE-VIVAS NA SERRA DO
ESPINHAÇO (MG) / Giuliana Cadorin; orientador Mário Lúcio
Ávila. -- Brasília, 2023.
111 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. sistemas agrícolas tradicionais. 2. patrimônio
agrocultural. 3. SIPAM/GIAHS. 4. colonialismo verde. 5.
apanhadores de sempre-vivas. I. Ávila, Mário Lúcio , orient.
II. Título.

Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis.
Viveiros de Castro



Ilustração: Davis Souza

*À memória de Bernadete Pacífico, Paulino
Guajajara, Estela Verá, Vitorino Sanches,
Ari Wau Wau, Marielle Franco, Chico
Mendes, Antônia Flor e demais milhares de
pessoas assassinadas por não calarem
suas vozes.*

AGRADECIMENTOS

A realização de um mestrado e a condução de uma pesquisa é algo impossível de ser realizado sem uma rede de apoio afetuosa e presente. Durante os dois anos de Mader, desde o ingresso até a conclusão, vi minha vida sendo completamente transformada e passei por transições muito significativas, as quais foram docemente suavizadas graças a essa rede.

É difícil ordenar estes agradecimentos de forma linear, como o texto corrido exige, então quero que saibam que não parto de nenhuma hierarquia de afetos - alô, Geni Nuñez! Todos aqui citados foram igualmente fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Como mãe está acima de qualquer lógica hierárquica, começo por ela, minha maior inspiração: uma mulher extremamente determinada e incansável, de grande sensibilidade, uma estudiosa por natureza. Com ela aprendi desde cedo o gosto pela curiosidade e ainda aprendo, hoje, a seguir em frente nos momentos difíceis e a buscar o constante aprimoramento e desenvolvimento.

Agradeço também ao meu avô e à Ivete por terem me proporcionado o lócus físico e afetivo perfeitos, em meio a uma pandemia, para que eu pudesse dispor de dedicação exclusiva ao ingresso no mestrado. Agradeço a meu avô Adílcio, ávido leitor, e à minha avó Helenita, que me alfabetizou, por terem, cada um a seu modo, me incentivado desde pequena a criar intimidade com os livros e a encontrar neles meu refúgio e o portal para meus sonhos.

Às minhas irmãs, Georgia e Giovanna, pelo amor, carinho e desejo de um mundo melhor.

Um agradecimento especial à Gabriella Pieroni, talvez a maior responsável por “isso tudo”: minha manita guapa cumpañera de luta, de movimento, de costa e de cerrado, com quem partilho mesa de bar, barraca, casa e hospedaria, além de campo e escrita. Gabi esteve presente desde antes do começo até o fim, e oxalá que a vida siga cruzando nossos caminhos, seja em Florianópolis, Brasília, Diamantina ou onde nosso nomadismo nos levar. Grata pela mulher gigante que você é e por inspirar a todos a sua volta, pregando a palavra do caracol e nos contagiando com a poesia das roças.

À Ciliane Bedin, outra grande companheira que esteve presente desde antes do início até perto do fim. Grata pelos incentivos todos, pelos colos e risadas, pelo

apoio infinito e pelas leituras mil. As intenções são e serão sempre as melhores possíveis!

Um beijo e um cheiro especial aos meus primos Diego Gino e Lilian Calçavara, por terem me apresentado ao Araguaia e por terem me despertado para um universo completamente encantador, novo e ancestral, além de terem me visto materializada em Brasília antes mesmo de Brasília ser uma possibilidade. Vocês são os grandes responsáveis por eu ter escolhido trilhar esse caminho. Gracias Liloça pela leitura tão atenta e pelos insights tão generosos.

À Patrícia Tonella, meu amor da vida todinho, minha amiga incansavelmente presente ainda que distante fisicamente. Obrigada pela escuta constante, pelo apoio, riso e incentivo que se deu e dá em tantas formas e linguagens diferentes e tão nossas. Amo crescer com você.

Aos meus mestres da UFRGS: Luciana Leite Lima, Soraya Vargas Côrtes, Sergio Schneider, Letícia Schabbach e Antonio David Cattani, por terem plantado e feito brotar as sementes. Aos mestres da UnB: Mário Ávila, Regina Coelly Saraiva, Sérgio Sauer, Janaína Diniz, Mônica Nogueira, Henyo Trindade Barreto Filho e Moisés Balestro pela inspiração e por fertilizar a terra e realizar as podas necessárias para um florescimento belo e sadio.

Um agradecimento especial ao mestre, amigo e orientador Mário Ávila pela confiança irrestrita e por ter topado todas as minhas loucuras, sempre de bom humor e com um sorriso no rosto. Obrigada pelo suporte e por me dar as ferramentas necessárias à condução e finalização da pesquisa (incluindo um emprego!). Obrigada por acreditar em mim mesmo quando eu própria não acreditava.

Um agradecimento especial à Regina Coelly e Mônica Nogueira, por me ensinarem a elegância da delicadeza, da empatia e da afetividade como princípios norteadores de vida e de luz em um mundo tão sórdido e adoecido. Obrigada Regina pelo acolhimento lindo e importante na minha chegada à Brasília e obrigada Janaína Diniz e Nurit Bensusan pela disponibilidade, conselhos e escuta, mesmo na correria dos dias. Além de minhas mestras, levo a imagem de vocês todas como referência e exemplos de mulher a seguir.

Obrigada Laure Empeaire, Manuela Carneiro da Cunha e Juliana Santilli, *in memoriam*, por serem precursoras dessas lutas do lado de cá, do ativismo científico, e por terem legado conceitos, leis e teorias que instrumentalizam nossas pesquisas e ativismos.

Obrigada à resistência embrapiana: Jane, João, Roselis e Patrícia por terem cedido seu tempo e partilhado comigo ideias e instrumentos importantes para a realização da pesquisa. Ao Marcos, do Iphan, ao Samuel do CNPCT, à Tatinha, ao Marcinho, ao professor Paraná, Fernanda Monteiro, Érika Zárata, João Intini, Tarcila, Bruna, Giovanni e demais ouvintes, falantes e apoiadores diretos e indiretos que participaram desta jornada.

Das relações de pesquisa que transcendem estas páginas e ficam pra vida: Ronilda, apanhadora de flores que me ensinou sobre força, amor e coragem. Que nossos mundos continuem a se aprender. Você inspirou as páginas a seguir.

À Álvaro Tukano, Bú'u e família e Ana Rosa Guajajara, pela acolhida, pela luz e pelo afeto tão significativos em momentos tão importantes.

Às parças Gilda e Patrícia, que atravessam fronteiras nômade comigo e têm o lindo dom de, simplesmente, permanecer, seja na luta ou na celebração, seja o momento que for. Obrigada pelo apoio incondicional.

Aos amores: Roberta, Krishna, Lucas e Alondra, lá em Floripa, e Drielli, Cristiano, Gabriele e Dorian, em Porto Alegre, por serem meus amores a quem o tempo x espaço não intimida. Sinto saudades todos os dias de cada um.

À minha nova rede que se forma em terras candangas: Mariana Ceratti, Mayra Saito, Laura Vieira, Dieni Oliveira, Fernanda Kleinschmidt e Natália Azevedo por serem base e sustentação nos dias finais de escrita.

Aos colegas: Millena, pela paciência e amor em decolonizar uma branca embranquecida - e por todas as risadas mais gostosas. À Bruna, por sempre ter os textos certos nas horas certas. À Iolanda, pelos abraços mais gostosos e sinceros do mundo. À Eva, mulher raizeira e potente que brilha por si só. Ao José, meu amigo de tantas horas e momentos inusitados a quem nunca vi pestanejar. Ao Léo, camarada, pela troca, escuta, leitura, cirandas e devaneios.

A todos que leram e comentaram este trabalho, em todas as suas fases.

Por fim, à Universidade de Brasília, pelo comprometimento com o ensino e pesquisa de qualidade e por mostrar que, sim, a universidade é e deve ser para absolutamente todas e todes - um dia chegaremos lá.

Añu, Awire, mestres do Universo.

RESUMO

Em 2020, o Sistema Agrícola Tradicional das comunidades apanhadoras de sempre-vivas em Minas Gerais foi reconhecido como o primeiro Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial brasileiro pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Embora o conceito de Sistema Agrícola Tradicional já seja empregado há pelo menos 15 anos no Brasil, o país ainda não consolidou uma política pública para tratar desta agenda tão complexa e urgente para garantir a manutenção dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e a conservação de variedades genéticas cultivadas apenas nestes contextos. Essa pesquisa se dispôs a compreender os resultados do reconhecimento internacional a partir de uma pesquisa qualitativa-exploratória com estudo de caso, bem como oferecer reflexões para o fomento dessa agenda. Foram ouvidos representantes das comunidades apanhadoras de sempre-vivas e seus parceiros institucionais, bem como representantes do governo federal e de Minas Gerais e representantes do Terceiro Setor. Conclui-se que, na ausência de uma política pública coordenada e transversal, os principais resultados do reconhecimento internacional foram o fortalecimento e autorreconhecimento das comunidades enquanto detentoras de direitos, além do processo de documentação e memória de suas histórias. A partir de um resgate histórico sobre políticas e ações de conservação da agrobiodiversidade, compreende-se que o Brasil tem plenas condições técnicas de promover a agenda, sendo necessário combater a matriz colonial e racista do Estado que privilegia determinados segmentos sociais. Um passo fundamental para o desenvolvimento dessa política, portanto, é a inclusão da pauta na Constituição Federal. Considera-se, por fim, que o reconhecimento de Sistemas Agrícolas Tradicionais tem o potencial de servir como marco zero para a formulação e coordenação de outras políticas para povos e comunidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: colonialismo ambiental; políticas públicas; patrimônio agroalimentar; povos e comunidades tradicionais

ABSTRACT

In 2020, the Traditional Agricultural System of the evergreen-gathering communities in Minas Gerais was recognized as Brazil's first Important World Agricultural Heritage System by the Food and Agriculture Organization of the United Nations. Although the concept of Traditional Agricultural System has been used for at least 15 years in Brazil, the country has yet to consolidate a public policy to address this complex and urgent agenda to guarantee the maintenance of traditional peoples' and communities' ways of life and the conservation of genetic varieties cultivated only in these contexts. This research set out to understand the results of international recognition from a qualitative-exploratory case study, as well as to offer reflections on how to promote this agenda. Representatives of the evergreen-gathering communities and their institutional partners were interviewed, as well as representatives of the federal and Minas Gerais governments and representatives of the third sector. It was concluded that, in the absence of a coordinated and transversal public policy, the main results of international recognition were the strengthening and self-recognition of the communities as holders of rights, as well as the process of documenting and remembering their histories. Based on a historical review of policies and actions to conserve agrobiodiversity, it is understood that Brazil has the full technical conditions to promote the agenda. It is necessary to combat the colonial and racist matrix of the state, which privileges certain social segments. A fundamental step for the development of this policy, therefore, is the inclusion of the issue in the Federal Constitution. Finally, it is considered that the recognition of Traditional Agricultural Systems has the potential to serve as ground zero for the formulation and coordination of other policies for traditional peoples and communities.

KEYWORDS: green grabbing; public policies; agricultural heritage; indigenous peoples

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01 - Linha do Tempo das políticas implementadas após a CDB, de 1994 a 2015.....	31
Figura 02. Centros Irradiadores de Manejo de Agrobiodiversidade no Brasil em 2007.....	41
Quadro 01 - Ações do Programa Nacional de Agrobiodiversidade.....	43
Figura 03 - Linha do Tempo das ações institucionais voltadas a SATs no Brasil.....	47
Figura 04 - Diretrizes para montar o dossiê de candidatura ao SIPAM.....	53
Figura 05 - Agricultoras tradicionais de 3 dos 7 SIPAMs reconhecidos pela FAO na América Latina.....	53
Figura 06 - Vista dos Gerais, sede da Codecex, em Diamantina (MG).....	62
Figura 07 - Mapa da Serra do Espinhaço.....	63
Figura 08: Apanhadora Margarida na Mata dos Crioulos.....	69
Figura 09: Exterior de Lapa na Serra do Espinhaço.....	69
Figura 10: Interior de Lapa na Serra do Espinhaço.....	70
Figura 11: Panha de flores na Serra do Espinhaço.....	70
Figura 12 e 13 - Parque Estadual do Rio Preto.....	73
Figura 14 - Imagem divulgação evento Novos Patrimônios.....	83

LISTA DE ABREVIações

ACIMRN - Associação de Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CIMAS - Centro Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade

CNPCT - Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

CODECEX - Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas

CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Tradicional

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPANB - Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA - Instituto Socioambiental

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MINC - Ministério da Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima

PAA - Programa Aquisição de Alimentos

PCD - Plano de Conservação Dinâmica

PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais

PERP- Parque Estadual do Rio Preto (MG)

PGPM-Bio - Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAP- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNB - Política Nacional da Biodiversidade

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas

PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRONABIO- Programa Nacional da Diversidade Biológica

RBSE- Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

SATs - Sistemas Agrícolas Tradicionais

SIPAM - Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola e Mundial

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

UFVJM- Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Objetivo Geral.....	18
Objetivos Específicos.....	18
Metodologia.....	19
Ponto de Partida.....	22
1. O TEMPO PASSADO (1992 - 2009).....	28
1.1 A Convenção sobre Diversidade Biológica e sua agenda no Brasil.....	29
1.2 Preservacionismo, cientificismo e o paradigma modernizante.....	34
1.3 Políticas Esquecidas.....	39
1.3.1 O I Encontro Nacional de Agrobiodiversidade e o projeto CIMAs (2003).....	39
1.3.3 Programa Nacional de Agrobiodiversidade (2008).....	43
1.3.2 A chancela da Paisagem Cultural pelo IPHAN (2009).....	47
2. O TEMPO PRESENTE (2010 - 2022).....	49
2.1 Ações para Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil entre 2010 e 2022.....	51
2.1.1 Registro do SAT Rio Negro.....	51
2.1.2 Registro do SAT Vale do Ribeira.....	52
2.1.3 Implementação do programa Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial.....	54
2.2 Do Golpe ao Desmonte.....	60
3. SEMPRE-VIVAS, SEMPRE NA LUTA.....	65
3.1 O Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional.....	67
3.3 O tempo das ameaças.....	77
3.3 O tempo do levante.....	82
3.4 O tempo do reconhecimento.....	86
4. FUTUROS POSSÍVEIS (2023 - ?).....	94
4.1 Equilíbrio de Tensões.....	95
4.2 Agir pelo vivo.....	99
BIBLIOGRAFIA.....	103

INTRODUÇÃO

Sou *barriga-verde*. Nasci junto ao mar, em Laguna, uma pequena cidade de pescadores no litoral sul de Santa Catarina, conhecida por seu patrimônio histórico e belas paisagens. Embora tenha crescido em outra cidade, todos os verões retornava à Laguna para passar as férias junto de meu avô. O distanciamento desse lugar de afeto me proporcionou o posto privilegiado de observadora: ano após ano pude acompanhar a intensificação do processo de urbanização de Laguna. Com ele, o apagamento gradual de uma estética açoriana marcada por fachadas coloridas e tipografias pitorescas, em harmonia com os emaranhados de tarrafas que repousavam em frente às casas e armazéns.

Com o passar dos anos, o cheiro da cidade se alterou junto com a paisagem natural, assim como as fachadas e os comércios. Hoje, peixe e camarão competem de igual para igual com comida tailandesa, japonesa, mexicana - sem falar nas hamburguerias - nos cardápios lagunenses. Por sorte, e graças à resistência das comunidades, a uma cuidadosa legislação ambiental e uma forte atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a cidade ainda preserva algumas peculiaridades e tradições, embora seja menos comum hoje em dia testemunhar a pesca com o boto, fenômeno particular de Laguna onde golfinhos nariz-de-garrafa - os botos - auxiliam os pescadores, conduzindo-lhes os cardumes de peixe.

Mais tarde, fui perceber que a história de Laguna é só mais uma, dentre tantas outras cidades e territorialidades, que testemunham o tempo corroer suas identidades e memórias em nome da ascensão de um paradigma homogeneizador vulgarmente chamado “desenvolvimento”. Foi o que aconteceu quando viajei para o Tocantins. Após ter concluído o bacharelado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tive a oportunidade de conhecer o povo Karajá na Ilha do Bananal (TO) durante uma experiência de trabalho e vi a história sendo apagada “ao vivo”. Não me cabe aqui adentrar nas complexidades dos estudos etno-culturais, na verdade, o que me impactou, ao visitar suas aldeias, foi testemunhar as condições precárias de existência em que viviam os Karajá. Não

entendi como poderia ser possível que grupos originários, guardiões das florestas e donos de um conhecimento valioso, pudessem estar tão expostos a doenças e apresentar visíveis níveis de insegurança alimentar.

Àquela época, poderia parecer improvável estabelecer um paralelo entre os pescadores de Laguna e os Karajá, o que mudou ao me deparar com termos como “patrimônio agroalimentar”, “etnoconservação”, “saberes tradicionais” e “memória biocultural” após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília. Percebi que o que me motiva a pesquisar é encontrar formas de fortalecer, por meio das políticas públicas, os processos de resistência e resiliência dos chamados Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e de seus modos de vida, ainda mais depois de saber da expressiva contribuição dos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) à conservação da agrobiodiversidade e seu impacto à garantia de segurança e soberania alimentar, pauta tão urgente nos dias que correm.

No entanto, surpreendentemente, ao buscar políticas públicas direcionadas a estas populações no Brasil, ainda em 2021, não encontrei nenhum programa ou política nacional consolidada, mas conheci a iniciativa das Nações Unidas para reconhecer, como patrimônio, sistemas agroalimentares *importantes* em todo o mundo por meio do programa Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM/FAO).

Para ser considerado *importante*, o sistema¹ deve apresentar um elevado grau de *agrobiodiversidade*, ou seja, a biodiversidade agrícola, manejada pela ação humana, em uma *paisagem cultural* - também resultante da intervenção humana ao longo dos anos. Além disso, o sistema deve garantir a *segurança alimentar* das pessoas que ali vivem; estas devem ter um modo original de *organização social* que incida sobre a resiliência e sobrevivência do sistema, além de um conjunto de

¹ A abordagem holística vem para dar conta de modos de vida que se traduzem não apenas pelos modos de fazer roça, ou pelas crenças e cosmologias que tais comunidades preservam: trata-se de um complexo *sistema* de conhecimentos e tecnologias ancestrais, repassados de geração em geração por determinada comunidade, que configuram ao território que habitam uma singularidade, uma *paisagem cultural*, onde a segurança e soberania alimentar são ancoradas e alcançadas graças à práxis coletiva e à conservação da agrobiodiversidade.

práticas, atividades e *conhecimentos tradicionais* que confira ao sistema uma identidade singular (FAO, 2021).

Atualmente, há 78 sistemas reconhecidos como Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 24 países. Sete deles estão na América Latina, e, por enquanto, apenas um no Brasil: o Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional (FAO, 2023), que recebeu o título em 2020 em meio à pandemia mundial de Covid-19. O primeiro país a receber o título foi a China, em 2005, enquanto Chile, Peru, Kenia, Tanzânia, Japão, Filipinas, Índia, Argélia, Marrocos e Tunísia tiveram seus primeiros² SIPAMs reconhecidos em 2011. Esse dado demonstra um relativo atraso do Brasil sobre esta agenda quando comparado ao cenário internacional, fato que se agrava ao considerarmos a singularidade da biodiversidade brasileira e da riqueza cultural de seus povos.

No contexto brasileiro, Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como povos culturalmente diferenciados, por seus modos de vida e pelas relações particulares que possuem com o meio ambiente e o território tradicional que ocupam, sendo este último uma condição para a sua reprodução cultural e social (NOGUEIRA, 2021).

O Brasil possui atualmente cerca de 1,7 milhão de pessoas indígenas (IBGE, 2023), de 230 etnias diferentes, que falam cerca de 180 línguas diferentes. Aproximadamente 3 mil comunidades quilombolas já foram identificadas, distribuídas em 24 Unidades da Federação. Somam-se aos indígenas e quilombolas mais 26 categorias de povos e comunidades tradicionais (pescadores artesanais, quebradeiras de coco, comunidades de fundo de pasto, faxinais, geraizeiros, vazanteiros, entre outros), distribuídos em todo o território nacional, reconhecidos pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Em 2017, havia aproximadamente 2,7 milhões de pessoas vivendo em comunidades ribeirinhas, segundo dados do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - PLANAFE (ALMEIDA & UDRY, 2019).

² Vários destes países contam com mais de um SIPAM.

Cumprе destacar que estes mesmos povos e comunidades são historicamente vítimas de invasões e conflitos ambientais em seus territórios, o que compromete seus recursos naturais (LITTLE, 2003; BUSTAMANTE, 2019), além de outras tantas violências políticas, sociais e culturais que impactam diretamente seus modos de vida e de subsistência, levando-os aos mais elevados índices de vulnerabilidade. Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA),

As históricas invisibilidades destes segmentos sociais resultaram em condições de vida precárias, na exclusão social e produtiva, na discriminação e na ausência de dados demográficos e estatísticos específicos para orientar prioridades na definição das políticas públicas. Herança que se revela, ainda hoje, no preconceito racial e étnico, nos baixos índices de desenvolvimento humano, nos altos índices de desnutrição, mortalidade infantil e de doenças provocadas por carências alimentares (CONSEA, 2009, p.4).

Países que tiveram seus SATs reconhecidos em 2011, como Chile e Peru, receberam apoio da FAO para desenvolver políticas nacionais de fomento à agenda³. No Brasil, algumas políticas isoladas chegaram a ser debatidas e postuladas, mas não tiveram sustentação, seja por razões técnicas ou políticas, como é o caso do projeto Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade, da Política Nacional de Agrobiodiversidade e do projeto Paisagens Culturais. Em 2010, o Iphan registrou o SAT Rio Negro como patrimônio cultural brasileiro, e a partir de 2017, com influência da FAO, o BNDES promoveu duas edições do Prêmio BNDES SAT com o objetivo de identificar possíveis candidatos brasileiros ao SIPAM, ações que serão melhor discriminadas ao longo do trabalho.

Durante a condução desta pesquisa, o Brasil passou por uma reestruturação institucional muito importante. Com a mudança de governo a partir de janeiro de 2023, órgãos de fomento a políticas públicas voltadas ao campesinato e aos povos e comunidades tradicionais foram criados ou retomados, como é o caso da recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Cultura e da criação do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Igualdade Racial. As estruturas internas de cada ministério também sofreram reformas com o objetivo de priorizar políticas sociais com recortes de gênero, raça e renda, com fomento a

³ O conceito de agenda, neste trabalho, é entendido amplamente como o processo de transformar questões públicas em prioridades governamentais. Capella (2018) apresenta as diferentes tipologias e conceitos que se desdobram a partir disso.

políticas de inclusão social e produtiva. O novo governo também resgatou importantes aparelhos para a manutenção da democracia, como a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Apesar de ainda incipiente, esta reforma administrativa dá o ar de esperança para o desenvolvimento de uma agenda nacional para SATs, um cenário completamente distinto de quando iniciei a pesquisa, em julho de 2021, quando servidores do Governo Federal eram censurados por fazer reuniões interministeriais ou mesmo por atuar em determinadas pautas. A intersetorialidade, como veremos a seguir, é uma lente fundamental para compreendermos uma agenda tão complexa e dinâmica como são os Sistemas Agrícolas Tradicionais.

O *se* e o *como* esta agenda será implementada no Brasil é um ponto de atenção. Um dos efeitos da pesquisa acadêmica é o rompimento com ingenuidades e tabus. O fato de em 2023 o Brasil ainda não ter consolidado uma política nacional para sistemas agrícolas tradicionais, de povos e comunidades tradicionais, não é mero acaso ou fruto de alguma incompetência de ordem burocrática. É uma decisão política, amparada em um Estado colonial e colonizador. Quebrar este ciclo de injustiças e violências é urgente.

Objetivo Geral

Oferecer reflexões e contribuições para o fomento da agenda de políticas públicas para Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil.

Objetivos Específicos

1. Mapear os marcos regulatórios e as iniciativas institucionais brasileiras que servem de ponto de partida ao estabelecimento de uma política nacional de reconhecimento e salvaguarda de SATs;
2. Verificar os resultados obtidos pelo SAT Serra do Espinhaço após o reconhecimento pelo SIPAM por meio da escuta dos apanhadores de

- sempre-vivas e das organizações envolvidas, a fim de conhecer sua perspectiva e/ou demanda sobre as políticas públicas;
3. Compilar os aprendizados da pesquisa e trazer sugestões para o Brasil.

Metodologia

Produzir pesquisa sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil é um desafio. Em primeiro lugar, porque este não é meu lugar de fala⁴: sou uma mulher branca, descendente de europeus, pertencente à classe média, que cresceu e se desenvolveu no meio urbano, dotada de privilégios que me fizeram alcançar uma universidade branca e, vagarosamente menos, mas ainda tão, racista. Tivesse esta pesquisa acontecido em tempos outros que não durante as condições de isolamento social provocadas pela pandemia de Covid-19, gostaria de poder dizer que produzo pesquisa **com** povos e comunidades tradicionais, e não *sobre*. Nada mais neocolonial do que seguir tratando - e a Academia insiste nisso - povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e os demais *naive*⁵ como *objeto* de pesquisa. Como diz Uyra Sodoma⁶, mundos diferentes podem e devem se aprender, mas o *como* isso ocorre é o que se torna fator decisivo para mudar realidades - para o bem ou para o mal.

Em segundo lugar, uma grande dificuldade vem justamente da falta de dados e estatísticas disponíveis sobre estas populações, o que vem a corroborar a importância de produção de pesquisa e estratégias de visibilidade a estes sujeitos dotados, porém privados, de direitos. Portanto, a fim de situar minhas escolhas metodológicas, julgo importante, primeiro, situar meu lugar de fala (e aqui deixo um

⁴ “Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais” (KRENAK, 2022, p.42)

⁵ Do inglês, Naive: ingênuo. Em referência à “arte naif”, ou “arte ingênua”. Trata-se de pinturas feitas por pessoas que habitam o meio rural, representando o meio rural e suas particularidades. O termo “ingênuo” refere-se à antítese de “gênio”, ou seja, para os autores da expressão, uma pessoa *da roça* jamais alcançará a genialidade. Ver: Trivellato (2021).

⁶ Registro oral de Uyra Sodoma, drag queen Munduruku que trabalha com arte-denúncia por meio de performances, onde se camufla de seres da floresta para ensinar aos jovens das comunidades ribeirinhas e sensibilizar a população em geral sobre a importância da proteção de seus modos de vida diante da destruição das florestas.

especial agradecimento à Laure Empeaire por me conduzir a esta constatação): sou uma analista de políticas públicas, solidária politicamente a povos e comunidades tradicionais, ativista antirracista, pensadora do Estado e de suas burocracias, responsabilidades, ausências e deveres. Minha responsabilidade enquanto pesquisadora, compreendi, é provocar reflexões que possam levar à modernização⁷ do Estado.

Deste modo, o tema desta pesquisa é uma *política* que *atravessa* povos e comunidades tradicionais. Não poderia apontar caminhos para a pergunta “*como criar uma política decolonial para sistemas agrícolas tradicionais no Brasil?*” sem ouvir as bases, pois estaria reproduzindo uma das principais críticas levantadas durante esta dissertação. No entanto, devido às limitações enfrentadas no decorrer da pesquisa, entre elas o isolamento social e o pouco tempo disponível próprio de um curso de Mestrado, me sinto pouco à vontade para dizer que esta pesquisa fora construída *em conjunto* com a comunidade tradicional da Serra do Espinhaço (MG), embora tenha ido à campo e ouvido alguns de seus representantes. Em um cenário ideal - quem sabe proporcionado pelo doutorado - trataria de expandir o número de atores da pesquisa e eventualmente, também, explorar metodologias participativas e colaborativas.

Para falar de um tema tão complexo e ao mesmo tempo delicado, optei por realizar uma pesquisa qualitativa-exploratória com estudo de caso, a partir de aporte teórico e análise documental. A coleta de dados se deu através de amostragem bola-de-neve, a qual consiste em formar cadeias de referência a partir da identificação de *sementes* - atores-chave. As pessoas *semente* indicam novos atores para serem entrevistados, que, sucessivamente, indicam novos atores, e assim por diante. A amostra encerra quando as informações prestadas pelos entrevistados ou a própria lista de nomes indicados se esgota ou satura, não agregando mais elementos à análise (MARTINS, 2004).

⁷ Apesar de estar falando sobre *ancestralidade*, o emprego do termo *modernização do Estado* se justifica por seu conceito na administração pública e ciência política. Aqui, a ideia de modernização não está amparada na base racionalista tecnocrática a que o termo *moderno* costuma estar associado, mas, sim, de torná-lo (o Estado) mais eficiente a fim de efetivamente servir à população, como veremos a seguir. Eventualmente, o termo poderia ser atualizado para “ancestralização do Estado”.

Assim, esta pesquisa só foi possível graças à gentil contribuição de representantes das comunidades apanhadoras de sempre-vivas da Serra do Espinhaço; do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; de representantes da sociedade civil organizada, entre eles integrantes do Instituto Socioambiental (ISA) e do Slow Food; dos pares da Academia e de representantes dos órgãos do Governo Federal, entre técnicos e burocratas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Algumas entrevistas foram realizadas por videoconferência e outras de forma presencial em Diamantina (MG), Brasília (DF) e São Paulo (SP). Além de cederem seu tempo para responder às questões, os entrevistados também contribuíram compartilhando documentos essenciais à condução da dissertação.

Para fins de análise, optei pela estratégia de triangulação dos dados, que diz respeito à exploração, no mesmo estudo, de informações coletadas em tempos e/ou espaços diferentes ou por fontes distintas (DENZIN & LINCOLN, 2006). Assim, diferentes dimensões de tempo permitem explorar o comportamento de um determinado problema ao longo do tempo, assim como as diferentes dimensões espaciais possibilitam uma análise comparativa do problema em locais diferentes, sendo que o mesmo ocorre com as fontes distintas, que proporcionam ao investigador analisar o problema a partir de diferentes olhares (DENZIN & LINCOLN, 2006).

A partir da triangulação dos dados, foi possível obter um olhar panorâmico sobre o tema, uma vez que diferentes fontes de evidências produziram diferentes avaliações do mesmo fenômeno, o que permitiu identificar as linhas convergentes e divergentes da investigação, corroborando afirmações, contradições, ambiguidades e divergências (YIN, 2005).

Para fins de sistematização, organizei o trabalho em três tempos: passado, presente e futuro. No passado, trago o conjunto de marcos regulatórios no âmbito internacional e nacional que orientaram o debate, desde a Convenção da Diversidade Biológica na Rio 92. Considero presente o tempo a partir de 2010, com

o registro do SAT Rio Negro como patrimônio nacional brasileiro e as ações isoladas que o governo brasileiro executou desde então. Começo a contabilizar o futuro a partir de 2023, surfando na onda da reforma administrativa federal e apontando os possíveis horizontes para uma política que promova uma justiça, efetivamente, socioambiental. Por entender que um Sistema Agrícola Tradicional atravessa todos os tempos (EMPERAIRE, 2020)⁸, o capítulo das Sempre-Vivas foge à lógica temporal⁹.

Ponto de Partida

A linha entre biodiversidade e agricultura é tênue: a biodiversidade é mexida, manipulada e co-criada cotidianamente (TSING, 2005). À sua integração damos o nome de *agrobiodiversidade*: por essência, um produto da interação de mulheres e homens com o ambiente natural. As práticas de manejo, cultivo e seleção de espécies desenvolvidas por agricultores ao longo dos últimos 12.000 anos legaram uma enorme diversidade de variedades e de agroecossistemas. Portanto, é impossível falar sobre agrobiodiversidade sem destacar as práticas culturais e socioeconômicas que a sustentam, determinam e condicionam (EMPERAIRE, 2005; SANTILLI, 2009).

Uma abordagem holística da agrobiodiversidade requer, então, passar da categoria "agricultura" à de sistema agrícola, trazendo luz aos demais componentes do domínio social, cultural e material que se inter-relacionam e interseccionam de forma complexa e complementar: *“trata-se de um sistema aberto, construído em torno das relações sociedades-espacos-plantas que*

⁸ Laure Emperaire (2020) fala que o SAT é capaz de mobilizar e integrar várias escalas de tempo, sendo esta dimensão temporal um aspecto fundamental do patrimônio. Diferentemente da agricultura moderna que se organiza a partir do tempo curto (otimização da produtividade), o SAT se organiza em torno do tempo longo (as narrativas míticas, origens das variedades, do manejo à domesticação); do tempo da memória (as plantas como marcadores de trajetórias e vivências das pessoas) e do tempo agroecológico (o ciclo de cada planta e do ecossistema). Registro oral de Laure Emperaire durante a Semana do Patrimônio Cultural em 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1oc8Ece4Y1I&t=4837s>> Acesso em: 05/04/2023.

⁹ Falar de Sistemas Agrícolas Tradicionais permite o emprego de infinitas lentes, pois estamos falando de um Sistema. Neste trabalho, poderia ter escolhido a abordagem de gênero, de segurança e soberania alimentar, de desenvolvimento territorial ou do patrimônio cultural. No entanto, decidi abordar o tema a partir da perspectiva ambiental, justamente para poder explorar os paradoxos e conflitos que se estenderam no território da Serra do Espinhaço e se multiplicam em demais SATs no Brasil.

incorpora certos elementos em função de contextos culturais, ecológicos, históricos ou ainda políticos” (EMPERAIRE, 2010, p.19).

Ou seja, estratégias para conservar a agrobiodiversidade devem transcender o incremento de práticas e tecnologias agrícolas, e olhar para o sistema agrícola como um todo, para a comunidade envolta, sua identidade e as formas de produção e reprodução de sentidos e saberes, em torno de um território comum (EMPERAIRE, 2005).

Assim, para conservar a agrobiodiversidade, já não basta cogitar, por exemplo, em conservar sementes e, posteriormente, identificar genes relevantes, mas contemplar todo o sistema agrícola, ou seja, seus lugares, seus instrumentos, suas formas de fazer, para que a conservação se faça de modo fecundo, integrado e duradouro (BUSTAMANTE, 2019, p.19).

O modelo de conservação apontado por Bustamante (2019) diz respeito à conservação *in situ*, o que significa dizer que a conservação de ecossistemas e a manutenção e recuperação de espécies se dá em seus próprios meios naturais¹⁰. A conservação *on farm* é aquela na qual os agricultores conservam a diversidade genética no campo, por meio de técnicas de plantio e manejo do agroecossistema, de seleção e melhoramento das variedades até as técnicas de estocagem de sementes, e é uma forma de conservação *in situ* (SANTILLI, 2010).

Devido a todas estas características, há duas décadas o conceito de sistema agrícola tem sido absorvido pelo campo do patrimônio cultural¹¹, tendo como marco global a criação do programa Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM)¹², pela FAO, e, no Brasil, com o processo de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN) como patrimônio imaterial

¹⁰ Diferentemente da conservação *ex situ*, que diz respeito aos bancos de germoplasma, onde a conservação se dá em meios artificiais (SANTILLI, 2010).

¹¹ A Lei 13123, Art 8º Inciso II, reconhece que o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético integra o patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm> Acesso em: 11 de julho de 2022.

¹² Apesar de ter sido oficializado como programa regular da FAO apenas em 2015, sua formulação começou em 2002 e, em 2008, teve sua edição piloto em 6 países, portanto em uma linha do tempo o considero anterior ao SAT-RN.

brasileiro, em 2010, pelo Iphan¹³ (SILVA *et al.*, 2020; BRAYNER, 2019, EMPERAIRE, 2010).

Durante o processo de registro do SAT-RN, o conceito de Sistema Agrícola Tradicional (SAT) foi forjado para dar conta das complexidades socioculturais em torno do cultivo de uma grande diversidade de variedades de mandioca. No dossiê do bem, SAT é entendido como “o complexo de dimensões cosmológicas, culturais e técnicas que abrangem as práticas relacionadas às atividades de agricultura, a sociabilidade e a alimentação” (IPHAN, 2019).

Em 2017, com o objetivo de reconhecer e divulgar boas práticas de salvaguarda e conservação dinâmica associadas à agrobiodiversidade e à sociobiodiversidade, o BNDES, em parceria com a Embrapa, o Iphan e a FAO lançou o I Prêmio BNDES SAT, onde atualiza o conceito de SAT para

um conjunto de elementos desde os saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas e artefatos e outras manifestações associadas, formando sistemas culturais que envolvem espaços, práticas alimentares e agroecossistemas manejados por povos e comunidades tradicionais e por agricultores familiares (BNDES, 2017).

Nesta dissertação, SATs são entendidos como sistemas dinâmicos nos quais elementos culturais, ecológicos, históricos e socioeconômicos interagem, no tempo e no espaço, mostrando-se resilientes e sustentáveis e gerando paisagens características (MDA, 2023), estando intimamente ligados à questão da identidade étnica e da territorialidade, trazendo importantes implicações no campo das políticas públicas e das lutas dos movimentos sociais (SILVA *et al.*, 2020).

No âmbito do programa SIPAM, os autores Koohakfan e Altieri (2011) destacam a importância de se reconhecer SATs como patrimônio, a fim de que estes sejam protegidos dos interesses econômicos e possam, assim, florescer:

Os Sistemas Agrícolas Tradicionais constituem um legado cumulativo da humanidade, iniciado desde o período Neolítico, de importância fundamental. A agricultura moderna ameaça constantemente a sustentabilidade desta herança. Pelo seu significado ecológico e cultural, e a riqueza e a amplitude do conhecimento acumulado com a experiência na gestão e utilização dos recursos que estes sistemas representam, é imperativo que sejam reconhecidos esses recursos como patrimônios

¹³ Os caminhos do registro de patrimônios imateriais ligados à alimentação, pelo Iphan, são apresentados e discutidos por Pieroni (2023).

globalmente significativos, a fim de serem protegidos e conservados, bem como permitidos a evoluir (KOOHAFKAN & ALTIERI, 2011, p.21).

Entender sistema agrícola pela perspectiva do patrimônio significa, portanto, compreender que os saberes tradicionais empregados no manejo das roças são fruto “*de processos constantemente reelaborados ao longo de várias gerações, sendo o tempo presente apenas um momentum em sua trajetória*” (EMPERAIRE, 2010). Não se trata de um sistema de saberes morto ou estático, um legado finito do passado, mas sim de um sistema de conhecimento vivo, aberto, em constante mutação com o seu ambiente (CUNHA, 2007).

Paralelo à construção deste entendimento, no entanto, nas últimas décadas foram cometidas uma série de violências institucionais em nome da agenda da conservação, um fenômeno não exclusivamente brasileiro que tem origem no mito da natureza intocável, a *wilderness*¹⁴ (FRANCO, 2013; GREBOWICZ, 2015), produzindo o que Vandana Shiva (2023) chama de *apartheid ecológico*. O mito que orienta políticas preservacionistas, que entendem que o contato do humano com a natureza destroi a natureza. Em nome deste ideal, as políticas *preservacionistas*¹⁵, fomentadas por um ambientalismo branco (FERDINAND, 2022), desconectam grupos originários de seus lugares de afeto e memória (NAZAREA, 2006), onde gerações e gerações de seus antepassados viveram em harmonia com a natureza.

As políticas públicas são um dos principais instrumentos de ação do Estado sobre a sociedade¹⁶ e servem para mediar e proteger os interesses dos cidadãos. Esse mesmo Estado, vale lembrar, detém o monopólio do uso legítimo da violência. Cabe ao Estado, e só ao Estado, decidir como e quando a violência (definida como variadas formas de coerção, e não apenas a violência física), deve ser aplicada contra os cidadãos (WEBER, 2011). Assim, ele pode atuar contra ou a favor da população, de acordo com suas ideologias e com a concepção democrática que

¹⁴ *Wilderness* possui algumas traduções possíveis: a força bruta do selvagem, a natureza selvagem, a natureza intocável, entre outros. Em geral, o conceito está relacionado a um ideal romântico de “pureza”. Creio ser possível traçar paralelos entre esse ideal e os valores patriarcais de controle sobre os corpos femininos.

¹⁵ O movimento preservacionista é fundado por John Muir como uma vertente mais radical do movimento conservacionista, no início do Século XX, que alegava que a interferência humana é nociva ao meio ambiente.

¹⁶ SOUZA (2006) e SECCHI (2013) trazem importantes contribuições referentes à conceituação de política pública e o papel de Estado e sociedade no seu ciclo desde a perspectiva da Administração Pública.

lhe orienta¹⁷. Mas que democracia é essa que produz e reproduz margem quando expulsa pessoas de seus territórios? A quem essa suposta democracia está servindo?

(...) a democracia como prática põe em evidência dimensões da arquitetura política liberal que só são visíveis das margens. Lá, nas margens demarcadas pelas necessidades do capital, isto é, força de trabalho e matéria-prima, a gente só lida com a face violenta e indiferente do Estado (TIBLÉ, 2022, p.8).

Ou, que democracia é essa, onde, nas palavras de Lobão (2011) políticas são desenhadas “com as melhores intenções” para atingir seu *objeto* - a população - sem considerá-la, no entanto, parte legítima do processo?

(...) as políticas de gênero, de raça e para as populações indígenas são elaboradas, mesmo nos governos progressistas, não apenas por homens brancos, mas dentro da lógica política dos homens brancos. Os grupos oprimidos não são sujeitos das próprias transformações, mas objetos de políticas públicas realizadas pelos espaços de poder completamente dominados pelos homens brancos (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022, p. 127).

Mais ainda, que democracia é essa, em que mulheres e homens são obrigados a assumir identidades outras - que não a de meramente cidadãos brasileiros - fazendo-os se adequar a caixinhas conceituais identitárias sob a condição de que pratiquem e promovam um *desenvolvimento sustentável* - cujo conceito não lhes foi endógeno (LOBÃO, 2011) em nome do resgate “*de um paraíso perdido, uma fantasia romântica, a tão sonhada fuga do real*” (GREBOWICKZ, 2015, p.7)?

A colonialidade é uma forma de dominação que vai além do colonialismo, apropriando-se não só do território geográfico, mas também das produções sociais, culturais, simbólicas e também semânticas (QUIJANO, 2005; BAUER et. al, 2019). Lobão (2011), ao analisar políticas de conservação para reservas extrativistas, provoca uma distinção entre políticas de Estado e políticas *públicas*. Para ele, as políticas formuladas e implementadas por um governo corporativista, que não dialoga com as comunidades e simplesmente as submete a seus programas são consideradas "políticas de Estado", enquanto as políticas elaboradas por ou em

¹⁷ O historiador norte-americano Donald Worster (*apud* Grebowickz, 2015) assinala que a natureza selvagem e a democracia compartilham a mesma origem ideológica do final do Séc. XVIII, amparadas na intersecção da igualdade social com as liberdades individuais.

diálogo e cooperação com as comunidades, essas sim teriam a legitimidade para serem chamadas de políticas *públicas* (LOBÃO, 2011).

Na verdade, Lobão estaria se referindo aos modelos de implementação de política pública, denominados de cima-para-baixo (original do inglês *top-down*) e de baixo-para-cima (*bottom-up*)¹⁸, que determinam o tipo de relação Sociedade-Estado instrumentalizada por uma política. A primeira abordagem tende a criar “sujeitos-passivos”, enquanto a perspectiva *de baixo-para-cima* pretende criar “sujeitos-ativos”, sendo mais sensível a culturas e redes locais (RIBEIRO, 2008).

Porque há uma reforma constitucional “de cima para baixo” e haverá a nossa, a reforma constitucional de “baixo para cima”, que vai levar em conta o território usado. A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que necessitamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo – o dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência. Talvez por culpa nossa, já que não elaboramos de maneira conveniente os conceitos capazes de dialogar com as outras ciências sociais (SANTOS, 1999, p.17).

Entre esta disputa, *quiçá*, ontológica (e lembrando do Krenak, “nós estamos em guerra”), seria possível encontrar formas de implementar uma política - pela via do Estado, sim - realmente *pública* nos termos de Lobão, ou uma política “*política*”, que de fato contribua para “despiorar” a vida destas pessoas?

Recorro a Viveiros: “*uma boa política, aquela que me desperta atenção de início, é aquela que multiplica os possíveis*” (CASTRO, 2008, p. 255). A verdade é que enquanto antropólogos, ecologistas e uma sorte de burocratas e formuladores de políticas públicas discutem modelos e conceitos “no grande palco da ciência”, quem está efetivamente promovendo a conservação da agrobiodiversidade são os agricultores tradicionais que, durante suas jornadas diárias, seguem reinventando a ruralidade a partir do seu saber-fazer, “*trocando, renovando e se conectando*”

¹⁸ No campo de públicas, essa discussão perpassa ainda o questionamento do papel de formuladores e implementadores de políticas públicas. De acordo com Baptista e Rezende (2011), por exemplo, o modelo de cima-para-baixo pressupõe que a fase administrativa da política pública é a implementação, ficando esta restrita aos atores burocráticos e sendo totalmente desvinculada da fase política, que tem os formuladores como atores centrais, podendo esses serem representantes da sociedade civil e/ou do governo.

através de sementes e memórias, cercando-se de familiaridade e conforto e desafiando a sombria política da perda" (NAZAREA, 2006, p. 57).

Assim, formular políticas que tratem os povos tradicionais e o conhecimento tradicional como mero *objeto* investigativo, e não como sujeitos ativos na condução de seus próprios destinos, seria reproduzir, furtivamente, séculos de colonialismo, apesar de nossas melhores intenções, como aponta Lobão:

Nossa postura tem sido uma postura neocolonial, apesar de nossas melhores intenções. [...] queremos respeitar as formas tradicionais de conhecimento, desde que se transformem em bens dentro de nosso regime ocidental baseado na propriedade privada de propriedade, e que sejam subordinados ao conhecimento científico sobre conservação e biodiversidade (LOBÃO, 2011, p.7).

Torna-se fundamental, então, superar a hierarquização dos conhecimentos na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para SATs e comunidades tradicionais, a fim de que se possa promover um diálogo horizontal entre os saberes (CUNHA, 2007) e construir uma política, afinal por quê não?, decolonial.

(...) a possibilidade de superação virá por meio de uma participação mais ampla dos setores historicamente excluídos nos espaços de poder, rompendo com as barreiras simbólicas para o desenvolvimento de políticas que tenham essas populações não apenas como alvo das políticas públicas, mas como sujeitos construtores delas (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022, p. 128).

1. O TEMPO PASSADO (1992 - 2009)

O mundo é, assim, um lugar cheio de significados e intenções. Essa concepção do mundo induz uma compreensão correspondente do homem. Nós os seres humanos não somos os mestres da natureza, mas trabalhamos com seus potenciais para trazer à fruição um mundo significativo. Nosso conhecimento deste mundo e nossa ação nele não são arbitrários, mas são, de algum modo, a realização do que se esconde na natureza (NEDER, 2010, p. 56).

1.1 A Convenção sobre Diversidade Biológica e sua agenda no Brasil

Na sombra das mudanças climáticas e também dos diversos efeitos destas sobre os mais diversos segmentos econômicos, as últimas décadas foram marcadas por um grande esforço de uma multiplicidade de atores em conceituar termos como biodiversidade, desenvolvimento sustentável, agrobiodiversidade, sociobiodiversidade, sustentabilidade e outros (FRANCO, 2013; PULZ *et. al*, 2014; TAKACS, 2019).

A diversidade é pressuposto fundamental para a manutenção e reprodução da vida. Sem anseios fatalistas, é possível afirmar com tranquilidade que, sem diversidade, não há vida. Encontramos diversidade tanto na escala micro, na composição de organismos, quanto na escala macro, na composição de ecossistemas e biomas, assim como nos diferentes modos com que nos relacionamos com a vida em geral (TAKACS, 1996; DIEGUES, 2000; FRANCO, 2013; CASTRO, 2008), a partir de diferentes saberes, experiências e cosmologias que se traduzem em diferentes culturas. Proteger a diversidade biológica, neste sentido, seria proteger a própria humanidade (CASTRO, 2008; SHIVA, 2020)¹⁹.

Partindo deste consenso e em reconhecimento às crescentes taxas de perda de biodiversidade no mundo, em 1992 foi pactuada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre

¹⁹ Para Viveiros de Castro (2008), a crise ambiental reflete, nesse sentido, uma crise cultural, uma ameaça à vida humana. Na mesma direção, Shiva (2020) alerta para a urgência de proteger a natureza enquanto constituinte do *ser humano* - não como meio, e sim como essência, ou seja, não da natureza à serviço do homem, mas sim como elemento constituinte do próprio *ser humano* (SHIVA, 2020).

Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, a Rio-92. O Brasil, que lidera o ranking dos países megadiversos²⁰, foi o primeiro a assinar o acordo (PRATES & IRVING, 2015), um ato simbólico representando o compromisso do país com a agenda da conservação perante a arena internacional.

A CDB possui grande importância histórica por ser o primeiro acordo global a abordar aspectos da diversidade de recursos genéticos, biológicos, de espécies e ecossistemas, trazendo um quadro de orientação para coordenar políticas nacionais em torno da agenda de conservação da biodiversidade. Apesar de se basear em uma abordagem de *cima-para-baixo*, a CDB se limitou a ser um instrumento conceitual orientador, sem a pretensão de interferir na soberania dos países signatários (PRATES & IRVING, 2015).

Entre suas contribuições, destacam-se a criação da categoria *áreas protegidas*, definidas no Art. 2º como áreas geograficamente designadas para alcançar objetivos específicos de conservação, e também o estabelecimento de treze diretrizes para a conservação *in situ*, no Art. 8º, das quais sublinho o seguinte trecho:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

[...]

j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;

Isso significa que, em 1992, a CDB já postulava o entendimento de que a diversidade *biológica* está intimamente ligada e é dependente de uma diversidade de modos de vida, portanto, de uma diversidade *cultural*. Essa inter-relação pode ser compreendida tanto pela perspectiva de Viveiros de Castro, para quem a

²⁰ O Grupo dos Países Megadiversos com Posições Afins é formado por 18 países que concentram, juntos, entre 60 e 70% da biodiversidade global. O Grupo é composto por: África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, República Democrática do Congo, Equador, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia e Venezuela. Na COP15, em dezembro de 2022, o Brasil foi novamente eleito presidente do grupo.

diversidade cultural é um reflexo da diversidade biológica, uma vez que somos todos produtos do meio e internalizamos e reproduzimos a diversidade “externa” (CASTRO, 2008), quanto pela ótica de Diegues (2000), que afirma que a diversidade natural é, também, o resultado de uma construção cultural:

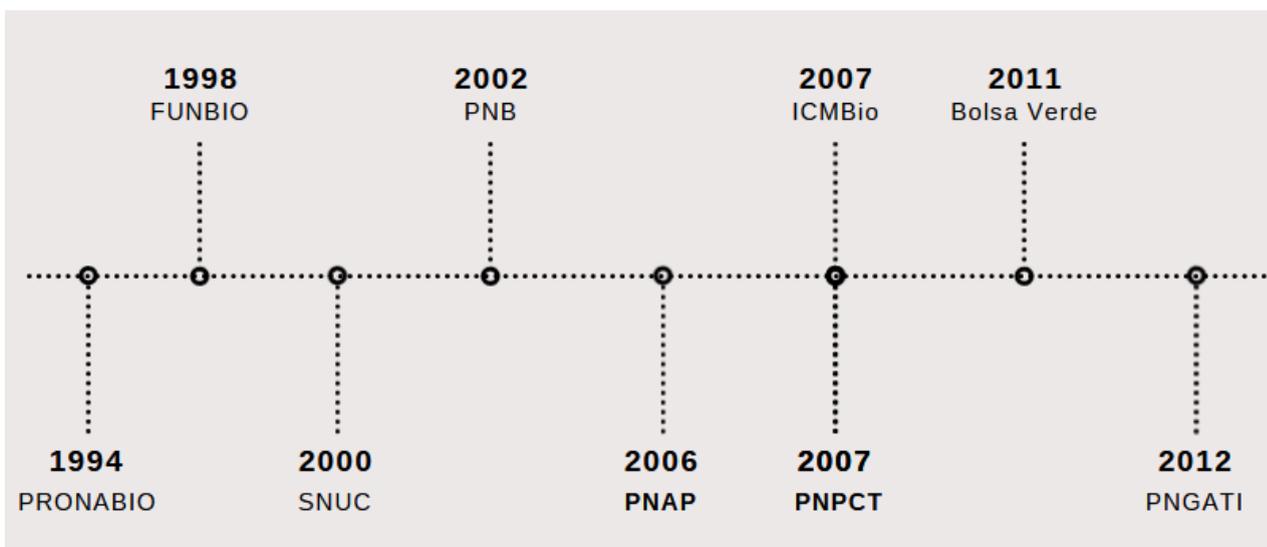
Pode-se, portanto, concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é também fruto da cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, transferir espécies de um lugar para outro e, frequentemente, adensá-la, enriquecendo-a local e regionalmente (DIEGUES, 2000, p.309).

Para Laure Emperaire (2005), *“a diversidade está ligada ao funcionamento global de cada sociedade e ao funcionamento do agrossistema que ela produz”* (EMPERAIRE, 2005, p.39). Ou seja, o modo como gerimos nossas diversidades acaba por influenciar o funcionamento global de toda a sociedade, de forma orgânica e também política.

Até maio de 2023, 168 países já haviam assinado a Convenção da Diversidade Biológica. No Brasil, a Convenção entrou em vigor no fim de 1993 e teve o texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 2/1994 e ratificado no Decreto Federal 2.519/1998. O país deu passos muito significativos para a consolidação da agenda, tendo sido o primeiro dos signatários a internalizar a CDB por meio de ato legal com a Resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) e tendo criado, pelo menos até 2008, 74% de todas as áreas de proteção no planeta (PRATES & IRVING, 2015).

Entre 1994 e 2015, foram criados no Brasil, sob influência da CDB, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Política Nacional da Biodiversidade (PNB), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), o Programa Bolsa Verde e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), entre outros (PRATES & IRVING, 2015).

Figura 01 - Linha do Tempo das políticas implementadas após a CDB, de 1994 a 2015



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Prates & Irving (2015).

Apesar de a CDB postular sobre conservação *in situ* no texto original em 1992, apenas em 2000 ela reconhece a biodiversidade cultivada, ou seja, a agrobiodiversidade. A Decisão V a entende como um termo guarda-chuva que contempla todos os componentes da biodiversidade com relevância para a agricultura e alimentação, e todos os elementos que constituem os agroecossistemas. A Decisão V também reconheceu o papel de povos e comunidades tradicionais para a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, destacando a necessidade da sua participação na implementação de políticas públicas e de subsidiar sua capacitação e troca de saberes (STELLA *et al*, 2006).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida por meio do Decreto 6.040/2007, também é um marco histórico ao reconhecer a diversidade dos povos e comunidades tradicionais brasileiros e sua íntima relação com os territórios tradicionais que habitam. O texto estabelece que as ações da PNPCT deverão ocorrer de forma **intersetorial, integrada, coordenada e sistemática**, levando em conta o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural de PCTs, a preservação de seus direitos e memórias culturais e a integridade de suas identidades raciais e étnicas.

Entre os 17 objetivos específicos da política elencados no Art. 3º, destaco os seguintes:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

(BRASIL, 2007)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) é uma ferramenta de gestão integrada para monitorar o desenvolvimento da agenda no Brasil. No site do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA) é possível encontrar o relatório de setenta indicadores para as vinte metas nacionais de biodiversidade previstas no EPANB para o período 2010-2020²¹. Das vinte metas, a única a abordar de modo mais específico ações para povos e comunidades tradicionais, é a 18ª:

Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.

Para monitorar o cumprimento da meta 18, foram previstos três indicadores:

E18.1 Área de Floresta Pública com Uso Comunitário;

²¹ Disponível em:

<<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>>

Acesso em: 11 de agosto de 2023.

E18.2 Proporção de gastos com produtos alimentícios da sociobiodiversidade no PAA e PNAE;

E18.3 Número de produtos da sociobiodiversidade na PGPM-Bio.

Apesar dos avanços no entendimento estatal com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) pelo Decreto 6.040/2007, e da Política Nacional de Áreas Protegidas ter reconhecido a importância da diversidade sociocultural para a conservação da diversidade biológica (PRATES & IRVING, 2015), é grave que povos e comunidades tradicionais tenham sido diretamente considerados em apenas uma das vinte metas nacionais para conservação da biodiversidade. Também a natureza de seus indicadores revela convicções, no mínimo, questionáveis: primeiro, a de que povos e comunidades tradicionais habitam apenas áreas de floresta e, segundo, que precisam estar associados a uma lógica de mercado - ainda que institucional - para serem considerados nas políticas de conservação da biodiversidade²².

1.2 Preservacionismo, cientificismo e o paradigma modernizante

Não é de hoje que as diversidades - biológica e cultural - sofrem ameaças. O livro “História das Agriculturas no Mundo” narra a história da humanidade nos cinco continentes por meio de seus cultivos e demonstra como, por meio da ascensão de tecnologias agrícolas, nasceram as *commodities* e, com elas, as desigualdades sociais (MAZOYER & ROUDART, 2010).

A neutralidade da ciência é, assim como a *natureza intocável*, um mito, uma vez que atravessa contextos sociais e, dessa forma, está impregnada de valores, os quais estão todos subordinados a uma lógica racionalista baseada no controle. Da forma como foi institucionalizada, a ciência está não apenas vinculada ao projeto tecnológico dominante, mas também, conseqüentemente, comprometida

²² Medeiros (2006) analisa como os instrumentos de proteção e as tipologias de áreas protegidas vão caminhar, mais tarde, com interesses de grupos dominantes: a cooptação do ambientalismo pelo neoliberalismo, o que é chamado de “colonialismo verde” ou *green grabbing*, em inglês (FAIRHEAD *et al*, 2012), traduzido informalmente por Hênio Barreto Filho, em registro oral, como “Greenlagem”. Mais pode ser visto em Büscher (2012), Takacs (2019) e Blanc (2020).

com o ideal capitalista²³ (LACEY, 2008). Com a ascensão do paradigma modernizante a partir do século XX, a ciência foi utilizada para uma grande devastação a enormes custas sociais e ambientais em nome do aumento da produtividade, seguindo a visão baconiana de controle da natureza à serviço do homem. O maior símbolo desse fenômeno foi a transformação das sementes, outrora herança comum da humanidade, em mercadorias (SHIVA, 2001; LACEY, 2008).

Ao ser utilizada a favor do desenvolvimento de monoculturas e das produções em larga escala, a ciência, alinhada à lógica liberal, contribuiu para esvaziar o rural de vida, de cor, de sentidos, produzindo e reproduzindo desigualdades e homogeneizando os campos (PETERSEN, 2013). *A mão invisível* passou a decidir quem nasce e quem morre: *“a não durabilidade econômica do sistema produtivo leva à não durabilidade ecológica do ecossistema cultivado”* (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 511). Tal perda ecológica resulta em perda cultural, pois a erosão genética está associada também a uma erosão de saberes e, logo, à erosão social (CUNHA, 1999).

No Brasil, a difusão da Revolução Verde privilegiou os agricultores e as espécies com maior potencial de adaptabilidade aos pacotes tecnológicos, deixando os agricultores “pobres” à margem²⁴ - afinal, *“a pobreza espera por aqueles que não se ajustam às expectativas sociais e políticas da tecnologia”* (NEDER, 2010, p.84) - negligenciando, assim, uma enorme diversidade vegetal e animal (MAZOYER & ROUDART, 2010; SANTILLI, 2010):

Além disso, muitos cultivos de víveres considerados secundários (milho, sorgo, ervilha, taro, batata-doce, mandioca, inhame, banana plátano...) não foram objeto de um esforço de pesquisa. A maior parte das espécies e de raças locais de grande e pequeno porte (zebus, iaques, búfalos,

²³ Como Foucault (2007) discute em sua teoria sobre poder/conhecimento, as formas modernas de opressão não estão tão baseadas em falsas ideologias, senão muito mais em verdades técnicas, as quais a hegemonia seleciona para reproduzir o sistema.

²⁴ A obra "Formação do Brasil Contemporâneo" de Caio Prado Júnior (2011) demonstra como a formação econômica do país como exportador de *commodities* esteve atrelada a políticas que reproduziram a desigualdade no campo. Castro (1983) denuncia a devastação social causada pela *monótona* monocultura: “A área do cacau é sociologicamente uma área de açúcar despida daqueles arranjos acomodativos que o patriarcalismo criou no Nordeste, daquele sossego aparente da doce vida dos engenhos [...] É mais uma zona de fome, alimentada pela fictícia riqueza do cacau (CASTRO, 1983, p.173).

asnos, carneiros, cabras, porcos) também foi negligenciada, sem contar as múltiplas espécies e variedades de legumes e de frutas, muito importantes na alimentação (MAZOYER & ROUDART, 2010, p.501).

Os efeitos deste modelo agrícola sobre o padrão alimentar imposto²⁵ são gravíssimos, levando da monótona monocultura (CASTRO, 1983) ao monoconsumo (CAMPELO & BORTOLETTO, 2022). Azevedo (2022) chama esse processo de *colonialidade alimentar cultural*, uma vez que a diversidade alimentar é sequestrada por ultraprocessados, e que destruir a cultura alimentar de um povo é uma forma de enfraquecê-lo para dominá-lo.

Existe também, nesse sistema agroalimentar colonial, o que chamamos de colonialidade alimentar cultural. A comida é um patrimônio alimentar imaterial, e destruir essa cultura também é uma forma de enfraquecer o povo e dominá-lo. Assim, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, taioba, frutas do Cerrado foram sequestrados pelos ultraprocessados, pelo trigo, pela maçã e pela alface-americana (AZEVEDO, 2022, p.310)

Em um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), revelou-se que hoje, das cerca de seis mil espécies de plantas cultivadas para alimentação, menos de duzentas possuem relevância na produção global de alimentos; nove respondem por 66% da produção agrícola mundial e três são responsáveis por 60% do total de calorias consumidas no mundo: arroz, milho e trigo (FAO, 2019), expondo também um macro cenário de desnutrição e insegurança alimentar.

Do que fica para o consumo humano, boa parte ainda vira alimento ultraprocessado, de baixo teor nutricional e que mantém, mesmo após toda a transformação que sofre, rastros de agrotóxicos usados em seu cultivo (CAMPELO & BORTOLETTO, 2022, p.279).

Além de provocar desnutrição pelo monoconsumo, o modelo agroexportador produz marginalização socioeconômica de agricultores tradicionais e erosão de solos: *“na agricultura os impactos ambientais afetam a própria base de produção, o agroecossistema”* (SANTILLI, 2010, p.3). O sexto relatório do IPCC revela que a simplificação das paisagens agrícolas, a drástica redução das raças, a concentração dos animais de criação e o nível de dependência que agricultura e

²⁵ Em “O aniquilamento da agrobiodiversidade provocada pelo império agroalimentar” Patrícia Bustamante e Marta Aguiar de Souza (2019) trazem um importante aporte sobre os sistemas alimentares modernos e a antropologia da alimentação, demonstrando como a cultura capitalista produz *status quo* por meio do consumo alimentar, padronizando dietas e contribuindo para a erosão genética e de saberes tradicionais.

pecuária se encontram de produtos químicos nocivos à saúde humana e à biodiversidade vêm acarretando o colapso do atual sistema alimentar mundial (ENGELMANN, 2021). Em outras palavras, isso significa dizer que esse modelo, amparado pela *ciência*, cava o seu próprio fim - e com ele, possivelmente, o de toda a humanidade, uma vez considerados os custos e impactos socioambientais para sustentá-lo²⁶.

Se por um lado o Brasil se destacou por grandes avanços em torno da criação de instrumentos para a conservação ambiental desde a CDB, como demonstrado anteriormente - com um forte tom preservacionista, vale dizer - por outro a agenda de conservação da agrobiodiversidade e dos ecossistemas cultivados não foi capaz de despertar tamanha comoção entre os palcos da ciência ambientalista (SANTILLI, 2010), mas ganhou terreno na agenda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). No entanto, podemos dizer que a *ciência* promovida pela Embrapa - até então - é fundamentada na mesma base ideológica dos preservacionistas, pois focou sua atuação no desenvolvimento da conservação *ex situ*,²⁷ menosprezando formas tradicionais de conservação (SANTONIERI, 2015). Dá-se prioridade, mais uma vez, à conservação da natureza de forma isolada da ação humana²⁸.

Quando o discurso oficial de uma instituição pública de pesquisa²⁹ pensa a conservação sem interação com a atuação de agricultores, ignora o fato de que justamente o manejo, seleção e práticas de troca e tecnologia desenvolvidas nas

²⁶ Somadas, agricultura e pecuária ganharam 81,2 milhões de hectares nos últimos 35 anos, com um crescimento de 44,6%. O cálculo é simples: onde havia floresta, árvores, frutas, raízes e pessoas, passou a ter boi e soja, entre outras monoculturas destinadas, principalmente, à matéria-prima para produção de ração animal e biocombustíveis (CAMPELO & BORTOLETTO, 2022, p.201).

²⁷ A conservação *ex situ* não é uma “vilã”. Mais uma vez, mundos diferentes podem e devem se aprender. A integração dos conhecimentos tradicional e científico pode alcançar resultados incríveis, como é o caso da recuperação de sementes tradicionais dos Krahô, narrada em Londres *et al* (2014).

²⁸ “O conhecimento atualmente não tem servido para reflexão do homem, mas para ser armazenado em bancos de dados e manipulado por poderes anônimos” (MORIN, 2008).

²⁹ Apesar de instituições não serem monolíticas, ou seja, são formadas por uma multiplicidade de vozes e de agentes com interesses muitas vezes díspares, há que se reconhecer que historicamente a Embrapa tem atuado a favor da Revolução Verde. No entanto, também graças à Embrapa, entre outros, o programa SIPAM tem ganhado espaço no Brasil.

roças, por si só, constituem um fator multiplicador de recursos genéticos - portanto, o manejo dos agricultores que produz e reproduz agrobiodiversidade é deslegitimado e desprezado pelo próprio Estado (SANTONIERI, 2015):

Como se explica então o fato de que não verificamos no discurso oficial dominante da Embrapa a importância das populações humanas que mantêm as sementes locais (ou crioulas) adaptadas, tão importantes para a conservação da diversidade agrícola quanto para os programas de melhoramento – ao passo que os bancos de germoplasma são constantemente considerados fundamentais para a segurança alimentar mundial? (SANTONIERI, 2015, p. 373).

Morin (2008), ao tecer sua crítica sobre o racionalismo científico, lembra que a ciência é incapaz de tolerar o caos e a desordem. A *ciência* é alimentada pela manipulação, classificação e ordenação de grandes bancos de dados, ou seja, a ciência está baseada na ordem, enquanto a desordem poderia ser entendida, para Morin, como liberdade e criatividade.

Não há nada mais desafiador à ordem do que um sistema que se reproduz e reinventa diariamente a partir de um sem número de fatores como são os Sistemas Agrícolas Tradicionais: talvez, inspirados por Morin, pudéssemos caracterizá-los como *a criatividade da natureza* - e por essa natureza me refiro também à ação humana (SHIVA, 2020). A criatividade, lembra Morin, é fenômeno exclusivamente biológico. O conflito (desordem), portanto, não é anomalia, mas sim constituinte chave da existência, enquanto a tecnologia é o suporte epistemológico de simplificação e manipulação generalizados – a racionalidade. A verdadeira racionalidade, para Morin, é combater a racionalização por meio da complexidade, da diversidade e da integração de conhecimentos (MORIN, 2008).

'Precisão' e 'eficiência' em um mundo idealizado parecem fundamentar as atividades no interior do sistema de conservação ex situ, em detrimento das lógicas e fundamentos envolvidos na conservação e produção de diversidade nos sistemas agrícolas tradicionais do mundo real. Nesse sentido, observou-se que a conservação on farm é um sistema desprivilegiado institucionalmente, sob o argumento de que é 'instável' e 'frágil', e de que essa "instabilidade" e "fragilidade" são causadas tanto por causas naturais (por exemplo a variabilidade resultante de fluxos gênicos e pela variação ambiental) quanto pela falta de 'sistematização' de dados e a falta de 'gestão' dos sistemas agrícolas locais. [...] Nesse contexto, não é de se estranhar que grande parte da comunidade científica em instituições de pesquisas agropecuárias adira ao sistema ex situ como o mais adequado e eficiente para a conservação dos recursos genéticos –

assumindo as mesmas premissas da produção agrícola, 'precisa' e 'técnica' (SANTONIERI, 2015, p. 375).

1.3 Políticas Esquecidas

Até aqui, vimos um pouco dos marcos que nortearam e instrumentalizaram, até então, a agenda de conservação da agrobiodiversidade. Vimos que a CDB e as seguintes normas criadas no Brasil reconheceram a importância de pensar a conservação junto a povos e comunidades tradicionais e de estabelecer pontes entre os saberes tradicional e científico. No entanto, vimos também como o conhecimento tradicional vem sendo menosprezado em nome da manutenção do modelo hegemônico, amparado pela racionalidade científica. Nessa seção, veremos alguns instrumentos de política pública criados nos anos 2000 que tentaram superar esses hiatos.

É interessante destacar que as políticas discriminadas a seguir tratam de um mesmo tema, apesar de terem perspectivas e terminologias diferentes, pois são encabeçadas por órgãos distintos: MMA, Incra e Iphan, além da sociedade civil organizada no CONSEA e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa multiplicidade de agentes confirma o caráter holístico do tema que mais tarde chamaremos de Sistema Agrícola Tradicional, e reforça o entendimento de que o único caminho, do ponto de vista institucional, para dar conta dessa complexidade, é apostar na intersectorialidade.

1.3.1 O I Encontro Nacional de Agrobiodiversidade e o projeto CIMAs (2003)

O projeto Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs) foi concebido em meio ao I Encontro Nacional de Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural, realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2003³⁰, por entidades de base da agricultura familiar, especialmente de assentamentos da reforma agrária. O evento foi fruto de uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Cultura em reconhecimento aos aspectos socioambientais e culturais da diversidade, estabelecendo *“um marco inicial da mudança de concepção do*

³⁰ Considerando que apenas em 2000 a agrobiodiversidade foi reconhecida e conceituada no âmbito da CDB, entendo que o Brasil apresentou uma resposta relativamente rápida e feliz à agenda, com a realização deste encontro para dialogar com as bases.

governo sobre as relações humanas com a biodiversidade” (MMA, 2006, p.13). No relatório com os resultados das discussões do encontro, a ministra Marina Silva destaca que a agrobiodiversidade e a diversidade cultural sempre caminharam juntas:

nas comunidades locais isoladas, na agricultura familiar tradicional e nas populações indígenas, o cultivo e o manejo de componentes da biodiversidade sempre estiveram associados às práticas culturais, religiosidade e ao desenvolvimento de tecnologias próprias de produção (MMA, 2006, p.07)

O encontro reuniu especialistas e entidades de base diretamente envolvidas com a questão da agrobiodiversidade, procurando identificar novos caminhos para a construção de políticas públicas voltadas à utilização, conservação e valorização da agrobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados a partir da identificação de demandas, metodologias e experiências com potencial efeito multiplicador. Essa interlocução produziu importantes diretrizes, destacando a necessidade de interligar aspectos de segurança alimentar, geração de renda, preservação e valorização dos saberes tradicionais, educação, saúde, reforma agrária e conservação ambiental, sendo implementadas em conjunto com a sociedade civil (MMA, 2006).

as políticas ambiental, agrária e cultural deverão se articular visando à valorização das atividades desenvolvidas por comunidades tradicionais e rurais por intermédio do reconhecimento de seus direitos culturais, do apoio ao uso e acesso aos recursos genéticos e repartição dos benefícios decorrentes. Importante destacar a necessária articulação entre os diversos setores do Governo e sociedade civil objetivando a formação de redes e de bases de dados; a promoção de intercâmbios entre as comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais e as respectivas formas de manejo da biodiversidade; o fortalecimento das instituições locais; além do incentivo à conservação da agrobiodiversidade pelo agricultor (MMA, 2006, p.17).

Entre as recomendações elencadas no relatório, destacam-se:

1. a promoção de metodologias participativas e a troca de informações, tanto entre as comunidades quanto o intercâmbio entre saberes locais e científicos;
2. a criação de campanhas de promoção e divulgação para dar visibilidade à questão da agrobiodiversidade e aos saberes

- associados, incentivando a valorização cultural e econômica desses patrimônios biológicos e culturais por toda a sociedade brasileira;
3. o fomento de pesquisas e atividades produtivas, por intermédio de editais, linhas de financiamento e outros instrumentos do Estado;
 4. a realização de cooperações técnicas para fomento a cursos e capacitações específicas para o desenvolvimento de novos modelos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco em processos participativos e valorização do conhecimento tradicional;
 5. formulação de políticas de estímulo e fomento a mercados locais e de compras institucionais para produtos tradicionais;
 6. ajustes e acompanhamento permanente nas legislações ambiental, sanitária e fiscal, envolvendo MMA, MDA, MAPA, Saúde, Fazenda, e autarquias e agências reguladoras como Ibama, Anvisa e sociedade civil.

Considerarei relevante apontar e destacar as reflexões provocadas pelo encontro a fim de demonstrar como, em 2003 (20 anos atrás!) o Brasil já dispunha de um grande amadurecimento conceitual e burocrático em torno da agenda de conservação da agrobiodiversidade e de sua relação indissociável com os conhecimentos tradicionais e práticas culturais associadas. Além disso, fica explícito o entendimento, já nessa época, de que se trata de uma agenda a ser implementada, indispensavelmente, de forma intersetorial e em conjunto com as comunidades locais, ou seja, em uma perspectiva de *baixo-para-cima*, em pleno acordo com as instruções da CDB.

A partir do encontro, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA, em conjunto com o INCRA e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), desenvolveu o projeto CIMAs. O projeto previa a criação de centros de referência no manejo da agrobiodiversidade, a partir de experiências selecionadas, especialmente em áreas de assentamentos de reforma agrária³¹, para que estas fossem reproduzidas em outras comunidades no entorno. Cada

³¹ Termo de Referência disponível em:
<https://antigo.mma.gov.br/estruturas/fnma/_arquivos/Termo%20de%20Referencia%2002-2004.pdf>
Acesso em: 21/08/23.

CIMA poderia contar com um recurso de cento e cinquenta a duzentos mil reais para aquisição de equipamentos e materiais permanentes a fim promover o escalonamento das boas práticas e multiplicar o número de beneficiados (MMA, 2006).

Como elemento catalisador, os CIMAs previam a formação de agentes multiplicadores (extensionistas e lideranças comunitárias) e a capacitação dos agricultores familiares e lideranças locais por meio de oficinas de formação e práticas de campo, sob modelos participativos, em cada uma das linhas temáticas selecionadas. Ao final, esperava-se criar a *Rede Nacional de Agrobiodiversidade*³² (MMA, 2006).

Os primeiros CIMAs deverão constituir a base para o enriquecimento da biodiversidade cultivada (resgate, valorização e uso de componentes da agrobiodiversidade); do fortalecimento e empoderamento da sociedade civil (capacitação, formação e associativismo); do resgate e da valorização da diversidade cultural das comunidades rurais, locais e povos indígenas (intercâmbio de experiências e tecnologias de uso sustentável da agrobiodiversidade) (MMA, 2006, p.52).

Talvez o grande diferencial do projeto tenha sido seu foco no intercâmbio de saberes, práticas e sementes como instrumento de salvaguarda e soberania dos direitos dos agricultores, a partir de uma práxis coletiva. O desenho previa a criação de um banco comunitário de sementes, em cada Centro Irradiador, servindo não apenas como fonte de autonomia e segurança alimentar para os agricultores e reserva estratégica em momentos de escassez de sementes, como também uma estratégia de intercâmbio de variedades com outros agricultores e outras regiões (MMA, 2006).

O incentivo à troca de experiências, tecnologias e material genético através da troca de sementes é um componente fundamental para a multiplicação da agrobiodiversidade. Entre as fragilidades e desafios do projeto, foi destacado o baixo nível de pessoas especializadas no Brasil em torno do tema da agrobiodiversidade e a pouca quantidade de experiências com abordagem sistêmica que pudessem ser reproduzidas. Além disso, foi evidenciado o temor de que o registro e a multiplicação desses saberes poderia ser indevidamente utilizada

³² Cerca de 10 anos mais tarde, o Chile desenvolveu, com apoio da FAO, uma proposta semelhante, a Red Sipan, disponível em: <<https://sipan.minagri.gob.cl/red-sipan/>> Acesso em: 21/08/23.

para a requisição de patentes sobre derivados da biodiversidade que envolvessem conhecimentos tradicionais.

Figura 02. Centros Irradiadores de Manejo de Agrobiodiversidade no Brasil em 2007



Fonte: MMA, 2010 *apud* Marques & Tanan, 2012

Na figura 02 estão os 22 CIMAs selecionados, dos quais 11 já haviam sido implantados e os demais estavam em implementação, até o ano de 2007, distribuídos em 15 estados. O projeto previa um envolvimento direto de 10 mil famílias de agricultores e, indiretamente, de 70 mil famílias no entorno dos Centros Irradiadores. Não foram encontradas avaliações sobre os resultados e aprendizados com a implementação dos CIMAs, mas no boletim de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Agrobiodiversidade, abaixo discriminado, consta que ele fora absorvido por uma das ações do referido programa. Nenhum dos entrevistados nesta pesquisa soube informar sobre os CIMAs, sendo que a grande maioria sequer ouvira falar do projeto.

1.3.3 Programa Nacional de Agrobiodiversidade (2008)

O Programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, também chamado Programa Nacional da Agrobiodiversidade,

esteve ancorado no Plano Plurianual do Ministério do Meio Ambiente no período de 2008 a 2011, na Secretaria de Biodiversidade e Florestas, contando com ações transversais de outros órgãos e ministérios. A proposta do Programa foi uma recomendação realizada durante plenária do CONSEA em maio de 2007 (ALMEIDA, 2011) e tinha como público-alvo produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária. O objetivo era “*Assegurar o resgate, conservação e uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a soberania, segurança alimentar e nutricional, geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais*” (MMA, 2008, p.14) .

Na justificativa do programa é demonstrado, mais uma vez, uma sensibilidade dos formuladores de política pública em relação aos conhecimentos tradicionais associados ao uso e conservação da agrobiodiversidade e ao intercâmbio de saberes com o conhecimento científico. O texto deixa brechas de interpretação, no entanto, a respeito de quais seriam as reais intenções por trás deste intercâmbio: a *utilitarização* dos conhecimentos tradicionais ou, o que consideramos ideal, sua *proteção*. Ainda, pode-se inferir um viés produtivista, ou eventualmente mercadológico, nessa intenção: a de desenhar política pública *desde que* o público se adeque às *caixinhas* rumo a um *desenvolvimento sustentável*, lembrando da crítica realizada por Lobão (2011) na seção anterior³³.

Nas comunidades locais há conhecimento desenvolvido e não sistematizado da biodiversidade local e seu uso para alimentação, fibras, energia e outros. Em grande parte dos casos, a ciência está apartada destes conhecimentos bem como as comunidades estão apartadas do conhecimento acadêmico. Faz-se necessário, então, estimular o compartilhamento destes conhecimentos. O conhecimento tradicional deve ser recuperado, valorizado e aprimorado bem como o incentivo à interação com instituições de pesquisa. Incentivar, dinamizar e implementar pesquisas participativas junto às comunidades locais para o desenvolvimento de sistemas de produção diversificados é um dos pontos importantes para a viabilização deste diálogo (MMA, 2006, p.1).

Construído em conjunto com a sociedade civil, por meio do GT de Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e sob

³³ Complemento: E se a população local simplesmente não tiver interesse em *desenvolver* um sistema produtivo diversificado? Por que justamente essa população local tem que se adequar a nomenclaturas outras (e culturas outras) para reparar os efeitos sórdidos de um capitalismo voraz com o qual ela não se identifica?

recomendação do CONSEA, o Programa Nacional de Agrobiodiversidade esteve organizado em 12 ações, sendo 6 ações do Ministério do Meio Ambiente, 2 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1 do Ministério do Desenvolvimento Social e 3 do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (quadro 01). O programa tinha como premissa

reconhecer e promover as práticas de agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais que, ancoradas na agroecologia, contribuem para a conservação in situ e on farm da agrobiodiversidade (componente cultivado da biodiversidade), promovem a soberania e segurança alimentar e possibilitam a autonomia dos próprios agricultores quanto à produção, uso, apropriação, gestão, regulamentação, circulação, troca, venda, melhoramento e beneficiamento dos componentes da biodiversidade cultivada, estimulando, por fim, novas experiências nas distintas localidades do Brasil (ALMEIDA, 2011, p.8).

O Projeto CIMAs, descrito na seção anterior, segundo o boletim de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Agrobiodiversidade, foi considerado estratégico pelos movimentos sociais. Assim, segundo o boletim, a sociedade civil participou juntamente com o MMA para a criação da *Ação 8266: Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade* a fim de absorver o Projeto Cimas. Esperava-se assim dar continuidade ao bom desempenho registrado pelos primeiros CIMAs, mas desde que a iniciativa foi inserida como uma Ação dentro do Programa Nacional de Agrobiodiversidade, nenhum outro CIMA foi implementado e os já implantados deixaram de receber investimentos. O motivo disso ter acontecido foi a mudança das regras para a celebração de convênios e contratos de repasse com a União.

Ou seja, a dificuldade se encontra nas excessivas exigências às organizações da sociedade civil que têm de assumir uma forte carga burocrático-administrativa para obterem e gerirem o financiamento junto à União, o que em muitas vezes provoca o enfraquecimento e até a extinção destas organizações. [...] No país são milhares de iniciativas desse tipo, mas que carecem de fomento governamental. A derrocada dos Cimas criou uma defasagem na proteção e estímulo à conservação e produção de sementes crioulas, que vinha sendo potencializada (ALMEIDA, 2011, p.11).

Figura 03 - Ações do Programa Nacional de Agrobiodiversidade



Fonte: Adaptado pela autora de MMA, 2008

Segundo avaliação da Terra de Direitos³⁴, responsável pelo boletim, o Programa Nacional de Agrobiodiversidade teve o mérito de contar com a

³⁴Disponível em:

<<https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/04/Programa-Nacional-de-Conserva%C3%A7%C3%A3o-da-Agrobiodiversidade-INTERNET-1.pdf>> Acesso em: 21/08/23

participação da sociedade civil na sua formulação e de estar alinhado à agenda internacional para valorização das iniciativas de conservação de recursos genéticos e conhecimento associado. No entanto, falhou ao não oferecer espaços de controle social em diálogo com a sociedade civil, ao não oferecer soluções para processos de combate à erosão genética e, principalmente, pelo seu baixo desempenho na execução orçamentária, principalmente nas ações realizadas pelo MMA.

1.3.2 A chancela da Paisagem Cultural pelo IPHAN (2009)

Inspirado pela Unesco, que em 1992 criou o conceito de Paisagem Cultural como uma nova tipologia de reconhecimento de bens culturais, e também pelas iniciativas do México, Espanha e França, em 2009 foi lançado o instrumento Paisagem Cultural Brasileira, sob a portaria Iphan 127/2009³⁵. O instrumento teve como premissa promover a preservação de *“uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”* (IPHAN, 2009, Art. 1º). Ou seja, a chancela reconhece o valor *cultural* de uma porção do território que possua características distintas devido à *interação do ser humano com o seu ambiente*.

São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica [...] outros tantos personagens e lugares [que] formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza (IPHAN, 2009, p.13).

O instrumento prevê que a gestão do bem seja compartilhada entre o poder público, sociedade civil e iniciativa privada, e caberia ao Iphan monitorar a execução do Plano de Gestão e revalidar a chancela periodicamente. O instrumento prevê também que a solicitação de reconhecimento possa ser realizada por qualquer cidadão, por escrito, em qualquer escritório do Iphan.

³⁵ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf>

Acesso em: 19/08/2023.

Desde a portaria em 2009, o Iphan não chancelou nenhuma paisagem cultural brasileira como patrimônio nacional, apesar de ter recebido dezenas de solicitações. Pereira (2018) discrimina uma série de razões para a política não ter seguido adiante, e critica a predileção do órgão pela salvaguarda do patrimônio material, especialmente em se tratando da arte barroca nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os motivos elencados por Pereira (2018), estão a fragilidade jurídica do instrumento e falhas no desenho gerencial da política, que não abriu espaços para a participação da sociedade civil, tampouco preveu ações transversais com demais órgãos do Executivo que teriam parte na salvaguarda do bem (PEREIRA, 2018).

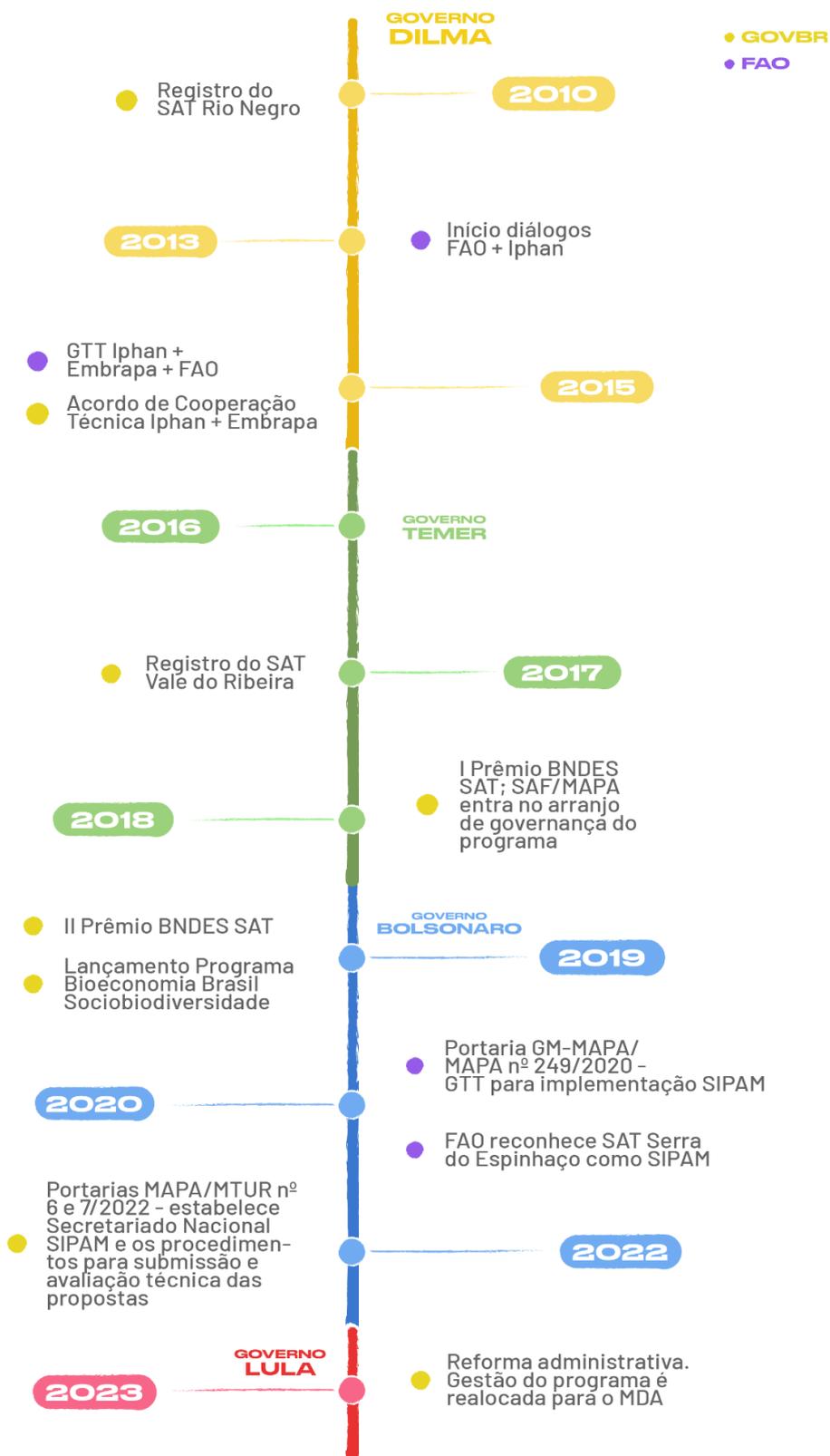
2. O TEMPO PRESENTE (2010 - 2022)

Traçar horizontes significa escolher um caminho entre múltiplos possíveis. A fim de definir um marco temporal para a pesquisa, decidi escolher o ano de 2010 como ponto de corte para me referir ao que chamo de 'tempo presente'. Foi em 2010 que o Iphan registrou o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN) como patrimônio imaterial brasileiro, abrindo alas oficiais para a agenda de SAT no Brasil - do ponto de vista institucional. Foi também em 2011 que, no cenário internacional, o programa Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), teve sua edição piloto, tendo Chile e Peru como os representantes latinoamericanos.

De lá para cá, o Brasil assistiu a um grave desmantelamento de políticas públicas, fruto de uma mudança de paradigma - *policy paradigm* (Niederle et al, 2021) ocorrido com o golpe institucional de 2016. Apesar do desmonte, em 2017 o Iphan registrou o segundo bem imaterial do tipo SAT, o SAT-Q, do Vale do Ribeira (SP). Foi nesse mesmo período que, graças à articulação social e acadêmica, tivemos o primeiro SIPAM brasileiro, das Apanhadoras e Apanhadores de Sempre-Vivas da Serra do Espinhaço (MG), reconhecidos em 2020 pela FAO, além de duas edições do Prêmio BNDES SAT (2017 e 2019) para identificação de SATs no território nacional.

Esta seção traz luz sobre os acontecimentos ocorridos entre 2010 e 2022, com tímidos, porém importantes passos na construção de uma agenda nacional de SAT. De forma breve, são descritos os processos de registro como bem imaterial do SAT-RN e do SAT-Q pelo Iphan; o programa SIPAM e os caminhos de sua implementação no Brasil, e o possível fim de um paradigma neoliberal que desmontou as estruturas de política pública no Brasil.

Figura 03 - Linha do Tempo das ações institucionais voltadas a SATs no Brasil



Fonte: elaborado pela autora

2.1 Ações para Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil entre 2010 e 2022

2.1.1 Registro do SAT Rio Negro

Em novembro de 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) inovou ao determinar o conjunto de saberes, práticas culturais e técnicas de manejo realizadas pelos povos indígenas do Alto e Médio Rio Negro, no Amazonas, como *Patrimônio Cultural do Brasil*. Nessa região vivem cerca de 80 mil pessoas, divididas em 23 etnias, cujas línguas faladas pertencem a pelo menos três troncos linguísticos: *Arawak*, *Maku* e *Tukano*. Apesar das especificidades culturais de cada uma das 23 etnias e de seus distintos idiomas, o modo de habitar a terra e o território e de transmitir saberes e práticas lhes reuniu em torno de uma identidade em comum: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, o SAT-RN (EMPERAIRE, 2010).

A solicitação de Registro do SAT-RN como patrimônio imaterial brasileiro foi encaminhada ao Iphan em 28 de junho de 2007 pela Associação de Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN). O pedido é resultado de uma articulação entre a população local, associações, pesquisadores e o Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental que atuou junto à ACIMRN, sob a justificativa de que o elevado índice de variedades de mandioca brava encontrava-se fundamentado no arranjo cultural daquelas comunidades. Segundo o dossiê encaminhado ao Iphan, o termo Sistema Agrícola Tradicional foi desenvolvido nesse contexto para dar conta do conjunto de saberes, práticas, produtos e outras manifestações associadas que envolve os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais (EMPERAIRE, 2010).

Após o registro do bem, o Iphan promoveu ações de mobilização social com a realização de encontros periódicos do Comitê Gestor para a Salvaguarda do SAT-RN, composto por associações comunitárias locais (Foirn, Acimrn e Asiba), pesquisadores do Programa Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia (Pacta), pelo ISA e por representantes do Estado (Secretaria de Povos Indígenas do Amazonas; Secretaria de Produção Rural do

Amazonas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Instituto do Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas e Embrapa).

Além do Comitê Gestor, foi criado também o Conselho Regional da Roça, composto pelos Conselhos Municipais da Roça de cada um dos três municípios que integram o bem, que, por sua vez, se configuram como espaços de intercâmbios de saberes tradicionais e científicos entre a população local e pesquisadores. Além da troca de saberes, os Conselhos da Roça também se configuram como espaços de debates sobre políticas públicas e escuta sobre as demandas das comunidades (BRAYNER, 2019).

A cada dez anos, os bens culturais registrados pelo Iphan são revalidados, como uma estratégia de proteção do bem. A revalidação do SAT-RN como patrimônio brasileiro aconteceu em 2021³⁶, com consulta à população. No parecer são apresentadas informações atualizadas sobre o bem cultural, indicando a permanência de seus principais atributos e recentes mudanças, como a substituição de alguns objetos artesanais por artefatos industrializados utilizados para o plantio, processamento e transporte da mandioca (ISA, 2021).

.2.1.2 Registro do SAT Vale do Ribeira

O Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira (SAT-Q) está situado entre o sudoeste de São Paulo e o leste do estado do Paraná, nos municípios de Iguape (quilombo Morro Seco), Cananéia (quilombo Mandira), Jacupiranga (quilombo Poça), Eldorado (quilombos Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, André Lopes, Ivaporunduva, Galvão, Abobral e São Pedro), Iporanga-SP (quilombos Piririca, Nhunguara, Porto Velho, Bombas, Pilões, Maria Rosa e Praia Grande) e Itaóca (quilombo Cangume). Os quilombos onde o SAT-Q acontece há mais de 400 anos fazem parte do maior e mais importante remanescente de Mata Atlântica do Brasil, reconhecido em 1992 pela Unesco como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. Nesse mesmo território foram implantadas diversas Unidades de Conservação sem consulta às

³⁶ O documento da revalidação está disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-parecer-tecnico-356960784> > Acesso em: 24/08/2023.

comunidades locais que habitam, secularmente, o território (ANDRADE *et al*, 2019).

O processo de identificação como SAT se iniciou em 2012, quando o ISA começou a dialogar com as comunidades para descobrir formas de proteger o território das ameaças e violências que vinham sofrendo. A intenção era reconhecer a riqueza cultural do Vale do Ribeira, e foi durante esses diálogos que se reconheceu que seu maior “bem” não era material, mas sim o modo de fazer roça. Por não possuir materialidade, se identificaram com o conceito produzido no Rio Negro, de Sistema Agrícola Tradicional.

O SAT-Q se estabelece a partir de um conjunto de saberes e práticas, aplicados no cultivo de cerca de 240 variedades de plantas utilizadas para alimentação e fins medicinais, e abrange também uma série de práticas que envolvem danças, atividades religiosas, mutirões e puxirões³⁷, confecção de artefatos, instrumentos musicais e modos específicos de processar os alimentos (ANDRADE *et al*, 2019).

A roça-de-toco ou coivara, característica do SAT-Q, é uma forma ancestral de agricultar, que se baseia no rodízio das áreas de plantio, unindo produção e conservação. A queima controlada do solo favorece o aumento de potássio, cálcio e magnésio, assim como o acúmulo de carbono orgânico, que é adubo para o solo de florestas tropicais, geralmente deficiente em nutrientes. Graças a esse manejo, praticado por gerações e gerações de quilombolas em centenas de anos no Vale do Ribeira, o território se tornou a mais importante reserva de Mata Atlântica do Brasil. A relação entre a técnica de manejo ancestral e a conservação da natureza é algo que não pode ser compreendido por uma ideologia preservacionista e cientificista do Estado, que criminalizou a prática da roça de toco e passou a exigir licença ambiental para que os agricultores pudessem plantar nas suas próprias terras (ANDRADE *et al*, 2019).

³⁷ O termo é empregado para se referir ao encontro de famílias, do próprio quilombo ou de quilombos vizinhos, para trabalhos coletivos na plantação e colheita da lavoura. Após o trabalho, são praticadas danças tradicionais interligadas à prática coletiva do trabalho (ANDRADE *et al*, 2019).

Outra prática fundamental do SAT-Q para a reprodução de agrobiodiversidade é a feira de troca de sementes, que acontece regularmente, com apoio e financiamento de organizações sociais, como o ISA. Segundo Andrade *et al* (2019), a feira é uma importante ferramenta de resistência e de protesto à morosidade do Estado. Assim como o SAT-RN, o SAT-Q possui um desenho de governança e gestão do bem cultural que se estabelece a partir de GTs da Roça, em amplo diálogo com os guardiões do patrimônio.

2.1.3 Implementação do programa *Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial*

Há 31 anos, a Convenção da Diversidade Biológica, estabelecida no âmbito da Eco-92 no Rio de Janeiro, ofereceu importantes aportes técnicos e teóricos que passaram a influenciar a diplomacia global sobre a temática ambiental (CUNHA, 1999; PRATES & IRVING, 2015). Em 2002, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, a FAO lançou uma parceria global para a conservação e gestão adaptativa de "Sistemas de Patrimônio Agrícola de Importância Global".

Depois de seis anos de estudos e desenvolvimento de propostas, em 2008, com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), foi implementado o projeto-piloto *Conservação e Adaptação de Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial*³⁸, que contou com importantes contribuições de autores como Miguel Altieri e Parviz Koohafkan na sua formulação. A partir de 2015, a proposta recebeu status de programa regular das Nações Unidas durante a 39ª Conferência da FAO (BUSTAMANTE, 2019) sob o nome de *Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial* (SIPAM) ou *Globally Important Agricultural Heritage*

³⁸ A edição piloto do programa levou o reconhecimento internacional para as Ilhas Chiloé, no Chile; a Agricultura Andina no Corredor Cusco-Puno, no Peru; Ghout Oasis, na Argélia, Gafsa Oasis, na Tunísia; Cultura de Arroz-Peixe, Terraços de Arroz de Hani e Sistema de Árvore Torreya, na China e para os Terraços de Arroz Ifugao, nas Filipinas.

Systems (GIAHS), no título original em inglês³⁹, passando então a contar com orçamento regular, sendo a China e Japão seus maiores investidores⁴⁰.

O SIPAM tem por objetivo identificar e salvaguardar⁴¹ sistemas agrícolas tradicionais de importância global e suas paisagens naturais, a agrobiodiversidade e os sistemas de conhecimento associados por meio de um programa que promova a conservação dinâmica desses sistemas, visando a gestão sustentável e o impulsionamento da viabilidade econômica às agricultoras e agricultores (FAO, 2023). Para isso, o programa se estrutura em torno de três objetivos:

- impulsionar o reconhecimento global e nacional da importância dos SATs e do apoio institucional para sua salvaguarda;
- capacitar as comunidades rurais e as instituições locais e nacionais para conservar e administrar o SIPAM, gerar renda e agregar valor econômico aos bens e serviços de forma sustentável e
- promover políticas regulatórias e ambientes de incentivo para apoiar a conservação, adaptação evolutiva e viabilidade do SIPAM (FAO, 2023).

Para realizar a submissão ao programa, as comunidades interessadas em obter o reconhecimento internacional devem, em parceria com os governos locais e nacionais, bem como com o apoio de universidades e organizações da sociedade civil, elaborar um complexo dossiê de candidatura amparado em cinco diretrizes, conforme a Figura 04, e um plano de conservação dinâmica (FAO, 2021).

O dossiê deve minuciosamente demonstrar: a. como o sistema permite e garante Segurança Alimentar e Nutricional; b. o levantamento da

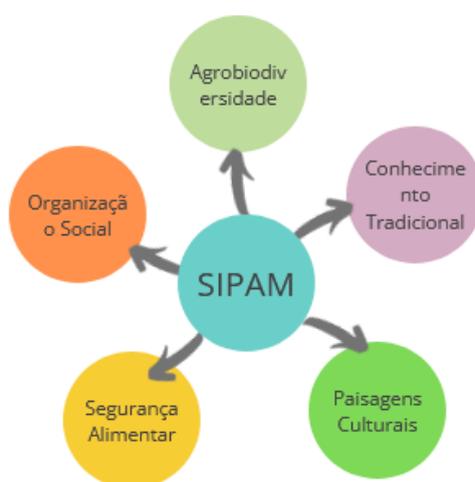
³⁹ O *teaser* do programa pode ser visto em:  [Globally Important Agricultural Heritage Systems <https://www.youtube.com/watch?v=DXtd0xfZupQ&t=131s1>](https://www.youtube.com/watch?v=DXtd0xfZupQ&t=131s1).

⁴⁰ Quando Altieri e Koohafkan deixam o programa e ele passa a receber investimentos oficiais, a partir de 2015, o número de SIPAMs reconhecidos ao redor do mundo dá um grande salto, especialmente nos países da Ásia e, mais ainda na China (que possui 19 SIPAMs) e Japão (15), levando a crer que há uma relação direta entre financiadores e países “beneficiados”. Também, é possível questionar qual a relevância que o indicador “quantidade de SIPAMs reconhecidos” possuía e passa a ter e o que isso revela sobre as orientações ideológicas que norteiam o programa.

⁴¹ Salvaguardar, segundo o Iphan, diz respeito a estratégias de proteção do patrimônio imaterial, com respeito aos modos de vida e diferentes representações de mundo, amparados no relativismo e diversidade culturais. <Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418>> Acesso em: 11 de julho de 2022.

agrobiodiversidade por meio do mapeamento de espécies vegetais e animais e suas devidas funções ecológicas, bem como sua contribuição para a resiliência e manutenção do SAT; c. quais os sistemas de conhecimento locais e tradicionais, suas práticas e tecnologias associadas e sua contribuição à resiliência e manutenção do SAT; d. qual a contribuição da cultura, dos sistemas de valores e das organizações sociais para a sustentabilidade e resiliência do SAT e e. uma visão geral sobre as paisagens naturais, agrícolas ou marítimas, assim como o contexto e os usos da terra (FAO, 2021).

Figura 04 - Diretrizes para montar o dossiê de candidatura ao SIPAM



Fonte: elaborado pela autora

Já o plano de conservação dinâmica deve apresentar as ações a serem realizadas para a preservação e conservação da agrobiodiversidade, bem como apontar os responsáveis por essas ações e um cronograma de execução. Uma vez enviada a candidatura, essa é analisada pelo Comitê Científico da FAO. As candidaturas só serão aceitas se enviadas pelo governo federal de cada país, exigindo das comunidades um poder de articulação política e institucional⁴².

⁴² Ou seria: exigindo dos Estados um poder de diálogo, escuta e ação conjunta com suas comunidades tradicionais? Quais os efeitos positivos e negativos desta imposição?

Figura 05 - Agricultoras tradicionais de 3 dos 7 SIPAMs reconhecidos pela FAO na América Latina



Da esquerda para a direita: agricultoras do SIPAM Serra do Espinhaço (Brasil), SIPAM Ilhas Chiloé (Chile) e SIPAM Agricultura Andina (Peru). Fonte: FAO.

Atualmente, há 78 sistemas reconhecidos como Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 24 países, sendo que sete deles estão na América Latina (1 no Chile, 1 no Peru, 1 no Brasil, 2 no México e 2 no Equador). O SAT Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, é atualmente o único representante brasileiro, reconhecido em 2020 após a formalização do programa. Está em tramitação, em agosto de 2023, o envio da segunda candidatura brasileira, o SAT da Erva-Mate, no Paraná.

A implementação do programa no Brasil se deu por meio de diálogos, inicialmente, do escritório da FAO no Brasil com o Iphan que, por sua vez, buscou a Embrapa como instituição parceira. Assim, em 2016, os órgãos estabeleceram um acordo de cooperação técnica para pesquisa e intercâmbio de experiências, uma vez que um está ligado à gestão do patrimônio e, o outro, a pesquisas em torno de conservação genética. O acordo foi firmado com as seguintes metas:

1. Fortalecimento da salvaguarda de bens culturais associados à agrobiodiversidade;
2. Desenvolvimento de metodologias para inventários culturais de saberes tradicionais associados à biodiversidade;

3. Definição de diretrizes de atuação junto ao programa SIPAM e adequação de normas e critérios à especificidade de Sistemas Agrícolas Tradicionais e
4. Estruturação, na Embrapa, de um espaço institucional para a implementação de acordo com cooperação técnica e representação do Brasil junto ao secretariado da FAO, com a participação da sociedade civil (povos e comunidades tradicionais) e instituições de ensino e pesquisa.

Um dos resultados do acordo de cooperação foi a iniciativa para, a partir de um prêmio, identificar os SATs no Brasil e possíveis candidatos ao programa SIPAM. Com apoio da FAO e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi lançado em setembro de 2017 a 1ª Edição do Prêmio BNDES SAT. Foram recebidas 63 propostas e as 15 primeiras colocadas foram premiadas. Dessas, cinco localizam-se na região Sudeste, três na região Sul, três na região Nordeste, três na região Norte e uma na região Centro-Oeste, representando

um mosaico da diversidade cultural, [...] perpassando as trajetórias de mulheres quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, geraizeiros, comunidades quilombolas, agricultores familiares sertanejos e litorâneos, pescadores tradicionais e povos indígenas de diferentes etnias

O catálogo da premiação ressalta que muitos SATs não conseguiram reunir e enviar a tempo as informações necessárias à candidatura para o I Prêmio, uma vez que apresentam fragilidades e localizam-se em regiões de difícil acesso do país, apresentando dificuldades de comunicação e deslocamento. Em decorrência disso, e da necessidade de identificar e dar visibilidade às inúmeras práticas, saberes e sistemas tradicionais do Brasil, houve a decisão de uma nova edição, que aconteceu entre 2019 e 2020. Outros 10 sítios foram premiados na segunda edição do Prêmio BNDES SAT, os quais receberam entre R\$50mil e R\$70mil reais, conforme sua classificação. Foram contemplados três SATs na região Norte, uma no Sul, duas no Nordeste, 2 no Centro-Oeste e duas no Sudeste.

A diversidade de culturas e tipos de ações também é abrangente, pois as premiadas são comunidades indígenas, pescadores, agricultores e criadores que trabalham com frutas, sementes, preservam o cerrado,

conservam estoques pesqueiros e manejam flores nativas - o que, mais uma vez, evidencia a riqueza étnica e cultural do Brasil (BRASIL, 2022).

Em 2020, após o reconhecimento do SAT Serra do Espinhaço pela FAO, foi publicada a Portaria GM-MAPA/MAPA nº 249, de 3 de agosto de 2020, que institui Grupo de Trabalho Técnico – GTT a fim de estudar protocolos para a implementação do programa SIPAM no Brasil. Em 26 de outubro de 2022, são lançadas as portarias interministeriais MAPA/MTUR nº 6 e 7, instituindo o Secretariado Nacional e os procedimentos para submissão e avaliação técnica das propostas brasileiras ao SIPAM.

Durante as entrevistas com gestores do MMA, MDA (então SAF/MAPA)⁴³, Iphan e Embrapa, foi ressaltada diversas vezes a grande dificuldade que tiveram para conduzir a agenda durante a gestão Bolsonaro, tendo sido proibidos de participar de reuniões interministeriais e fortemente recomendados a *engavetar* qualquer projeto ou discussão que levasse os termos “agricultura familiar” na pauta. O desmonte, como veremos a seguir, faz parte de um programa articulado para imprimir mudanças de paradigmas políticos.

Segundo a atual gestora do MDA, a estratégia que estes gestores encontraram para não abandonar completamente a agenda foi investir no Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade⁴⁴, que estabeleceu entre seus objetivos:

valorizar a diversidade biológica, social e cultural brasileira e apoiar a estruturação de arranjos produtivos e roteiros de integração em torno de produtos e atividades da sociobiodiversidade; e promover a conservação da agrobiodiversidade, por meio do reconhecimento de Sistemas Agrícolas Tradicionais e fomento de ações para a conservação dinâmica destes sistemas, com foco no uso sustentável de seus recursos naturais (BRASIL, 2023).

⁴³ Até 2022, a agenda estava sendo coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento. A partir de 2023, o Ministério de Desenvolvimento Agrário é retomado, e a equipe responsável até então na SAF/MAPA migra para o MDA.

⁴⁴ O termo *bioeconomia* anda de mãos dadas com o conceito de *green washing* ou “banho verde”, que significa, literalmente, dar um ar de ambientalmente correto a práticas, projetos, programas que, na prática, não são tão “sustentáveis” assim, com fins de auto promoção e publicidade. Pulzi *et al* (2014) discutem como o termo foi cooptado com interesses das corporações. Isso talvez explique a aceitação dessa pauta pela gestão Bolsonaro, marcada pela agenda neoliberal e ódio aos ambientalistas.

Atualmente, o programa SIPAM encontra-se ancorado no Ministério de Desenvolvimento Agrário, e o que se pode concluir, de pronto, é que existe uma certa sobreposição de políticas. Sem um esforço e cuidado para coordenar estas ações - de modo transversal e com participação da sociedade civil organizada - é provável que lhes reste o mesmo fim que o projeto CIMAs, o Programa Nacional de Agrobiodiversidade e a chancela da Paisagem Cultural receberam: o arquivo.

2.2 Do Golpe ao Desmonte

Nas seções anteriores, demonstramos como o Brasil é reconhecido como estratégico para a agenda da biodiversidade, liderando o ranking dos países megadiversos e atraindo uma série de pressões crescentes sobre a proteção desse patrimônio natural, de valor inquestionável para a humanidade. No entanto, a agenda econômica brasileira tem caminhado, historicamente, em direção contrária.

Além do domínio da natureza, mantivemos uma militarização das relações humanas presentes em todo tipo de colonialismo: as mesmas forças de segurança criadas para proteger os interesses dos senhores e da Coroa continuam defendendo a elite do agronegócio, a concentração de terras e os interesses do Estado. Essa militarização colonial cala ativistas e mata líderes indígenas, quilombolas, ambientalistas e assentados nos conflitos fundiários (AZEVEDO, 2022, p. 310).

Desde o período democrático - sem falar nas oligarquias e Brasil Império⁴⁵ - o setor agropecuário se constitui como um ator político com grande influência na agenda econômica nacional. Pode-se dizer que nenhum governo brasileiro, até hoje, ousou se posicionar de forma totalmente contrária às demandas das associações do agronegócio (POMPEIA, 2021), o que implica, necessariamente, abrir mão de algumas pautas reconhecidas como *ambientalistas*.

Apesar de a gestão Fernando Henrique Cardoso ter sido a que mais homologou Terras Indígenas, em 1996 o governo teve que ceder à pressão do setor agropecuário para criar barreiras a novas demarcações, por meio do Decreto nº 1.775/1996⁴⁶ (CUNHA, 2021). Os dois primeiros mandatos do governo Lula

⁴⁵ Florestan Fernandes (1978) narra como o processo de independência do Brasil permitiu que os senhores rurais se transformassem em atores políticos autônomos e se apropriassem do Estado, criando uma estrutura burocrática para seu domínio patrimonialista.

⁴⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm Acesso em: 25 de julho de 2023.

foram marcados por tentativas de conciliação entre os interesses do setor agroexportador e as pautas de povos e comunidades tradicionais - foi durante sua gestão que foi promulgado o Decreto nº 6.040/2007 que estabeleceu a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, mas também foi em sua gestão que o Brasil bateu os recordes de safras de grãos para exportação. Já a estreita relação da presidenta Dilma Rousseff com a então ministra da agricultura Kátia Abreu não foi suficiente para conquistar o apoio do setor agropecuário, resultando no Golpe institucional que lhe tirou do poder no final de 2015.

Michel Temer começa seu mandato pós-Golpe dando claras demonstrações de apoio ao setor agropecuário, começando pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e retomando a discussão sobre o Marco Temporal (CUNHA, 2021). Durante esse processo, as relações entre a sociedade civil e o Estado foram desidratadas com o fim dos financiamentos e das ações de formação de Conselhos, resultando em uma insolvência institucional. As lideranças e as organizações socioambientais foram criminalizadas com o apoio da mídia e de formadores de opinião especializados na indústria da desinformação e das *fake news*. Com isso, a sociedade civil brasileira fica desamparada pelo Estado brasileiro e é obrigada a recorrer a parceiros internacionais.

O Golpe foi um projeto político que abriu alas para o paradigma do Desmonte, que se iniciou com Michel Temer e foi consolidado após a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Apesar das tentativas de conciliação entre a agenda ambientalista e agropecuária das gestões anteriores, nenhum governo até então havia se declarado abertamente anti ambientalista e anti-indígena, como foi o governo Bolsonaro. A partir de sua eleição, instala-se no Brasil um novo modelo de “Estado predatório”, alicerçado em relações abertamente clientelistas e autoritárias. O novo paradigma clientelista corporocrático se torna a nova referência do que é *“imaginável, possível, aceitável e realizável em termos de políticas públicas e passa a orientar a construção de novas políticas”* (NIEDERLE *et al.*, 2021).

Sob a gestão Bolsonaro, atores do agronegócio se empoderaram ainda mais no centro da discussão política do país. Ao lado dos militares, foi em sua gestão que o Brasil apresentou os piores retrocessos da história em todos os segmentos

sociais, mas, principalmente, na área social e ambiental: enquanto o país retornou ao Mapa da Fome⁴⁷, o governo desmontou estruturas de assistência social e políticas de segurança e soberania alimentar. Enquanto apresentava recordes de desmatamento e violências contra indígenas e ambientalistas, víamos um ministro do meio ambiente abertamente contrário às pautas ambientais e um presidente da Fundação Nacional do Índio que tinha como ambição evangelizar povos isolados (CUNHA, 2021; FONSECA, 2023)⁴⁸.

Verificou-se uma intensificação da grilagem de terras e do avanço do desmatamento em praticamente todos os biomas, especialmente em terras indígenas e unidades de conservação, a partir do sucateamento dos órgãos de controle. Os poderes de policiamento e intervenção de órgãos do Estado foram publicamente vencidos e enfraquecidos: funcionários do Ibama que tentaram barrar esse processo foram exonerados⁴⁹ (CUNHA, 2021). Houve flexibilização da legislação ambiental para *passar a boiada*⁵⁰, descaso com o patrimônio nacional e desmobilização deliberada das instâncias de governança democrática e controle social, das ações de fiscalização e da ciência e tecnologia (FONSECA, 2023).

se o Brasil possui um continuum de massacres contra pobres, pretos, indígenas e outros, esses personagens de uma guerra ininterrompida contra os corpos coletivos dissidentes chegaram (ou melhor, retornaram) ao governo federal com Bolsonaro. A agenda da morte é o elo (explícito) entre as distintas ações e iniciativas do governo numa lista quase sem fim: corte inicial das políticas de solidariedade, liberação geral de agrotóxicos, desmonte das políticas ambientais e estouro do desmatamento, oposição à demarcação de terras indígenas, destruição das premiadas políticas de DST-Aids, ampliação da posse e porte de armas, intenções punitivistas num país que já embarcou no encarceramento em massa, ao que veio se somar a gestão genocida da pandemia (TIBLE, 2022, p. 243).

⁴⁷ Enquanto isso, 42 bilionários brasileiros aumentaram sua fortuna, em plena pandemia de Covid-19, durante a gestão Bolsonaro, em 180 bilhões de reais, entre 18 de março a 12 de julho de 2020 - em apenas quatro meses. O valor é equivalente a seis anos de Bolsa Família, isentos de impostos (DOWBOR, 2022).

⁴⁸ Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/sob-bolsonaro-funai-promove-evangelizacao/> Acesso em: 25 de julho de 2023.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/diretor-do-ibama-cai-apos-queima-de-maquinas-de-gar-impeiros-em-operacao-na-floresta/> Acesso em: 25 de julho de 2023.

⁵⁰ Frase célebre do então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles durante reunião ministerial em 22 de abril de 2020, quando defendia aproveitar a janela de oportunidades do foco da mídia na pandemia de Covid-19 para realizar os desmontes na estrutura pública de conservação ambiental.

O processo de desmonte em políticas públicas (*policy dismantling*) envolve uma “mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que altera, minimiza ou enfraquece a intensidade de políticas públicas em um determinado campo de atuação” (Bauer *et al.*, 2012, p. 35). Com esse direcionamento, o desmonte se associa a uma mudança na postura política, de acordo com uma nova orientação ideológica governamental. Essa estratégia se efetivou, desde o golpe institucional de 2016, por inúmeras vias:

- cortes orçamentários sistemáticos⁵¹;
- enfraquecimento e esvaziamento de competências dos órgãos vinculados à pauta socioambiental;
- retrocessos evidentes, com relação à legislação vigente;
- negligência com ciência e tecnologia;
- desmobilização das instâncias de controle social;
- construção de narrativas desfavoráveis às políticas públicas de proteção da natureza;
- fechamento de conselhos;
- flexibilização da legislação ambiental e fundiária;
- paralisação de ações de desapropriação de terras;
- interrupção de criação de assentamentos;
- interrupção de reconhecimentos de direitos territoriais.

Neste contexto de desmonte da política ambiental e sob o argumento de falta de recursos, o Ministério do Meio Ambiente lançou em fevereiro de 2021 o Programa Adote um Parque⁵², com a proposta de transferir para a iniciativa privada a proteção de unidades de conservação por meio do Decreto 10.623/2021. O programa privatiza e transfere a responsabilidade pública de conservação para pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras, para atender às corporações da indústria alimentícia no contexto de mudanças climáticas.

⁵¹ Em 15 de dezembro de 2016 o Senado Federal promulgou a Emenda Constitucional 95, congelando por vinte anos o teto de gastos para políticas sociais.

⁵²

Disponível

em:

<<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/adoteumparque>>

Acesso em: 27/08/2023.

Até 2021, 132 unidades de conservação já haviam sido incluídas na proposta, sendo que oito foram adotadas por grandes empresas como Carrefour, Coca-Cola e Heineken. Nessas oito UCs adotadas habitam mais de 2 mil famílias tradicionais (CAMPOS, 2021). Com a concessão das áreas e a transferência da responsabilidade para empresas privadas, a soberania desses povos sobre seus territórios passou a ser gravemente ameaçada.

3. SEMPRE-VIVAS, SEMPRE NA LUTA

Ao chegar a Diamantina, em Minas Gerais, é possível deparar-se com um grande *outdoor* na entrada da cidade, com os seguintes dizeres: “Bem-vindo a Diamantina, *Cidade Patrimônio Mundial*”, título conferido pela UNESCO em 1999. O município costuma receber milhares de turistas todos os anos, atraídos pela cidade histórica que mantém em estado de excelente conservação seus casarios de estilo arquitetônico “colonial e barroco”, construídos no período da escravidão, entre os séculos XVIII e XIX.

A cidade teve seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que na página eletrônica *Conjuntos Urbanos Tombados*⁵³, o descreve como “*perfeitamente integrado à paisagem severa e grandiosa, um exemplo da mescla de aventureirismo e refinamento ocorrido nas Américas*” (IPHAN, 2023). Em mais uma reprodução do mito do herói, os colonizadores portugueses são retratados, ainda hoje, como “aventureiros” e “desbravadores” na descrição do bem cultural, como melhor descrito abaixo, uma narrativa que denuncia as ideologias que formaram a concepção do Estado e, por conseguinte, também a opinião pública.

O patrimônio tombado combina engenhosidade e capacidade de adaptação aos trópicos, e forma um precioso testemunho da ocupação do interior do Brasil. Situada no nordeste do Estado, demonstra como, no século XVIII, os desbravadores do território brasileiro - aventureiros do diamante e os representantes de Portugal - souberam adaptar os modelos europeus a uma realidade americana, criando uma cultura original. A implantação da cidade sobre uma encosta rochosa cuja variação de altitude alcança até 150 metros de diferença, combina-se com a reprodução do programa português para suas cidades originárias da mineração, durante o século XVIII (IPHAN, 2023).

Em nenhum momento, tal narrativa deixa explícito que a ocupação portuguesa só aconteceu mediante o massacre e escravização de povos originários e de pessoas sequestradas do continente africano, e que o “programa português para as cidades originárias da mineração” foi um grande plano de saqueamento das riquezas locais, executado graças à exploração dessa mão de

⁵³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/371/>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

obra. Ao optar pela narrativa do mito do herói, ainda em 2023, o Estado brasileiro, representado pelo Iphan, bebe da filosofia do Estado colonial do século XVIII.

Hoje, 300 anos depois, as comunidades quilombolas habitantes da porção meridional da Serra do Espinhaço, descendentes das pessoas escravizadas construtoras de Diamantina, são responsáveis por outro título internacional ainda pouco difundido: o Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial Serra do Espinhaço, reconhecido em 2020 pela FAO. O título foi concedido após anos de mobilização entre as comunidades, universidades parceiras e organizações não governamentais, que juntaram esforços coletivos para a elaboração dos documentos exigidos para a candidatura - o dossiê e o plano de conservação dinâmica.

Este capítulo narra as histórias de vida e de luta das comunidades apanhadoras de sempre-vivas da Serra do Espinhaço no estado de Minas Gerais em defesa de seus territórios ancestrais e pelo direito à reprodução de seus saberes. São descritos os ataques e violências que essas comunidades sofrem devido à sobreposição de parques ambientais em seus territórios e como a articulação local e o apoio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) foram essenciais para a garantia de seus direitos. Ao final, apresento os processos que culminaram no reconhecimento como SIPAM e os recentes resultados deste título sobre as comunidades. As informações apresentadas a seguir são fruto de pesquisa de campo realizada em Diamantina (MG) entre os dias 28 de novembro e 04 de dezembro de 2022. Todas as apanhadoras entrevistadas durante a pesquisa de campo tiveram seus nomes substituídos no presente texto por nomes de flores, a fim de resguardar suas

identidades, em conformidade com o Protocolo⁵⁴ de Consulta Prévia das Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas.

3.1 O Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional

*...o vento principiou entortar o rumo, mais forte –
porque o tempo todo das águas estava no se acabar.
(...) Estávamos em terras que entestam com a Bahia (...) onde o
cãã canta. Chão que queima, branco. E aqueles cristais
pedra-cristal quase sangue... Chegamos até no cabo do mundo.
Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas, p. 304*

Figura 06 - Vista dos Gerais, sede da Codecex, em Diamantina (MG)



Fonte: Registro da autora (2022)

⁵⁴ Protocolo Comunitário de Consulta Prévia é um instrumento elaborado pelas comunidades e traz regras e acordos coletivos sobre como elas se organizam e tomam decisões sobre ações que afetam o dia a dia no território. Este Protocolo, das comunidades tradicionais e quilombolas apanhadoras de flores sempre-vivas, representa os quilombos e as comunidades de Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas. O direito de consulta prévia está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e garante aos povos e comunidades tradicionais e quilombolas o direito de escolha, participação e avaliação sobre projetos, empreendimentos, propostas legislativas, pesquisas acadêmicas e quaisquer intervenções que afetem direta ou indiretamente seu modo de vida.

A Serra do Espinhaço é a única cordilheira no território nacional brasileiro, formando uma cadeia de montanhas de aproximadamente 1.100km de extensão repleta de picos e vales que vão desde o norte de Minas Gerais até o sul da Bahia, compreendendo pontos populares como o Pico do Itambé e o Pico do Itacolomi, atravessando os vários sertões de Guimarães Rosa. Com bioma Cerrado em sua porção meridional, em transição para Caatinga e Mata Atlântica em sua porção setentrional, a Serra do Espinhaço é um *hotspot* de biodiversidade. Além disso, constitui um importante divisor geográfico de bacias hidrográficas nacionais, como o Rio São Francisco e o Rio Doce; possui destacada geodiversidade e ainda se revela como referência arqueológica, com registros de ocupação humana desde 10 mil anos atrás (FERREIRA *et al.*, 2008; ANDRADE *et al.*, 2018; MONTEIRO *et al.*, 2019).

Figura 07 - Mapa da Serra do Espinhaço



Fonte: adaptado pela autora, de Carvalho (2022).

Por estas características, em 2005, sua porção meridional foi reconhecida como Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) pela Unesco⁵⁵, tornando-se uma área prioritária para ações de conservação ambiental.

[...] a Serra do espinhaço, de notável relevância, destaca-se no cenário nacional e internacional, pois além de abrigar nascentes de diversos rios que drenam para diferentes bacias, constitui uma área ímpar no contexto mundial, no que se refere à formação geológica e florística. [...] Nela se concentram cerca de 80% de todas as espécies de sempre-vivas do país e cerca de 70% das espécies do planeta. A Serra abriga, ainda, 40% das espécies de plantas ameaçadas do estado. Esses fatores, aliados à sua importância como eixo de migrações pré-históricas, justificam a recomendação de criação de uma reserva da biosfera que englobe todo o maciço do espinhaço (CARVALHO, 2008, p.15)

Justamente por suas peculiaridades morfológicas, geológicas e climáticas, a Serra do Espinhaço apresenta diversos organismos que se desenvolvem apenas nessa área, ou seja, possui um elevado grau de endemismo de animais e plantas, o que contribui para reforçar a necessidade de sua preservação e conservação. Entre 2005 e 2015, sob os impactos da CDB, houve um aumento de 23% na área protegida em unidades de conservação e, atualmente, há cerca de 200 Unidades de Conservação na região, entre áreas de proteção integral e outras unidades de uso sustentável, sejam elas da administração federal, estadual ou municipal (CARVALHO, 2008; ANDRADE *et al.*, 2018).

Os destaques arquitetônicos e ambientais acima descritos, presentes nos reconhecimentos internacionais da Unesco - Reserva da Biosfera (2015) e Cidade Patrimônio Mundial (1999) - excluem, no entanto, uma parte fundamental da riqueza ali expressa, que por sua vez é responsável secularmente por conservar a biodiversidade e moldar a paisagem local: as comunidades que habitam ancestralmente o território. Mantendo práticas tradicionais por meio de um modo de vida que atua em sinergia com os ecossistemas, essas comunidades conservam não somente a diversidade biológica das flores sempre-vivas, mas uma

⁵⁵ O Programa O Homem e a Biosfera (MAB) foi criado em 1971 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), um ano antes da Conferência de Estocolmo. O Programa se comprometeu a “prever as consequências das ações de hoje no mundo de amanhã e, assim, aumentar a capacidade humana de gerir de forma eficaz os recursos naturais da biosfera”. Com 738 reservas da biosfera, 177 geoparques e 252 sítios do Patrimônio Natural, os sítios da UNESCO abrangem uma área do tamanho da China. Disponível em: <https://reservasdabiosfera.org.br/programa-mab/> Acesso em: 18 de maio de 2023.

série de riquezas fundamentais à existência humana e não-humana, como águas, comidas e sociabilidades.

Nas últimas décadas, e a partir das ameaças que estes modos de vida vêm atravessando desde a colonização, teve início um processo coletivo de tomada de consciência envolvendo também a autoidentificação enquanto Comunidades Tradicionais⁵⁶. Neste momento, o ofício da coleta de flores ornamentais na Serra, repassado através das gerações, se destacou como elemento identitário comum entre comunidades que também se vêem como camponesas e quilombolas e vêm afirmando o sujeito político "Comunidades Apanhadoras e Apanhadores de Flores Sempre-Viva da Serra do Espinhaço" no rol de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (PCTs). Apesar de estar centrada na coleta de flores, esta identidade representa diversas dimensões do que chamamos aqui de Sistema Agrícola Tradicional, conforme esclarece a apanhadora de flor e liderança comunitária Rosa:

A atividade da apanhadora de flores é ampla, ela é complexa. Tem três principais atividades que são carro chefe da economia, onde gera renda, onde você pega o dinheiro. Tem a lida com o gado, tanto a flor quanto o gado é em áreas de uso comum, pastagens comuns, e o gado além de alimentação ele é poupança nos momentos de crise. E os quintais produtivos e roçados que garantem a segurança e soberania alimentar. Muitas vezes a gente não considera isto uma atividade econômica, mas ela é, porque se você deixa de comprar, você está gerando renda. E além das crenças, dos festejos, dos casamentos, das religiões, das plantas medicinais, o cuidado com a água, com a serra, isso tudo faz parte do sistema (Rosa).

Rosa se apropria da ideia de *sistema* para traduzir a conexão entre as atividades econômicas, a cultura e a conservação ambiental a partir do ofício que herdou da família. Ela se expressa com bastante legitimidade em seu lugar de fala, já que cresceu praticando essas atividades. Hoje, alia esta vivência à formação acadêmica na profissão de educadora e atuação como liderança política, fazendo a tradução entre "visões de mundo" diferenciadas, a do saber tradicional e do científico (CUNHA, 2007):

(...) a gente faz ciência também, a gente faz pesquisa na prática. Só que a gente não compila os dados. A gente não tem essa sistematização dos dados, mas a gente vai fazer pesquisa há mais de 300 anos. Então, assim, o sistema que tem hoje, ele é um sistema atualizado, que foi sendo modernizado e foi sendo estudado pra saber o que funciona (Rosa).

⁵⁶ Seguindo o conceito apresentado na introdução, em conformidade com o Decreto 6.040/2007 de Povos e Comunidades Tradicionais.

Sua fala também pode explicar porque este “Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM/FAO)” leva no nome o extrativismo de plantas que não são alimentícias, porém que centraliza diversas práticas agroalimentares no território da Serra do Espinhaço Meridional. Na visita de campo realizada a Diamantina em dezembro de 2022, Rosa contou sobre a relação da atividade com a identidade cultural e subsistência, a partir de sua própria história de vida:

Eu comecei a ir pra campo panhar flor na infância ainda, com 6 ou 7 anos eu já era apanhadora de flor. E fui até a graduação, nas férias da faculdade, o que mantinha na faculdade era a flor. Então ela tem um papel muito importante, além de cultural, também financeiro. Eu comprei minhas primeiras canetas coloridas com o dinheiro da flor, eu comprei minha primeira roupa (Rosa).

O reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional das apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas, por meio do Programa Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM/FAO) é o primeiro título internacional que inclui as comunidades tradicionais da Serra do Espinhaço como protagonistas da história e como *responsáveis pela conservação ambiental*. Não por acaso, ele emerge por meio do grito das próprias comunidades por justiça e direitos, servindo-se desta candidatura para trazer-lhes visibilidade após séculos de marginalização e apagamento histórico. Por ser sistêmica, a abordagem por SAT, proposta pela FAO e por pesquisadores e apropriada pelas organizações sociais locais, se apoia na centralidade do alimento⁵⁷ como ferramenta ao mesmo tempo de investigação, luta por direitos e ação política. Assim, conecta a dimensão sócio histórica à ambiental através da cultura e soberania alimentar (KOOHAFKAN & ALTIERI, 2011; DE SOUZA & BUSTAMANTE, 2019; COLETIVO FOLHAS COMPOSTAS, 2021).

A partir desta lente, e dando um *zoom* que colhe mais detalhes da paisagem para além das rochas, plantas e arquitetura da região, captando histórias e lutas de pessoas, a Serra do Espinhaço torna-se indissociável das Comunidades Apanhadoras de flores sempre-vivas. Formam juntas um sistema complexo, vivo e

⁵⁷ O manifesto “A centralidade do alimento” sobre direito à alimentação foi publicado em 2012 em Torino, Itália, pelo movimento Slow Food, disponível em: https://slowfoodbrasil.org.br/wp-content/uploads/2012/10/documentos_a-centralidade-do-alimento-carlo-petrini.pdf

dinâmico. O fenômeno é resumido pela voz das mesmas comunidades quando explicam em texto construído coletivamente o que é a Serra para elas:

A Serra do Espinhaço faz parte da nossa identidade, faz parte de quem somos. Da Serra obtemos nosso sustento e em troca zelamos e cuidamos dela. Ela faz parte do nosso território, é o futuro para nossas famílias e agrega a comunidade. É nossa casa, é liberdade, lugar de distração e alívio, é sobrevivência. A Serra ajuda ainda a organizar e unir as comunidades. A Serra forma a lapa, e a lapa é nossa casa! É nossa morada. A Serra ainda nos dá saúde, alimentos, pequi, frutos e flores; raízes para fazer remédio; nos dá vida, identidade e sustento para nós e os animais; nos dá ainda água pura, paisagem, vento e farinha, rapadura também! Na Serra o ambiente é sadio e nela todos, até os animais, se fortalecem. Somos parte da Serra e a Serra é parte da gente (Protocolo Comunitário de Consulta Prévia das Comunidades Quilombolas e Apanhadoras de Flores Sempre Viva).

Segundo Fernanda Testa Monteiro (2019), uma das pesquisadoras parceiras das comunidades e responsável pela pesquisa que amparou o dossiê da candidatura à SIPAM/FAO, o processo histórico e geográfico de formação do estado de Minas Gerais situa a particularidade das comunidades da Serra do Espinhaço Meridional. A região está situada no encontro das antigas minas coloniais (de ouro e diamante) com os *Geraes*, como são chamados os sertões. Esta área era inicialmente ocupada por indígenas e foi paulatinamente colonizada por portugueses que trouxeram um grande volume de pessoas negras escravizadas para trabalhar na exploração das minas de ouro e diamante, já que o Estado de Minas Gerais foi o que mais escravizou no Brasil. Tais processos de territorialização promoveram encontros de pessoas, sementes e cultura alimentar com especial ênfase para o legado indígena de domesticação de espécies que mataram a fome dos portugueses. Esse contexto gerou muitos fluxos de material genético, pois os colonizadores lusitanos também trouxeram ervas condimentares e olerícolas, sendo que o gado, o porco e as aves vieram da eurásia através dos europeus (FAVERO *et. al*, 2021)

Ou seja, a alta taxa de diversidade agrícola e alimentar que hoje garante a soberania alimentar das comunidades da Serra do Espinhaço Meridional e é objeto de patrimonialização é fruto de um processo histórico de ocupação do território onde destaca-se a convivência de comunidades nativas, quilombolas e camponesas, de origem indígena, africana e lusitana. É importante salientar que estes encontros se deram marcados pelas relações de poder coloniais, pela

escravidão e avanço sobre territórios tradicionais, o que se perpetua ainda hoje na marginalização vivenciada pelas comunidades e ameaças a seus modo de vida e território.

Isto se reflete na atualidade, quando algumas das comunidades articuladas por meio da organização social investigada, a Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas da Serra do Espinhaço Meridional (Codecex), se reconhecem como camponesas e reivindicam partes do território para realizar suas agriculturas e extrativismos, enquanto outra parte se reconhece como quilombola e reivindica a demarcação de todas as terras ancestralmente ocupadas como parte de seu território, segundo lhes garante a lei⁵⁸ (MONTEIRO, 2019).

Apesar das diferenças na formação étnica e na reivindicação política, ambas as comunidades se encontram amalgamadas pela identidade comum de “apanhadores de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço”. Porém, as comunidades que vêm se reconhecendo enquanto quilombolas, vivenciam um processo fundiário e identitário paralelo, conforme informou Dália, jovem liderança do Quilombo Vargem no Inhaí, município de Diamantina:

Então, o Quilombo tem mais de 80 anos. Ele é formado pelo meu bisavô, que chega com a família dele, e dá início à formação da comunidade. Ai os filhos dele se casam e trazem as esposas para o Quilombo e vão dar o início da comunidade. Eu sou a quarta geração e a comunidade sempre foi bem oprimida pela cor da pele, pela falta de políticas públicas (Dália).

O Quilombo Vargem do Inhaí é uma das comunidades que fazem parte da delimitação do SAT reconhecido como patrimônio pela FAO. Ele foi certificado pela Fundação Palmares como remanescente de Quilombo em 2015. Dália conta que a autoidentificação como quilombolas e o reconhecimento veio na esteira do processo de lutas levantado por meio da articulação das comunidades apanhadoras de flores, e que o estopim para a busca da certificação foram cercamentos e impactos da monocultura de eucalipto iniciados na primeira década do séc XXI. Essas ameaças fizeram com que mulheres da comunidade buscassem

⁵⁸ O direito territorial das comunidades quilombolas consta no artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que versa “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.” (BRASIL, 1990)

participar de eventos que discutiam os direitos de PCTs por meio da Codecex, passando a compor a comissão.

Tendo em vista esta configuração étnica diversa, Monteiro (2021) caracteriza as atuais comunidades “apanhadoras de flores sempre-vivas”, como:

camponeses(as) e quilombolas que habitam o Espinhaço Meridional, na porção central do estado de Minas Gerais. Elas estão inseridas no agrário compreendido por, pelo menos, 15 municípios, que se localizam, em termos de divisão política, nas seguintes mesorregiões estaduais: Vale do Jequitinhonha (nordeste do estado), Central e Norte de Minas. Refere-se, assim, a grupos que (...) contam não apenas com a coleta de “flores sempre-vivas” na sua lógica de reprodução social e cultural, mas também, e, necessariamente, com as práticas de cultivos, criação de animais e coleta vegetal para fins diversos (FAVERO *et. al*, 2021, pág 20).

Para estas comunidades, a lógica de apropriação da terra “dá-se na forma de terras de uso comum ou de uso coletivo enquanto construções socioculturais e econômico-políticas diferenciadas” (FAVERO *et. al*, p.19). O compartilhamento do território por estas famílias está também bastante ligado à prática tradicional da *transumância*, que, segundo Monteiro (2019) são migrações sazonais para as partes mais altas da Serra (campos rupestres do cerrado) realizadas pelas famílias na época da coleta de flores e que aliam o manejo da criação de animais, que também são levados para pastar nestas áreas porque nesta mesma época as pastagens estão favoráveis. Durante as temporadas que passam em cima da Serra, as famílias fazem moradias com materiais coletados nos campos e usam até mesmo as lapas, que são espécies de grutas, para se abrigar, conforme narra a apanhadora de flores e liderança comunitária Margarida, do Quilombo Mata dos Crioulos

Eu fui nascida numa lapa que minha mãe ficava pra panhar a sempre-viva. Então minha mãe foi toda vida apanhadora de flor e ela morava nesse local e ali eu nasci, em 88. Eu falo lapa, mas era casa. Que foi ali que eu nasci, eu cresci (Margarida).

Figura 08: Apanhadora Margarida na Mata dos Crioulos



Fonte: registro cedido pela apanhadora Margarida, com autorização de uso.

Figura 09: Exterior de Lapa na Serra do Espinhaço



Fonte: registro cedido pela apanhadora Margarida, com autorização de uso.

Figura 10: Interior de Lapa na Serra do Espinhaço



Fonte: retirado do documentário *Tempo da Roça, Tempo da Campina*⁵⁹

Figura 11: *Panha* de flores na Serra do Espinhaço



Fonte: retirado do documentário *Tempo da Roça, Tempo da Campina*⁶⁰

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x7lg2DlbTss&t=309s>>
Tempo da Roça, Tempo da Campina (Farm time, Meadow time)

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x7lg2DlbTss&t=309s>>
Tempo da Roça, Tempo da Campina (Farm time, Meadow time)

O depoimento de Margarida sobre a relação com as moradias nas lapas encontra eco em outras falas das comunidades encontradas tanto na visita a campo quanto em demais pesquisas já realizadas na região. Monteiro (2019) traz a ideia de *agroambientes*⁶¹ para caracterizar as diferentes altitudes da serra que são utilizadas pelas comunidades em suas estratégias alimentares, ou seja: o sertão (face ocidental), a serra (cotas elevadas) e as beiras do Jequitinhonha (face oriental).

Nestas estratégias, além das travessias e transumância, uma prática que tem bastante relevância e está embasada no saber tradicional é o manejo do fogo, elemento central em todos os agroambientes, usado para o cultivo (roças de toco), pastagens e coleta de flores, estando estritamente ligado à preservação da agrobiodiversidade (MONTEIRO *et al.* 2019). Todos estes saberes e práticas tradicionais mantidas pelas comunidades da Serra do Espinhaço Meridional estruturam e tornam peculiar o sistema agrícola tradicional estudado. No material de divulgação oficial do Governo Federal sobre esta experiência de patrimonialização⁶², o SAT da Serra do Espinhaço é descrito como:

(...) um sistema agrícola único, fruto do processo de coevolução entre as comunidades tradicionais e seu ambiente natural. As comunidades tradicionais desenvolveram um profundo conhecimento acerca dos ciclos naturais e processos ecossistêmicos e do manejo da flora nativa, possibilitando a utilização dos recursos naturais em harmonia com a conservação da biodiversidade. O SAT compreende diversas atividades produtivas realizadas em uma região montanhosa, entre 600 metros e 1400 metros de altitude, fornecendo um mosaico de ecossistemas e paisagens. A agricultura, a criação de animais, o extrativismo de recursos naturais, em especial a colheita das flores sempre-vivas, e o uso das espécies nativas do cerrado caracterizam o modo de vida das comunidades tradicionais de apanhadores e apanhadoras de flores (BRASIL, 2023).

Conforme vimos, a abordagem por SAT é uma das estratégias utilizadas por estas comunidades para fazer valer os seus direitos, e, ao mesmo tempo, um dispositivo usado por pesquisadores para ler e organizar o território e modo de vida

⁶¹ Agroambientes são entendidos por Monteiro como ambientes naturais com saberes/conhecimentos locais/tradicionais associados, que são transformados continuamente, possibilitando usos agrícolas diversos para a subsistência das famílias ao longo do tempo /espaço (Monteiro, 2019)

⁶² Material disponível no site do Ministério de Desenvolvimento Agrário, atual instituição responsável pela execução do Programa SIPAM.

a ele associado, além de ser uma ferramenta de reconhecimento e de construção de políticas públicas de salvaguarda. No mesmo informe, o Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil reconhece o papel ativo da organização social que representa as comunidades, tanto no processo de candidatura, quanto na construção da governança local para a gestão da salvaguarda:

A proposição da candidatura deste SAT ao programa SIPAM contou com o protagonismo e envolvimento das comunidades ao longo de todo o processo. A Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX) esteve à frente do processo, articulando comunidades e parceiros, como universidades e governos municipais e estaduais, em um arranjo institucional local para construção da proposta e execução do plano de ação (BRASIL, 2023).

3.3 O tempo das ameaças

Povos e Comunidades Tradicionais lutam historicamente contra todo tipo de crimes ambientais e conflitos fundiários: têm suas terras invadidas, tomadas, saqueadas, seja pelo avanço do agronegócio, por mineradoras, empreendimentos energéticos ou pelo interesse de grandes indústrias de variados setores (CUNHA, 1999; DE SOUZA & BUSTAMANTE, 2019; SANTILLI, 2010; FERDINAND, 2022). Na Serra do Espinhaço, este cenário não foi diferente, ainda mais por se tratar de uma região riquíssima em minérios. No entanto, as pressões mais violentas que as comunidades da Serra sofreram nas últimas décadas não partiram da especulação da iniciativa privada, e sim justamente de órgãos do Executivo estadual e federal, que ignoraram sua ancestralidade e seu papel como agentes de conservação ambiental, e agiram em favor da expropriação de suas terras e direitos (MONTEIRO, 2019).

Essas ameaças, elas sempre existiram, mas era uma ameaça mais silenciosa. Sempre teve grileiro de terra nessa serra. Mas era um grileiro de terra que muitas vezes é mais silencioso. Ah, eu vou cercar essa área, por quê? Porque lá tem muitas áreas, tinha, né, que hoje chegou a cerca, que não tinha cerca. Era a área de uso comum da comunidade. E tem as regras, tem os acordos, eles têm as formas de fazer esse uso coletivo. Elas não estão no papel, mas ela existe, ela foi criada, e foi de uma forma que quando a coisa começou a funcionar mesmo, aqueles acordos, eles estão implícitos na comunidade, ela sabe qual que é o acordo. Então, mesmo que seja de uma área de uso comum, todo mundo cuida. Então, chega um momento que essa ameaça é mais violenta, elas eram muito brutais, e teve uma expropriação mesmo, de um território muito grande, de

comunidades perderem os melhores campos de flores (Rosa).

Margarida possui 34 anos e é filha e neta de apanhadores de sempre-vivas. Sua filha, com 15 anos, segue o ofício dos bisavós. Margarida nasceu em 1988 em uma lapa na Serra do Espinhaço, onde viveu até parte da infância. Quando tinha por volta de 10 anos, estava cuidando de seus 3 irmãos mais novos enquanto seus pais faziam a *panha* das flores, e fora surpreendida dentro de casa por um agente do Parque Estadual do Rio Preto (PERP), que lhe disse: “*Eu conheço seus pais e vocês vão ter que sair dessa área agora, se não, eu vou chamar a polícia*”. Margarida conta que, naquela época, nem sabia o que era polícia, mas entendeu a fala como uma ameaça e tratou de se esconder com seus irmãos pequenos. Seus pais passaram a noite toda à procura dos filhos na imensidão da mata.

Violências como esta foram comuns em meados dos anos 2000, quando cerca de 400 famílias apanhadoras de sempre-vivas saíram da invisibilidade e foram forçadas a deixar suas casas em detrimento do Parque Estadual do Rio Preto, promulgado em 1993 com o objetivo de proteger as nascentes do rio Preto. A área total do parque abrange cerca de 40 nascentes e é rica em diversidade de fauna e flora, tornando-se um importante atrativo turístico⁶³. Ao pagar um ingresso de R\$20, hoje, você pode ter acesso à área do Parque, incluindo à *Cachoeira do Crioulo* e à *Cachoeira da Sempre-Viva*⁶⁴. O nome das cachoeiras testemunha sua íntima conexão com o cotidiano e cultura das comunidades que ali habitavam até serem desapropriadas pelo Parque. As famílias desabrigadas não receberam nenhum tipo de assistência ou indenização do Estado para recomeçar suas vidas.

⁶³ Grebowickz critica a ideia dos parques como espaços de erudição, lazer e recreação, supostamente destinados para todos, mas, na prática, destinados somente a *alguns*. “[...] os parques nacionais são estados políticos de exceção duas vezes: primeiro, como espaços de fantasia que oferecem prazer e fuga do real e, segundo, como lugares onde o político e o natural se confundem de uma forma que faz com que tanto a democracia quanto a política ambiental pareçam transcendentais, como se pertencessem ao reino da lei natural, e não da lei civil” (GREBOWICZ, 2015, p.18. Traduzido livremente pela autora).

⁶⁴ Informações disponíveis em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/sao-goncalo-do-rio-preto/parque-estadual-do-rio-preto>
Acesso em: 30/04/2023.

Figura 12 e 13 - Parque Estadual do Rio Preto



Fonte: Parque Estadual do Rio Preto

Sair da invisibilidade, para estas comunidades, não significou algo bom, como seria de se esperar. Pelo contrário, ser invisível para o Estado, na opinião de Rosa, foi um modo de sobrevivência até então. A partir da implantação dos parques, o território que sempre⁶⁵ habitaram e onde nunca havia chego nenhuma política pública passa a conhecer o Estado por meio da violência, da repressão e da opressão:

Esse modo de vida dos apanhadores de flores, existe há mais de 300 anos. E isso viveu na invisibilidade, invisibilidade total, de acesso a políticas públicas, de conhecimento externo. Então, assim, essa invisibilidade foi importante pra gente, que é isso que nos manteve vivos, isso que nos garantiu permanecer lá no nosso território. Essa invisibilidade, ela começa a sofrer desde 2002, quando se criam as unidades de conservação aqui na região. E teve dois parques que foram muito violentos, muito violentos mesmo. Um é o Rio Preto, Parque Estadual do Rio Preto, e o Parque Nacional das Sempre-Vivas. Então, esses dois parques cometeram violências, crimes, mesmo. Eu acho assim, coisas surreais de expulsar pessoas de casa, queimar casas das pessoas, ranchos, destruir lapas, colocar arma na cabeça de pessoas, levar preso, humilhar, colocar arma na cabeça de criança. Então, a consequência disso foi muito forte. (Rosa)

O PERP dividiu a chapada e tomou a maior parte da terra onde se concentravam as flores sempre-vivas, segundo a premissa de que, para preservar o meio ambiente⁶⁶, este não poderia ser habitado, criminalizando as práticas

⁶⁵ Para Grebowickz (2015) a ideia de “sempre” (no contexto de populações tradicionais que *sempre* habitaram aquele território) é incapaz de ser compreendida por uma linha do tempo (régua) branca. Isto reforça as violências praticadas “com as melhores intenções”, como aponta Lobão (2011), por burocratas, até então, majoritariamente, brancos.

⁶⁶ Ao contrário, o que se percebe é os parques ambientais que teoricamente deveriam proteger a *wilderness* acabam gerando novos conflitos em torno do que seria o território *público* e como ele se

tradicionais das comunidades que ali viviam há, pelo menos, trezentos anos, como a *panha* das flores e o manejo do fogo. Ao serem expulsos de seu território ancestral, onde as gerações de seus avós e bisavós cresceram e se reproduziram e que historicamente tiraram seu sustento da *panha* da sempre-viva, onde seus antepassados estão enterrados, às famílias apanhadoras de sempre-vivas agora restavam dois caminhos: ou reaprender a viver, em outro lugar, em outra circunstância, com outra ocupação, ou entrar para a *marginalidade* e *invadir* a área do parque para *roubar* sempre-vivas. A clandestinidade, destacam as apanhadoras entrevistadas, foi o lugar ao qual o próprio Estado lhes destinou ao legislar contra suas atividades tradicionais.

Nós não podemos usar o fogo pra fazer roça, pra fazer pasto, pra fazer o controle das sempre-vivas e eles podem usar [o fogo] pra queimar nossas lapas, nossas histórias, nossas vidas? Ele não queimou só uma lapa, ele queimou uma história. Queimou um lar. E a preservação, entra onde? (Margarida)

Violeta revela como, aos poucos, a liberdade de sua comunidade foi sendo cerceada: primeiramente pela grilagem da terra e monocultura do eucalipto; depois, são expulsos de seu território pelo novo posseiro, um juiz. O trecho evidencia o tamanho da violência sofrida pelos apanhadores ao serem apartados de sua terra, rompendo um vínculo vital para estas pessoas que estão em simbiose com seu ambiente, como revela Rosa no trecho seguinte: *“tem várias formas de você matar”*.

Então, você tinha roça de toco, você panhava flor, buscava estaca, a gente nadava, fazia tudo isso que a gente queria fazer nesse território. Mas aí, em 2006, chega o impacto do eucalipto. E o campo de flor, que a gente mais colhia flor, é impactado por esse monocultor de eucalipto. Só que a comunidade não tinha entendimento de território. Se tinha o pertencimento, mas não se tinha o entendimento [do direito]. E aí aconteceu o empreendimento. Só que em meados de 2010, isso, 2010, 2012, se vende a fazenda. Aí, se vende a fazenda para o juiz. E o juiz já chegou. Ninguém entra, não tem roça de toco, ninguém panha flor, ninguém pesca, ninguém nada. E aí, eu ouvia os mais velhos dizerem, “eu vou embora”. E eu ficava perguntando, “você vão pra onde? Vocês nunca nem saíram daqui pra ir em Belo Horizonte. Como vocês vão conseguir ir em outro lugar?” Só que eu também não tinha conhecimento. (Violeta)

articula com o território de povos originários, ou com outros grupos sociais que emergem às margens dos novos centros das relações de produção desses territórios, um prato cheio para a mercantilização da sustentabilidade e de outros recursos naturais.

Teve muitas violências com o Parque Nacional das Sempre-Vivas também, de cometer crimes, matar pessoas. Então, tem várias formas de você matar. Você não precisa colocar uma arma na cabeça, mas você faz a pessoa doer, você faz a pessoa entrar em depressão. Então, teve vários casos. Meu tio morreu de pavor de perder a terra. É você não saber mais, chegar a 70, 80 anos sem saber mais o que fazer da vida. Como que você recomeça aos 80 anos? (Rosa)

Em 2009, o pai de Margarida recebe um novo aviso de despejo, desta vez por causa do Parque Estadual Pico do Itambé, homologado em 1998 como Unidade de Conservação. Margarida tinha 21 anos e foi nesta época que conheceu o professor Claudenir Favero da UFVJM, quando se deu início ao processo de mobilização, articulação e autoidentificação das comunidades apanhadoras de sempre-vivas, narrado na seção seguinte.

Mesmo devendo ser legalmente de posse e domínio público, as Unidades de Conservação são criadas em áreas com ocupações, de proprietários ou posseiros e populações tradicionais. Cumpre dizer que o processo de expropriação e desapropriação de populações de suas terras em nome da conservação é desigual, tendo em vista que grandes proprietários, principalmente em unidades de conservação de proteção integral, com recursos e advogados, ou negociam e protelam a desapropriação ou recebem indenizações por áreas que, muitas vezes, nunca ocuparam, e as compraram ou receberam em tempos idos, tantas vezes resultados de processos violentos com os habitantes tradicionais. Acaba se tendo mais um movimento de acumulação de capital, seguindo as regras legais e normas existentes, por promoção do próprio Estado.

A partir da previsão legal de desapropriação, a criação das Unidades de Conservação promove restrições de uso, intimidações e uso de força, com casos de abuso do poder público contra os ocupantes, principalmente sobre os de menor poder aquisitivo. Esse tipo de processo de apropriação em função da conservação, que determina o controle da natureza pela regulamentação de seu uso, acaba excluindo populações locais e promovendo colonialismo verde (FAIRHEAD *ET. AL*, 2012; FERDINAND, 2022). Para Grebowickz (2015), são justamente estas oposições entre natureza e *desenvolvimento* que se articulam para criar a ideia de parque unificado - *a unidade em oposição à diversidade!* - porém internamente inconsistente (GREBOWICKZ, 2015).

Ainda, Grebowickz (2015) questiona qual a imagem de *nação* que os parques nacionais - ou estaduais, neste caso - constroem e que modos de *vida cívica* são produzidos por esse processo. Para a autora, a demarcação de territórios que são especificamente projetados como politicamente inocentes cria margens sociais específicas em relação a centros sociais específicos:

Quem é o visitante nesses espaços? Quem é o nativo e quem é o estrangeiro? A quais crianças se destina a natureza selvagem do futuro, ostensivamente despovoada, e a que custo (para quem)? Em suma, como a ideia contemporânea de nação, em contínua tensão com a migração e o indigenismo, é reproduzida no que conta como natureza hoje? Essas não são questões empíricas, mas de imaginação política (GREBOWICZ, 2015, p.5, traduzido livremente pela autora)

3.3 O tempo do levante

A partir da visita de campo e análise do dossiê produzido para reconhecimento como SIPAM, tornou-se evidente o papel ativo da organização social das comunidades em todas as frentes, seja na produção das pesquisas, na mobilização comunitária e institucional e até mesmo na captação e gestão de recursos financeiros que viabilizaram o trabalho. Isso se contrasta com a praticamente nula atuação e apoio da FAO e do Governo Federal para o fomento e financiamento das ações realizadas, apesar de em seus canais de comunicação se promoverem em cima desse capital (BRASIL, 2023).

A liderança e apanhadora de flores Rosa, da equipe da Codecex, também lamentou as diversas dificuldades geradas no diálogo com a FAO na condução dos processos administrativos para conquistarem o reconhecimento, que segundo ela *“Se revelou mais desafiador para as comunidades que a própria construção da documentação exigida”*. Ou seja, os desafios foram desde a captação de recursos e mobilização para elaboração do dossiê de candidatura até os entraves burocráticos com a FAO.

Segundo narrou Rosa, a experiência foi selecionada pelo governo do Brasil para ser a primeira candidata do Brasil ao programa SIPAM. No entanto, a construção das peças técnicas exigidas no processo ficou totalmente a cargo das comunidades, que no ano de 2018 contaram com parceiros para elaborar um

dossiê técnico-científico e um Plano de Conservação Dinâmica (PCD), ambos a partir dos critérios estabelecidos pelo programa. Para tanto, a Codecex optou por fazer um recorte na dimensão geográfica que os estudos anteriores haviam delimitado. Foram envolvidas apenas *“seis comunidades que estavam mais atuantes e com maior compreensão do momento político vivenciado pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas e, também, dispostas a assumir o processo e os esforços necessários para tal”* (FÁVERO *et. al*, 2021, pg. 429). As comunidades de Pé de Serra e Lavras, no município de Buenópolis, o quilombo Raiz, em Presidente Kubitschek e os quilombos Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos e Macacos, em Diamantina, foram mobilizadas, totalizando cerca de 1.500 pessoas.

É importante destacar que três destes quilombos foram certificados pela Fundação Palmares com o apoio da Codecex. A organização realizou diversas reuniões, oficinas e seminários tanto com as comunidades quanto com órgãos públicos para construir o Plano de Conservação Dinâmica (PCD), abrindo pela primeira vez o diálogo com o poder público. A candidatura foi entregue à FAO ainda em junho de 2018 e em 11 de março de 2020 as lideranças das comunidades receberam, em solenidade na capital federal, o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM/FAO).

Retornamos uma década desde o reconhecimento em 2020 para compreender o histórico da organização social que protagonizou a candidatura. A partir de diversas falas de lideranças das comunidades locais entrevistadas, compreende-se que esta parceria entre a Codecex e as universidades teve um importante papel não apenas na patrimonialização, mas no histórico de levante e luta das comunidades frente às ameaças contemporâneas.

A Codecex nasceu em 2010 *“como resposta aos problemas de acesso aos campos de coleta de sempre-vivas pelas comunidades decorrentes da implantação do Mosaico das Unidades de Conservação do Alto Vale do Jequitinhonha – Serra do Cabral (Rosa)”*. Isto porque, no final dos anos 90 e início de 2000, foram criados seis parques naturais e uma estação ecológica na Serra do Espinhaço, dando início a uma série de conflitos territoriais envolvendo as comunidades locais e que

ainda hoje se agudizam. Esta organização sociopolítica em torno da Codecex ajudou também a consolidar “as (os) apanhadoras (es) de flores sempre-viva” como sujeitos de direitos, levando a autoidentificação das comunidades que vivem neste território à esfera jurídica. Sobre o papel das pesquisas comenta Rosa:

(...) as pesquisas foram importantíssimas nesse processo, assim, em todo o processo de luta dos apanhadores de flores. Porque a gente precisa ainda fazer essa tradução para o mundo lá fora. A gente tem o nosso modo de falar, nosso modo de viver, nosso modo de fazer, mas que é importantíssimo, que é isso que mantém o sistema vivo. Mas, ao mesmo tempo, precisa da pesquisa para traduzir isso (Rosa).

Em visita de campo à Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em Diamantina, o professor Claudenir Fávero, que desde o início esteve à frente das pesquisas e parcerias com as comunidades locais, narrou sobre a origem das articulações. Segundo Fávero, a partir de 2009 o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFVJM) iniciou a interação com as comunidades por meio de projetos de pesquisa e extensão, compreendendo que as demandas das mesmas estavam “para além do aspecto técnico-produtivista”, e sim no campo da violação de direitos, exigindo uma visão mais sensível, que impactou mutuamente comunidades e academia, pois o foco das pesquisas e ações foi se adaptando à conjuntura que estava se descortinando⁶⁷.

Foi destacado por diversos entrevistados e também nas pesquisas produzidas um marco temporal, a partir do encontro promovido pela universidade em 2009. Neste evento, as pessoas dessas comunidades, que geralmente se encontram distantes umas das outras e são de difícil acesso, puderam se encontrar pela primeira vez, reconhecendo-se num cenário comum de conflitos. “O evento foi catarse coletiva, as pessoas iam para o microfone e denunciavam as violências que estavam sofrendo. Foi um burburinho, veio à tona tudo”, pontuou Fávero.

O professor contou que, apesar destas ameaças terem um histórico mais antigo, com avanços da mineração e agronegócio sobre as terras ancestralmente ocupadas, o conflito com as Unidades de Conservação (UCs) emergiu como

⁶⁷ É interessante pensar a complexidade das estruturas do Estado. Aqui vemos como a universidade pública foi fundamental para que estas comunidades se enxergassem detentoras de direitos, além da expressiva contribuição científica, endógena e exógena, à elaboração do dossiê e do PCD.

central naquele momento, culminando na criação da Codecex. Desde então, o NAC/UFVJM passou a buscar outras universidades parceiras para trabalhar os desafios multidisciplinares que se apresentavam. Foram acumulados esforços de pesquisa entre 2009 e 2018 envolvendo diversas áreas como a geografia, antropologia, economia e etnoecologia, os quais foram sintetizados no dossiê para a candidatura a SIPAM, atendendo à visão sistêmica proposta pelo programa, entre outros diversos desdobramentos.

Por meio da visita à campo e entrevistas realizadas foi possível observar também que a presença de jovens das comunidades camponesas e quilombolas na universidade foi um determinante que impulsionou o processo. Estas jovens, em sua maioria mulheres, buscam formação acadêmica com o declarado objetivo de fortalecer a luta de suas comunidades perante as ameaças sofridas. Sobre a questão, a liderança política Margarida comentou:

Tinha uma aluna de lá (Mata dos Crioulos), que tava aqui (em Diamantina) fazendo um curso e conheceu o professor (Fávero) na Universidade. Ela conta pra ele a história e ele fala: - eu quero conhecer a comunidade de vocês. Ele levou vários alunos e chegando lá falou: - mas vocês sabem quem é vocês? E nós respondemos: - Não, não sabemos. - Pois é, vocês tem uma história muito linda, e vocês não podem ser expulsos daqui. Aí nós começamos a contar a História da comunidade que é a história da lapa do Isidoro (...) e o mais forte é a fazenda, onde embaixo era a senzala dos escravos. E foi aí que veio uma emoção tão grande dentro da gente. (Margarida)

A fala de Margarida, que também se repete no depoimento de outras mulheres quilombolas, mostra que entre 2010 e 2020, período de gestação da candidatura que culminou no reconhecimento analisado, foi também um marco histórico de agudização de conflitos territoriais na Serra do Espinhaço Meridional e levante da luta contra tais ameaças por parte das comunidades tradicionais. É importante ressaltar que este processo se deu paralelo à busca pela própria história ligada à escravidão, por parte destas comunidades, que vem derivando na certificação de diversas delas como quilombolas.

Sobre este momento Margarida comentou: “O negro, ele não fala, nós negros grita por socorro.” O apoio de grupos de pesquisadores de universidades públicas, sensíveis aos temas que conectam cultura e natureza e reconhecem o

valor do conhecimento tradicional, diferente do tratamento dado pela Ciência convencional até o momento na região, também foi determinante no processo.

3.4 O tempo do reconhecimento

A partir do trabalho de campo e das entrevistas realizadas, procuramos entender as percepções da Codecex, lideranças das comunidades e parceiros em relação aos resultados do reconhecimento até o momento e as dinâmicas da gestão da salvaguarda. Quando perguntada sobre os resultados do reconhecimento, Rosa, que além de liderança é técnica da CODECEX, apontou que

no início haviam muitas dúvidas, que ainda permanecem, sobre quais seriam as conquistas de direitos com o processo de patrimonialização, já que muitos dos principais desafios permanecem e estão longe de serem solucionados, à exemplo dos conflitos e regularização fundiária (Rosa).

Porém, conclui que a patrimonialização está contribuindo para tirar as comunidades e o patrimônio que são detentoras da invisibilidade histórica a que estão imersas: “Hoje a gente entende que o reconhecimento é importante para a visibilidade.” Rosa acredita também na função pedagógica do processo para a relação entre Estado e sociedade civil: “Foi um processo de aprendizado, aprender a dialogar com o poder público, isso não existia”.

Foi mencionado também como consequência da patrimonialização que já conseguiram transformar o reconhecimento do SAT em leis municipais nos três municípios. Porém, no que diz respeito ao avanço na construção e execução de políticas públicas de apoio foi ressaltado muitas vezes a ausência do Estado na região, ou presença apenas para cobrar, punir ou limitar liberdades das comunidades tradicionais:

As comunidades são muito carentes de políticas públicas, o mundo rural em geral no Brasil e algumas regiões mais pobres em geral, como o Vale do Jequitinhonha, que é a região mais pobre de Minas Gerais e umas das mais pobres do Brasil e é a mais abandonada pelo Estado.(...) É um problema geral de ausência de serviços básicos, como transporte, estradas, saúde, abastecimento, telefonia, luz etc. O retrato da zona rural é o retrato do abandono (Márcio Andrade, técnico da Codecex).

Sobre este momento pós-reconhecimento, o Plano de Conservação Dinâmica (PCD) é o principal instrumento da gestão da salvaguarda do SIPAM, por isso, durante a visita ao território da Serra do Espinhaço Meridional, foi necessário dialogar sobre esta ferramenta, limites e avanços. Atualmente, o Comitê Gestor do SAT/SE, governança local responsável por executar e monitorar o referido plano, realiza dois encontros anuais. Da parte das organizações de base estão presentes lideranças das seis comunidades, além da Codecex, que media o processo. As organizações parceiras das comunidades envolvidas são as ONGs Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA, Terra de Direitos e HEKS/EPER e os grupos de pesquisa e extensão de diversas universidades moderados pelo Grupo de Estudos em Territorialidades e Sistemas Agrícolas Tradicionais (GETSAT), grupo de estudos multidisciplinar formalizado no processo.

Da parte da secretarias de Estado do Governo de Minas Gerais participam a da Casa Civil e Relações Internacionais (SEGOV), do Desenvolvimento Agrário (SEDA), dos Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais (SEEDIF), de Turismo (SETUR), além do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). Nos municípios, temos diversas secretarias com ênfase para as de Cultura, Turismo, Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. A partir desse arranjo é possível notar o forte caráter intersetorial da iniciativa, devido à característica sistêmica e multidisciplinar do bem cultural, porém, também aporta grandes desafios já que a intersetorialidade nas políticas públicas ainda é uma barreira no Brasil (Codecex, 2018)⁶⁸.

Neste sentido, o estreitamento da relação da Codecex com as secretarias de cultura dos municípios foi pontuado pelos entrevistados como o diálogo que mais tem avançado, apesar que a incorporação das demandas das comunidades nas políticas culturais tenha sido colocada como bastante desafiadora e primária. Nesta direção, uma das principais ações de salvaguarda destacadas foi a formação

⁶⁸ Plano de Conservação Dinâmica (Codecex, 2018)

das equipes que atuam na área da Cultura nos três municípios que abrangem o SAT para lidar com esta abordagem no evento de formação “Novos Patrimônios”⁶⁹.

Um dos grandes desafios parte da realidade da ausência de políticas públicas no modelo federativo, ou seja, de um alinhamento das políticas em âmbito municipal, estadual e federal no Brasil, pois não há um modelo nacionalizado tanto na área da cultura, como turismo e patrimônio (PIERONI, *no prelo*). Assim, os gestores locais acabam tendo que assumir a implantação pela primeira vez destas novas ferramentas para a preservação do patrimônio cultural.

Sérgio Retro, técnico responsável por acompanhar a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço na Secretaria de Cultura de Diamantina apontou diversas limitações estruturais do órgão para realizar o trabalho: “consigo me dedicar muito pouco” e a “equipe vai muito pouco pros distritos (rurais)”. Reforça ainda o papel da organização social “o que a gente tem buscado é uma proximidade muito grande com a Codecex”.

Ao comentar sobre o paradoxo em relação à salvaguarda do patrimônio arquitetônico de Diamantina e contexto histórico, Retro avaliou como o turismo trouxe a gentrificação e prejudicou a espontaneidade das expressões culturais, principalmente o patrimônio imaterial. Disse ainda que “há um fetiche turístico sobre a escravidão, mas aqueles que são realmente as gerações que vem dela ainda estão à margem”. O depoimento de Sérgio corrobora não apenas o colonialismo verde praticado por órgãos ambientais na Serra do Espinhaço, como discutimos anteriormente, mas a reprodução ideológica de um Estado colonizador e racista.

⁶⁹ No evento, a pesquisadora Fernanda Testa Monteiro fez uma fala direcionada para a formação dos profissionais da cultura de Diamantina onde, segundo Pieroni (no prelo) ficou muito evidente que os mesmos acenavam desconhecer os conteúdos apresentados sobre a caracterização das comunidades Apanhadoras de Flores Sempre Viva, mesmo sendo moradores locais e trabalhadores da área da cultura dos municípios.

Figura 14 - Imagem divulgação evento *Novos Patrimônios*

18 Janeiro 2022
14h às 17h
Local: Teatro Santa Izabel, Diamantina.

CICLO DE FORMAÇÃO

NOVOS PATRIMÔNIOS

MÓDULO 1

Tema: Etnogênese dos grupos sociais, formação territorial e caracterização do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre Vivas

PESQUISADORA DRA FERNANDA TESTA MONTEIRO
Agrônoma e geógrafa, tem mestrado pela UFMG, doutorado pela USP e pós-doutorado pela UPO/Espanha.
Mediadora: ME Márcia Betânia Oliveira Horta

PREFEITURA MUNICIPAL DIAMANTINA - MG
ADM. 2021/2024
"Nossa Mãe Pastoreada é Você!"

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio

Departamento de Patrimônio Cultural Diamantina - MG

APOIO
CODECEX
Associação de Defesa e Defesa do Patrimônio Cultural e Ambiental

Fonte: Pieroni (*no prelo*)

É muito grave você chegar ao município de Diamantina e se deparar com um outdoor reverenciando o patrimônio barroco material, e não ter nenhuma menção ao patrimônio imaterial do SAT/SE. Aqui, destaco que o Estado possui legitimidade para conduzir e promover narrativas, por meio da publicidade e processos educativos, e ao desprezar o SAT/SE e valorizar o bem cultural construído sob mão de obra de pessoas escravizadas, à mando de invasores portugueses, o Estado normatiza a colonização e o racismo praticados contra seus descendentes.

Ao avaliar a relação entre poder público e comunidades, conforme consta na Constituição Federal brasileira quando prevê a “gestão compartilhada dos bens culturais entre Estado e sociedade civil” (Brasil, 1990), a liderança e técnica da Codecex Rosa complementa:

Mas é um processo ainda muito lento, porque, assim, é o Estado. É o Estado que protege e é o Estado que viola os direitos. Então, assim, na verdade, o Estado precisa dialogar mais. Eu já coloquei isso em vários espaços. Não tem como. Porque foi o Brasil que enviou esse documento pedindo esse reconhecimento pela ONU. Não foi a Codecex. Lá está o nome da Codecex, porque foi uma coisa que a gente não abriu mão de participar de todo o processo. Não ser uma coisa como é nos outros países, de cima para baixo. O Brasil envia, mas a gente vai construir e construir junto. Porque eles também não iam enviar uma coisa que fosse só de um lado. Então, assim, é o mesmo Estado que faz esse reconhecimento. É o mesmo que não reconhece o direito das comunidades. Apesar de que eu acho que está caminhando para uma melhora (Rosa).

A crítica apontada por Rosa vai de encontro ao que discutimos ao longo do trabalho sobre a matriz colonial do Estado (FOUCAULT, 2007; TIBLE, 2022). O Estado democrático de direito torna-se um (re)produtor de *status quo* da margem por duas frentes: ao negar os direitos políticos de povos e comunidades tradicionais e, segundo, por transformá-los em objeto social, os mesmos *naive ingênuos e incapazes* de gerir o próprio destino. O mesmo Estado que cria mecanismos para facilitar a expropriação de terras, recursos e mão de obra, é o que alimenta a indústria - racializada - da segurança. Em outras palavras: o Estado produz margem e criminaliza a margem.

Em relação aos limitantes encontrados para a gestão da salvaguarda do SAT, é nítido o destaque para a garantia da terra e território, assim como a falta de acesso a direitos básicos e políticas públicas. Este contexto foi descrito pela Codecex no próprio documento do Plano de Conservação Dinâmica:

As principais ameaças ao Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional (MG/BR) se dá pelo avanço do agronegócio com seus sistemas de monocultivos e variedades geneticamente modificadas (transgênicos), empreendimentos minerários, acesso ilegal aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, privatização das águas e mesmo de compensações ambientais correlatas (como as unidades de conservação de proteção integral sobrepostas às terras de uso comum). Outros aspectos que desafiam o sistema são: as mudanças climáticas em curso que incidem sobre plantas e animais essenciais à segurança alimentar e nutricional; as lacunas de conhecimento sistematizado sobre as práticas tradicionais de manejo que subsidiem seu aprimoramento e seu reconhecimento social; o baixo acesso das comunidades a políticas públicas já existentes no país (Plano de Conservação Dinâmica do Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, Codecex, 2020).

Monteiro (2019) destaca que, apesar da impressionante autonomia alimentar e do conhecimento tradicional que se construiu no contexto histórico e geográfico do território, as comunidades detentoras do patrimônio sempre viveram no abandono por parte do Estado e na mais completa ausência de política pública, com uma capacidade de produção de alimentos não valorizada. A fala de Monteiro é confirmada pela apanhadora Margarida, quando lhe perguntei se ela e sua comunidade possuíam interesse em receber políticas públicas, ao que ela respondeu com outra pergunta: *“mas, o que é política pública? A gente nem sabe o que que é isso. O que a gente conhece é violência”*.

Legalmente, o Estado de Minas Gerais tem uma legislação específica de regularização fundiária para territórios tradicionais e quilombolas desde 2014. No entanto, a região também é conhecida pela altíssima grilagem de terras, tanto do solo quanto do subsolo, pelas riquezas minerais, sendo a Serra do Espinhaço umas das maiores concentrações de terras devolutas de Minas Gerais (MONTEIRO, 2019).

Além da questão fundiária que está longe de ser solucionada, um dos grandes paradoxos observados a partir da visita de campo e entrevistas realizadas é a falta de diálogo com os órgãos ambientais que não participam do trabalho do Comitê Gestor de Salvaguarda. Sobre o tema, Rosa revela: *“Com a equipe local não tem diálogo ainda, porque não dá pra dialogar. Além de não ter diálogo, não tem confiança. É conflito”*.

Sobre racismo e a condição neocolonial, a agricultora e apanhadora de flores Margarida demonstra elevada consciência da própria história e processo a que estão submetidas as comunidades que representa. Neste sentido, a luta por liberdade ainda reverbera nas gerações herdeiras da escravidão:

Eu nasci em 1988 no campo junto com as sempre-vivas. Minha vida é viva junto com as sempre-vivas. Se me tirar de lá eu vou pra onde? Eu não quero palácio nem poltrona de ouro, eu quero direito à liberdade (Margarida).

Margarida busca pela liberdade de ir e vir em seu território, mas também de ser e existir, segundo suas crenças e modo de vida. Parece que, com o passar dos séculos, as ameaças enfrentadas por sua família ganharam apenas um tom de

sofisticação em relação às práticas realizadas no período colonial, apesar de ainda hoje enfrentarem a força bruta do Estado, como demonstraram os relatos de ameaças de morte e outros assédios apresentados neste capítulo.

É impossível dissociar os ataques e as demais ausências sofridas em torno do SAT - a falta de diálogo interinstitucional, a falta de planejamento de políticas específicas para estas populações, a falta de visibilidade para o patrimônio *vivo* de Diamantina, em contraponto ao patrimônio material, como citado no início do capítulo, das categorias analíticas de racismo e colonialismo verde.

Para concluir, temos que as demandas por gestão e proteção do referido bem cultural apresentam fragilidades que, muitas vezes, ultrapassam os limites técnicos e até mesmo instrumentos jurídicos disponíveis no âmbito das políticas patrimoniais. Estes limites em sua grande maioria estão relacionados com o contexto de desigualdades no Brasil, incluindo a ameaça aos direitos fundamentais e territoriais de PCTs. Isto porque a produção e reprodução do patrimônio vivo em questão exige um olhar especial, conforme assinala Salama (2016), comparando com a realidade das políticas de preservação do patrimônio imaterial em países tidos como *desenvolvidos*:

Contudo, a realidade já não é a mesma com relação os grupos de detentores do mundo entendido como “atrasado”, onde o cenário geralmente é dominado pela falta de apoio ou ausência Estatal, pela precariedade social das comunidades detentoras, e também pelo pouco poder de decisão destas mesmas comunidades sobre os assuntos e políticas que dizem respeito às suas próprias vidas (SALAMA, 2016, p.136).

Um dos maiores paradoxos observados com base na análise dos dados colhidos em campo é a ausência de diálogo entre as comunidades e os órgãos ambientais na gestão da salvaguarda fomentado pelos conflitos narrados ao longo do texto e ainda presentes. É sintomático que a maior ameaça para a manutenção do sistema, ou seja, a garantia da terra e território não está sendo pensada e fomentada no processo de execução do PCD e gestão da salvaguarda. Isto se deve muito também à falta de diálogo entre a cultura e meio ambiente no âmbito das políticas públicas, mas também à amplitude do conflito entre Estado e comunidades locais.

Apesar dos diversos limitantes conceituais, técnicos, jurídicos e históricos acima elencados para a proteção efetiva do patrimônio cultural ligado a SATs no Brasil, conclui-se que o instrumento aqui analisado, o reconhecimento de Sistemas Importantes dos Patrimônio Agrícola Mundial, tem o potencial de desempenhar um papel mediador entre outras políticas públicas. Assim, a perspectiva fomentada pela FAO demonstra um caminho ainda timidamente explorado pelas instituições na construção de ações intersetoriais e políticas públicas integradas.

Apesar das limitações quanto à situação das comunidades guardiãs dos saberes e práticas relacionados ao SAT, ficou evidenciado que se trata de uma experiência com um rico potencial de soberania alimentar (e hídrica) devido ao grau de autonomia e diversidade alimentar gerado nos últimos séculos através do SAT patrimonializado.

As pessoas têm que entender que se tem água na torneira é porque tem um povo cuidando aí da Serra que é essa grande caixa d'água e que nós estamos em cima dela. E o alimento de qualidade na mesa é porque tem um povo que está lá e isso tem que ser reconhecido, tem que ser valorizado e tem que garantir que esses povos permaneçam nos territórios. (...) Enquanto não entender que a alimentação é mais importante que a mineração, que a conservação é feita pelos povos. Não vejo problema nenhum ter uma unidade de conservação, mas essas coisas tem que ser casadas. Elas tem que respeitar esses povos tradicionais (Rosa).

4. FUTUROS POSSÍVEIS (2023 - ?)

O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo.

Manoel de Barros

Ao longo da pesquisa tive a oportunidade de escutar apanhadores de flores sempre-viva, representantes do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, dos órgãos municipais de Diamantina (MG), da Embrapa, do Iphan, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima e pesquisadores e representantes do terceiro setor (Instituto Socioambiental e Slow Food), além de membros da FAO e também do Ministério Público Federal, bem como lideranças do SAT Areais da Ribanceira, em Santa Catarina, que não entraram oficialmente para a pesquisa, mas ajudaram a corroborar direções.

Seguindo as indicações da metodologia bola-de-neve, encerrei o campo quando as entrevistas deixaram de produzir novas informações. Infelizmente, em razão da indisponibilidade de agendas, não pude entrevistar formalmente todos os atores que desejava, mas consegui ter uma pequena amostra sobre o olhar de cada instituição que estes representavam.

A metodologia de análise utilizada nesta pesquisa, por triangulação de dados, permite explorar o comportamento de um determinado problema ao longo do tempo, a partir de diferentes dimensões. Embora tenha iniciado meu texto no contexto de 1992, com o marco histórico da CDB, estamos tratando aqui de um fenômeno que, ao mesmo tempo em que é ancestral e milenar, é também atemporal. Como registrou Laure Emperaire (2020), os Sistemas Agrícolas Tradicionais mobilizam diversas escalas de tempo: o tempo das plantas, o tempo do homem, o tempo da terra. O tempo do planeta. A ideia neste trabalho foi compreender como esses tempos são também capazes de se articular e influenciar o tempo das políticas e das burocracias. É com base nessa diversidade de vozes e olhares, acima elencados, e apoiada na literatura, que concluo a dissertação com as reflexões a seguir.

4.1 Equilíbrio de Tensões

uma democracia selvagem emerge de um processo inventivo, e privar a política desse terreno é tomar-lhe tudo, é reduzi-la à pura mediação administrativa e diplomática, à atividade burocrática e de polícia, ou seja, é reduzi-la exatamente àquilo contra o que o poder constituinte, como origem da política, luta sem cessar, para emergir como potência (TIBLE, 2022, p. 30)

Se a característica fundamental da vida é sua diversidade, também o é a desordem e o conflito. Ecossistemas se reproduzem a partir do equilíbrio de tensões para garantir sua homeostase - assim funcionam também as democracias: fundamentadas, grosso modo, no conflito. É o conflito que gera diversidade, é a desordem que gera e permite vida.

O paradigma que se estabeleceu nos últimos séculos vem pregando e impondo sua *monotonia* através da simplificação, padronização e homogeneização, na tentativa de exercer poder através do controle. Vimos que este modelo de ser/estar no mundo está amparado em uma filosofia racionalista de controle sobre a natureza, e não de convivência em harmonia, como é o modo como povos e comunidades tradicionais têm vivido historicamente - e sendo assassinados historicamente por desafiarem o modelo homogeneizador.

Se o modo como gerimos nossas diversidades influencia o funcionamento global de toda a sociedade, de forma orgânica e política, o que temos assistido no Brasil é uma chacina - material e simbólica - a tudo que é diferente desta elite branca e eurocentrada que detém o poder. E esta elite detém o poder político, econômico, imaginário e simbólico: além de ser a elite branca que está no poder desde a invasão do Brasil, é ela que ocupa os espaços nas universidades, nos governos e nas esferas burocráticas, justificando a desigualdade abissal de classe, raça e gênero. O colonialismo não tem feito nada a não ser reproduzir a si próprio no mundo moderno.

a crítica deste espaço nos permite perceber que as três tarefas clássicas do Estado - proteção, preservação e representação - falham diante daquelas pessoas e populações cuja expropriação produz as condições de existência do sujeito político ao qual estes princípios contemplam (TIBLE, 2022, p.10)

Abramovay e Lotta (2022) demonstram, em *A Democracia Equilibrada*, como a grande parte do alto escalão do corpo técnico dos governos é composto por homens brancos, do sul e sudeste, com poder para usar sua autonomia e posição para influenciar agendas políticas próprias ou de parcelas específicas da sociedade. Dificilmente você verá servidores racializados, que representem a sociodiversidade brasileira, que tenham sido aprovados em concursos de alto rendimento: o modo como os concursos são desenhados privilegia a elite. Isso demonstra que modernizar (decolonizar) o Estado vai muito mais além do que sequer imaginamos: se não houver um projeto *político* de modernização, o resultado será mais reprodução de privilégios (ABRUCIO & LOUREIRO, 2018; ABRAMOVAY & LOTTA, 2022).

se o debate técnico, por apenas poder ser acessado por quem reproduz um discurso em uma forma que é natural apenas para homens, brancos, heterossexuais de classe alta, é impermeável a ideias construídas em contextos distintos, percebe-se que esse debate técnico é revestido de uma falsa neutralidade (ABRAMOVAY & LOTTA, 2022, p. 124).

Vimos, ao longo do trabalho, como o discurso tecnocrático tem servido à perpetuação de hegemonias, e como isso está relacionado à piora tanto de indicadores sociais quanto ambientais no Brasil, uma vez que populações são expulsas de seus territórios para que estes se transformem em monoculturas ou campos de mineração, ou, na menos pior das hipóteses, em espaços lúdicos para recreação e contemplação da natureza. Ao serem expulsas, essas populações ao mesmo tempo têm suas existências deslegitimadas e são postas à margem, deixadas sem qualquer tipo de amparo, pelo próprio Estado que deveria lhes resguardar.

O caso das comunidades apanhadoras de sempre-vivas da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, encontra eco em muitos outros rincões no Brasil profundo. Ao longo da pesquisa pude acessar, via literatura e via *vivência*, outras dezenas de histórias de comunidades que estão, há anos, sob ameaça e sob abandono estatal - quando não é o próprio Estado que lhes ameaça.

Estas comunidades, todas elas, encontraram um meio de viver em harmonia com os territórios que habitam, praticando uma verdadeira simbiose entre suas práticas e o ambiente que as circundam, ambiente esse que se recria e se refaz justamente devido ao tipo de manejo que elas praticam. Privá-las de seus territórios é privá-las de suas histórias, de sua ancestralidade, de seu ser/estar no mundo. Como disseram as apanhadoras entrevistadas, “há muitos modos de você matar, você não precisa pôr uma arma na cabeça pra matar uma pessoa”. E ao longo da pesquisa foi mesmo o que testemunhei: histórias de pessoas que, ao terem sua terra e ofício anulados, perderam o sentido da vida, não souberam aprender outro jeito de viver. Sublinho essas histórias pois julgo importante termos a noção de que estamos falando de milhares de assassinatos sendo cometidos direta ou indiretamente pelo Estado - via ação ou omissão.

Como destacou a apanhadora Rosa, “é o próprio Estado que comete violência, é o próprio Estado que dá o reconhecimento”. É difícil lidar com os ambiguidades da máquina pública - sobretudo porque há falta de coordenação, integração, intersectorialidade e continuidade, tal como recomenda o Decreto 6.040 que estabelece a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e que, na prática, não vem sendo cumprido.

Se antes o que lhes protegia era a invisibilidade, hoje povos e comunidades tradicionais em todo o Brasil buscam por visibilidade para poderem sobreviver. Desenhar uma política pública para mediar estas violências exige muita maturidade e cuidado, pois por mais que nós, burocratas e pesquisadores estejamos repletos das melhores intenções, dos melhores ativismos e munidos das melhores leituras, o que tem havido e continuará havendo no futuro próximo é uma hierarquia epistemológica, na qual a *ciência* (política, social, ambiental, etc) se sobrepõe a outras cosmologias não ocidentais e não eurocentradas. Essa sobreposição não deixa de ser um tipo de violência e controle, pois somos *nós* que definimos conceitos, regras, tipologias e subjetividades para promoção de inclusão social e produtiva rumo a um *desenvolvimento sustentável*. O que é sustentabilidade se não o modo de vida que estes povos e comunidades tradicionais praticam historicamente?! O que é mais sustentável do que um sistema agrícola tradicional

que resiste e persiste ao longo de gerações, mantendo tecnologias, hábitos, receitas, sabores, diversidades, medicinas, danças, músicas, rezas e ritos?

É preciso compreender, de fato, qual a real intenção por trás do discurso de uma política pública, compreender sobre qual sistema de valores ela se apoia e a quê(m) se destina. O programa de reconhecimento de SIPAMs pela FAO é uma iniciativa muito interessante, de cima-para-baixo, que provoca os países a valorizarem seu patrimônio agro-cultural⁷⁰. Mas é preciso lembrar o quanto a própria FAO é uma instituição colonial e esteve amparada em valores eurocêntricos. Não é de se admirar que a maior parte dos SIPAMs reconhecidos no mundo estejam na Ásia, África e, agora, na América Latina. Convém olhar para este cenário sob o pano de fundo dos debates Sul-Sul, das epistemologias do Sul, e questionar o que está realmente por trás deste reconhecimento chancelado por um órgão internacional: uma tentativa de reparação histórica, um prêmio de resiliência ou um viés puramente utilitarista: “conservem a natureza para salvar a humanidade”.

Esta concepção, por certo, determinará a essência - e eventualmente o sucesso - das políticas que passem a ser desenhadas nos Estados nacionais. O fato das candidaturas a SIPAM só serem aceitas se enviadas pelo governo federal de cada país exige das comunidades um poder de articulação política e institucional com os governos locais e federais - ou exige dos governos locais e federais um poder de diálogo, escuta e ação conjunta com suas comunidades tradicionais? A quem mais interessa este reconhecimento? Como garantir que os governos cumpram esta agenda, uma vez que, historicamente, o que eles têm feito é reproduzir colonialidades?

Outro elemento importante do SIPAM - talvez o mais relevante - seja a gestão compartilhada de responsabilidades pelo Plano de Conservação Dinâmica, atribuindo tarefas tanto aos governos quanto à sociedade civil. Penso que essa é uma estratégia acertada tanto de monitoramento territorial de base local quanto na

⁷⁰ Embora o nome do programa seja relativo ao Patrimônio Agrícola, e que Juliana Santilli (2015) nos ensine que agricultura é composta por agri + cultura, penso que o termo *agrocultural* ajude a corroborar sentidos.

promoção horizontal entre os saberes, embora seja preciso examinar melhor caso a caso.

A invisibilidade de povos e comunidades tradicionais é um fenômeno social que reflete como a memória coletiva contemporânea foi construída e, portanto, é um dever decolonizar essa memória e dar espaço às múltiplas narrativas e cosmologias que compõem o Brasil. A partir da pesquisa de campo, e na ausência, ainda, de uma política estruturada no Brasil para sistemas agrícolas tradicionais, pude compreender que o principal efeito do reconhecimento internacional como Sistema Agrícola Importante para o Patrimônio Mundial acaba sendo o processo de autorreconhecimento e, portanto, fortalecimento de autoestima, ao gerar documentação e memória aos povos e comunidades tradicionais que ainda são tão negligenciados pelas estatísticas públicas. O reconhecimento, portanto, é apenas o marco zero para uma série de outras políticas que podem se articular a partir dele, nas mais diversas esferas: de saúde, de educação, de inclusão social e produtiva, de infraestrutura e de cultura.

4.2 Agir pelo vivo

A superação do apartheid depende de nossa imaginação e ação. Agir pelo vivo, portanto, significa, antes de tudo, entender que o “vivo” é a vida. E agir pelo vivo significa agir com o vivo, e sem violência para o que é vivo, e isso significa parar a corrida e criar um sistema de não violência. A beleza disso é que não importa qual é o seu filtro de intelectualidade. Os indígenas da Amazônia ou da Colômbia têm diferentes vocabulários, diferentes filtros, mas, no fim das contas, é tudo acerca da vida no centro da Vida.

Vandana Shiva, 2023.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, a pauta sobre conservação da agrobiodiversidade e o entendimento de que isso não pode ser alcançado sem o respeito aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e da garantia de seu acesso aos seus territórios não é exatamente nova. Há pelo menos vinte anos o Brasil já possui registro de um grande amadurecimento conceitual e burocrático

em torno da agenda de conservação da agrobiodiversidade e de sua relação indissociável com os conhecimentos tradicionais e práticas culturais associadas. Também, já desde essa época, têm-se o entendimento de que se trata de uma agenda a ser implementada, indispensavelmente, de forma intersetorial e em conjunto com as comunidades locais, ou seja, em uma perspectiva de *baixo-para-cima*, em pleno acordo com as instruções da CDB.

O que o programa SIPAM/FAO traz ao Brasil é uma oportunidade de reavaliar, repensar e redefinir estratégias de proteção aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, sobre histórias e memórias tão especiais e que falam tanto sobre as origens de todos nós brasileiros.

Políticas públicas “nascem e morrem” quando não estão bem amparadas em um projeto político consolidado, ou quando deixam lacunas técnicas em seu desenho. Esse foi o caso da Política Nacional de Agrobiodiversidade, da Política de Paisagens Culturais do Iphan e do projeto Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade. Será esse também o futuro da política de registro como patrimônio imaterial de sistemas agrícolas tradicionais pelo Iphan?

Para além disso, políticas públicas nascem e morrem quando ficam restritas a ser políticas de governo, sem se tornarem políticas de Estado, isso é, de garantir sua perpetuação ao longo de diferentes mandatos, como é o caso do Sistema Único de Saúde e do programa Bolsa Família. Sem um instrumento jurídico seguro, sólido e consistente, fica difícil exigir de diferentes governos o cumprimento desta agenda. Ou seja, paralelo à criação de uma política pública para SATs no Brasil, e da garantia de PCTs aos seus territórios, é preciso que os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, partidos políticos, pesquisadores, burocratas e todos os demais aliados se unam para mobilizar a inclusão da pauta na Constituição Federal. Assim, processos de desmonte, como o que assistimos desde o Golpe de 2016 e que se agravou durante a gestão Bolsonaro poderão ser amenizados, ou, ainda, terão mais indícios para serem devidamente criminalizados.

Esta é uma reflexão que aponta para a escala micro, também. Recentemente assistimos no Brasil aos ataques ao patrimônio nacional no 8 de

janeiro em Brasília. Todo o aparato de polícia e do judiciário foi mobilizado para conduzir as investigações e punir os responsáveis por danos ao patrimônio público. Por que o mesmo não acontece quando se fazem danos aos patrimônios imateriais nos sistemas agrícolas tradicionais no Brasil? Como pode o Ministério Público avaliar o que seria um dano a um SAT e conduzir investigações se não há instrumento jurídico que lhe assegure sua atuação?

Uma coisa é o patrimônio imaterial lidar com a festa da feira de Santana, que praticamente tem materialidade. Outra é lidar com o cotidiano de uma comunidade tradicional, o patrimônio não está restrito à roça, há todo um conjunto de crenças, rituais, festas, mutirões, cosmologia, as relações sociais. É um objeto difuso. [...] Tem gente que diz que patrimonializar é objetificar, sim, objetificar com o objetivo de proteger. (Marcos Rabello/lphan)

Apesar da ilusão democrática que vivemos - uma vez que há movimentos sociais e instrumentos de política pública que foram criados e seguem se reformulando - o que vemos na prática é que não há negociações horizontais entre os distintos interesses e dinâmicas dos diferentes atores sociais que compõem este universo. Ironicamente, nesse cenário de turbulências políticas, cabe destacar a potência das organizações da sociedade civil que, em aliança com a academia, vêm buscando se posicionar, sistematicamente, contra o movimento de desmonte das políticas públicas e os ataques e ausências do Estado. Vimos como, no Brasil, o conceito de Sistema Agrícola Tradicional emerge localmente no Rio Negro, a partir do esforço conjunto das comunidades locais com pesquisadores e organizações da sociedade civil em desenhar estratégias para ler e defender o território - e a partir de então é apropriado pelo Estado como tipologia de patrimônio imaterial pelo Iphan.

Enquanto não construímos o mundo ideal - diálogo horizontal de saberes e homologação de terras para povos e comunidades tradicionais - podemos pensar em modos de fortalecer e articular políticas já existentes, eventualmente pensar em amarrações, como o caso do Bolsa Família, da alimentação escolar e do programa de vacinação infantil. Ainda que não se consiga caminhar tão cedo para um processo de fortalecimento do aparato jurídico, a coordenação e integração de políticas intersetoriais é um caminho de prevenção ao desmonte.

Por fim, concluo que combater o racismo é papel do Estado, e para isso primeiro é preciso combater sua colonialidade. Este é um dever nosso.

Corpo é Território

Território é Espírito

Canta, Território

Memória Ancestral

Trecho da música "Sopro da Vida"
de Brisa Flow

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Pedro; LOTTA, Gabriela. **A democracia equilibrista: Políticos e burocratas no Brasil**. Companhia das Letras, 2022.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira**. 2018.

ALMEIDA, A.C.B. **Boletim de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Agrobiodiversidade**. Curitiba: Terra de Direitos, 2011. 12p. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/04/Programa-Nacional-deConserva%C3%A7%C3%A3o-da-Agrobiodiversidade-INTERNET-1.pdf>>

ALMEIDA, JSSE; UDRY, MCFV. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais**, v. 3, 2019.

ANDRADE, M. Â. et al. (EDS.). **Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço Fase 2**. Belo Horizonte, MG.: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Mab UNESCO, 2018

ANDRADE, A. M., DIAS, L. M. D. F., BIESEK, M. F., & PASINATO, R. **Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, SP**. In: ALMEIDA, JSSE; UDRY, MCFV. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais**, v. 3, 2019.

ASFBR, Associação Slow Food do Brasil. **Fortalezas Slow Food e Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs): possibilidades de intersecção**. 2021 In: <<https://www.fondazione Slow Food.com/wp-content/uploads/2022/02/Fortalezas-SAT-Slow-Food1.pdf>>

AZEVEDO, Elaine. **Colonialidade Alimentar**. In: CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro. Editora Elefante, 2022. p. 203-206

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. **A ideia de ciclo na análise de políticas públicas**. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172.

BAUER, M. W. et al. **Dismantling public policy: preferences, strategies and effects**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BAUER, Ana Paula Medeiros; SILVA, Vanessa Faria; WANDERLEY, Sergio Eduardo de Pinho Velho. **Decolonialidade, border thinking e organizações: as contribuições de Guerreiro Ramos e Celso Furtado**. Cuadernos de Administración, v. 32, n. 58, 2019.

BLANC, Guillaume. 2020. **L’Invention du colonialisme vert. Pour en finir avec le mythe de l’Éden africain**. Paris: Flammarion.

BNDES. Edital de seleção nº 01/2017 do prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais. 1ª ed.

BNDES. Edital de seleção nº 01/2019 do prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais. 2ª ed. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/premio_bndes_boas_praticas_sat_2a_edicao.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Portaria GM-MAPA/MAPA nº 249, de 3 de agosto de 2020. Institui Grupo de Trabalho Técnico para discutir e sugerir protocolos para o funcionamento do programa internacional GIAHS no Brasil.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, n. 28, p. 316-316, 2007.

BRASIL. Portaria nº 121, de 18 de junho de 2019. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade.

BRASIL. **Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola.** Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/sipam> Acesso em: 22 de maio de 2023.

BRAYNER, N. G. **Da roça à mesa: caminhos e sentidos da patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, AM.** In: ALMEIDA, J. S.; UDRY, C. (org.). **Sistemas agrícolas tradicionais do Brasil.** Brasília: Embrapa, 2019.

BÜSCHER, Bram et al. **Towards a synthesized critique of neoliberal biodiversity conservation.** *Capitalism Nature Socialism*, 23(2): 4-30, 2012.

BUSTAMANTE, Patrícia Goulart. **Prefácio.** In: ALMEIDA, JSSE; UDRY, MCFV. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil.** Embrapa, 2019.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** São Paulo: Cátedra Josué de Castro. Editora Elefante, 2022. 216p.

CAMPOS, Mariana. **Programa Adote um Parque: privatização das Áreas Protegidas e Territórios Tradicionais.** Terra de Direitos, 2021. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/af-adote-um-parque.pdf>>

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas.** Enap, Coleção Governo e Políticas Públicas, 2018.

CARVALHO, J. C. **Apresentação. Megadiversidade** 4: 5-6, 2008. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/megadiversidade_espinhaco.pdf Acessado em: 22/04/2023.

CARVALHO, A. **Mapa da Região da Serra do Espinhaço.** Disponível em: <<http://www.serradoespinhaco.com.br/mapa>>. Acesso em 20 set. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983. 361p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis** (entrevista a Renato Sztutman e Stelio Marras). In: SZTUTMAN, R. (org.). Eduardo Viveiros de Castro: entrevistas, Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2008.

COLETIVO FOLHAS COMPOSTAS. **Plurais em todas as dimensões: os sistemas agrícolas tradicionais.** *Cienc. Cult.* [online]. 2021, vol.73, n.1, pp.25-35. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602021000100006>>

CONSEA. **Assegurar Diretrizes e Princípios do Etnodesenvolvimento nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais.** Documento de Referência. Brasília, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica.** *Estud. av.* 1999, vol.13, n.36, pp.147-163.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico.** *Revista USP*, n. 75, p. 76-84, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Prefácio.** In: POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. Editora Elefante, 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2006, 432 p.

DE SOUZA, Marta Aguiar; BUSTAMANTE, Patrícia Goulart. **O aniquilamento da agrobiodiversidade provocada pelo império agroalimentar.** *Revista GeoNordeste*, n. 2, p. 88-103, 2019.

DIEGUES, Antonio C. *et al.* **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** MMA/NUPAUB - USP, São Paulo, 2000.

EMPERAIRE, Laure. **A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira.** Recurso e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.* v. 32, p. 15-27, 2005.

EMPERAIRE, L (org). **Dossiê de registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro.** Brasília, DF: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, 2010. 235 p. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

EMPERAIRE, Laure. Registro oral durante a Semana do Patrimônio Cultural em 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1oc8Ece4Y1I&t=4837s>> Acesso em: 05/04/2023.

ENGELMANN, Iris Pereira. DIREITOS HUMANOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ANÁLISE DO NOVO RELATÓRIO DO IPCC (AR6 CLIMATE CHANGE 2021). **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, 2021.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature?. **Journal of peasant studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FAO. 2019. **The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture**, J. Bélanger& D. Pilling (eds.). FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments. Rome. 572 pp.

FAO - Food and Agriculture Organization. **Guidelines for making a GIAHS Proposal Document**. 2021.

FAO - Food and Agriculture Organization. **Globally Important Agricultural Heritage Systems**. 2023. Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/giahs-sites/en/>

FÁVERO, Claudenir; MONTEIRO, Fernanda Testa; OLIVEIRA, Maria Neudes Sousa de (ed.). **Vida e luta das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas em Minas Gerais**. Diamantina: UFVJM,2021. 451 p. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2707>. Acesso em: 1 dez. 2021.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, M. et al. As aves dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço: diversidade, endemismo e conservação. **Megadiversidade**, v. 4, 1 jan. 2008.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. **Encontros com a civilização brasileira**, v. 4, p. 200-207, 1978.

FONSECA, Igor Ferraz et al. A DESCONSTRUÇÃO ORGANIZADA DA POLÍTICA FLORESTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE DESMANTELAMENTO E DE RESISTÊNCIA1. In: **Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022)**. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FRANCO, José Luiz de Andrade. 2013. **O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade**. *História* (São Paulo), 32(2): 21-48, jul./dez.

GREBOWICZ, Margret. 2015. “Introduction: Inside National Parks”; “How Wilderness Naturalizes Democracy”. In *The National Park to Come*. Stanford, CA: Stanford Univ. Press (‘Stanford Briefs’).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagem Cultural**. 2009, 44p. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>

IPHAN. **Sistema agrícola tradicional do Rio Negro** / coordenação, Diego Simas e Yêda Barbosa. – Brasília, DF : IPHAN, 2019. 190 p. : il. color. ; 25 cm. – (Dossiê Iphan ; 19) I S B N : 9 7 8 - 8 5 - 7 3 3 4 - 3 5 1 - 9

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjuntos Urbanos Tombados: Diamantina**. 2023. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/371/>>

ISA. Instituto Socioambiental. População é convidada a revalidar Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil. Matéria online. Nov/2021. Disponível em:
<<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-e-convidada-a-revalidar-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro-como-patrimonio-cultural-do-brasil>>

KOOHAFKAN, Parviz ALTIERI, Miguel A. **Globally important agricultural heritage systems: a legacy for the future**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2011.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

LACEY, H. (2008): **A Dialética da Ciência e da Tecnologia Avançada: uma alternativa?** Capítulo 6 - Valores e Atividade Científica: Editora 34.

LITTLE, Paul Elliot. 2003. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, 28(1): 251–290.

LOBÃO, Ronaldo. 2011. “The Political Economy of Resentment: A Result of Public Policies That Become Government Policies?” In PINEDO-VASQUEZ, Miguel *et al.* (eds.), *The Amazon Várzea: The Decade Past and the Decade Ahead*. London: Springer. pp. 277-286.

LONDRES, Flavia et al. **As sementes tradicionais dos Krahô: uma experiência de integração das estratégias on farm e ex situ de conservação de recursos genéticos**. 2014.

LOWBOR, Landislau. **Fome, uma decisão política e corporativa**. In: CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Cátedra Josué de Castro. Editora Elefante, 2022. p.122-129

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARQUES, L.; TANAN, K. C. **A política pública dos Centros Irradiadores de Manejo de Agrobiodiversidade no território brasileiro**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, out-2012. ISSN: 1983-487x.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. IICA, 2010.

MEDEIROS, Rodrigo. 2006. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, 9(1): 41-64. Campinas, jan./jun.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/sipam>>

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006.

MONTEIRO, Fernanda Testa. **Nas fronteiras das Minas com os Gerais: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, Fernanda Testa *et al.* **Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: Transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos (as) apanhadores (as) de flores sempre-vivas**. Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil. Brasília: Editoras Técnicas/Embrapa, 2019.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência (Science with consciousness)*. **Bertrand do Brasil**, Rio de Janeiro, 2008.

NAZAREA, Virginia D. Local knowledge and memory in biodiversity conservation. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 35, p. 317-335, 2006.

NEDER, Ricardo T. A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. **Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes**, v. 2013, n. 2, 2010.

NIEDERLE, P. *et al.* **Rupturas na transição agroecológica: mudança institucional e desmantelamento das políticas públicas no Brasil**. 2021.

NOGUEIRA, Mônica C. R. **Povos e Comunidades Tradicionais**. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**, 2018. 213 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2018.

PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e a superação do paradigma da modernização**. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (orgs.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, 69-103.

PIERONI, Gabriella Cristina. Fazedores de Cultura, Comedores de Patrimônio: um olhar sobre a participação social no registro de bens culturais ligados à práticas agroalimentares. **Políticas Culturais em Revista**, v. 16, n. 1, p. 83-106, 2023.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PRATES, Ana Paula Leite; IRVING, Marta A.. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. **Revista brasileira de políticas públicas**, v. 5, n. 1, p. 27-57, 2015.

PÜLZL, H.; KLEINSCHMIT, D.; ARTS, B. Bioeconomy – an emerging meta-discourse affecting forest discourses?, **Scandinavian Journal of Forest Research**, 29:4, 386-393, 2014. DOI: 10.1080/02827581.2014.920044

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. Novos estudos CEBRAP, p. 109-125, 2008.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SALAMA, Morena Roberto Levy. **Comprometidos com seu próprio passado: discursos e práticas participativas de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil**. Tesis de doctorado. Programa de doctorado en gestión de Cultura y Patrimonio - Facultad de Geografía y Historia/Universitat de Barcelona (UB), Barcelona, 2016.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SANTILLI, Juliana. A agrobiodiversidade e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, nº 32, p. 5-33, out-nov, 2010.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTONIERI, Laura Rodrigues et al. Agrobiodiversidade e conservação ex situ: reflexões sobre conceitos e práticas a partir do caso da Embrapa/Brasil. **Unicamp: tese de doutorado**, 2015.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. Editora Cengage Learning, 2013.

SILVA, Amanda Camylla Pereira; BARROS, Flora Campos; BEZERRA, Juliana Izete Muniz. Sistemas agrícolas tradicionais na perspectiva do patrimônio cultural. **Revista Confluências Culturais**, v. 9, n. 2, p. 201-212, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jun/dez, 2006, p. 20-45.

STELLA, A.; Kageyama, P. Y.; NODARI, R. **Políticas públicas para a agrobiodiversidade**. In: Agrobiodiversidade e diversidade cultural, pp. 41-56. Brasília, DF: MMA, 2006

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Reclaiming the commons: biodiversity, indigenous knowledge, and the rights of mother earth**. Synergetic press, 2020.

SHIVA, Vandana; ACOSTA, Alberto; LEVY, Elisa; LANASPÉZE, Baptiste. **Qual é a coisa certa a se fazer?** In: Cardenos Selvagem. Ed. 62. Cadernos SELVAGEM, publicação digital da Dantes Editora. Biosfera, 2023. Disponível em: <https://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2023/02/CADERNO62_SHIVA_A_COSTA_LEVY_LANASPEZE.pdf>

TAKACS, David. 1996. **"The Making of Biodiversity"**. The Idea of Biodiversity: Philosophies of paradise. London: Johns Hopkins University Press. pp. 9-40.

TAKACS, David. 2019. **Whose Voices Count in Biodiversity Conservation?** Ecological Democracy in Biodiversity Offsetting, REDD, and Rewilding, 22 J. Env. Pol'y & Plan. 43.

TIBLE, Jean. **Política Selvagem**. São Paulo, Glac edições & n-1 edições, 2022, 320 págs

TRIVELLATO, Gabriela Maria Leme. Espaços rurais brasileiros na arte naïf de Marcelo Schimaneski: desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura. **Guaju**, v. 6, n. 2, p. 100-123, 2021.

TSING, Anna L. "'This earth, this island Borneo' [Biodiversity Assessment as a multicultural practice]". 2005. In Friction: An Ethnography of Global Connection. Princeton, NJ: **Princeton University Press**. pp. 155-170.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Editora Cultrix, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.